



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Departamento de Serviço Social – SER

Larissa Brenda Cordeiro

As desigualdades socioambientais: estudo acerca das consequências do racismo ambiental no Melchior/Belchior, rio em cidades periféricas do DF

BRASÍLIA

2022

Larissa Brenda Cordeiro de Souza

As desigualdades socioambientais no DF: estudo acerca das consequências do racismo ambiental no Rio Melchior/Belchior, nas cidades periféricas de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade de Brasília - UnB como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Ortegá

Banca examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Ortegá- Orientador

Departamento de Serviço Social SER/UnB

Prof. Claudia Regina Nunes Dos Santos Renault - Examinadora Externa

Coordenação Indígena- UnB

Prof. Liza Maria de Souza Andrade- Examinadora Externa

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UnB

Ivanete Silva dos Santos- Suplente

OSCIP Casa da Natureza

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim pois durante o período de escrita do TCC passei por diversos problemas de saúde, mas consegui finalizar esse ciclo. Agradeço os meus mais velhos e meus mais novos que guiaram meus passos e não soltaram a minha mão.

Agradeço meu companheiro Nathan e minha sogra Neide, que também me deram a mão nos momentos mais difíceis e criamos juntos o Dia Feliz Doces. Foi vendendo doces durante a minha graduação que cheguei até aqui e também foi um momento lindo de construção de memórias gastronômicas.

Agradeço às minhas parceiras da Coletiva Filhas da Terra, principalmente a Hemilly e a Rebeca que estavam comigo sempre. Agradeço meus amigos e amigas da quebrada, seu Alcir, Carvalho e Newton que é por meio da memória coletiva que essa monografia foi sendo feita e também agradeço aos projetos do (Max Maciel) Jovem de Expressão, (Ivanete) Casa da Natureza e (Nina e Ailton) Menino de Ceilândia, que também contribuíram com a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador e professores do Departamento de Serviço Social, ao professor Ricardo Minoti e também à Heliane Kátia pelo apoio e incentivo. Agradeço aos coordenadores do Projeto Vida e Água para as ARIS (Prof. Perci e Prof. Maria Luiza) e Projeto Periféricos da UnB e Brasília Sensível à água (Prof. Liza) pelos aprendizados e comprometimento com a ciência e mobilização popular. Agradeço aos meus amigos de graduação Jade, Laryça, Karol, Thiago, Pamela, Mariana, Madu, Thai, Marcella e Misael que fizeram meus dias na UnB mais fáceis. Agradeço também a Cinara, minha ex chefe do MPDFT, que apesar de ter saído do estágio há muitos anos, sempre me apoiou.

Agradeço também a minha família que apoiou esse processo, que me criou hoje sou o que sou porque minha família existiu primeiro, principalmente minha mãe que sempre apoiou e incentivou a minha liberdade, que não gosta de cozinhar, mas fazia marmitinhas enquanto eu escrevia o TCC (risos). Agradeço meu pai que é ótimo escritor e influenciou o meu gosto pela leitura e escrita. Agradeço aos meus irmãos de sangue e de vida (Cauê, Lara, Giulia, Sara, Enzo, Brenda, Michele) mas principalmente a Brunna, que estava também fazendo o TCC, então eu sei o que ela passou e somos irmãs até nas dificuldades acadêmicas. Agradeço aos meus padrinhos Fábio e Sheila por sempre estarem comigo e também a Tia Márcia, Tio Márcio, Tia Rose, Tia Gi por lerem meu trabalho e contribuído.

Agradeço aos meus avós Maria, Almey, Geraldo e Júlio (que agora é meu ancestral) que não tiveram a oportunidade de estudar assim como eu, então dedico isso a eles

*Resisto! Assim como minha mãe exemplo
Pois quando canto, quando falo eles estão atentos
Querendo julgamentos, me apontar como réu
Busco conhecimento, minha cabeça não é troféu*

(...)

*Pra nos derrubar são várias tentativas falhas
Os que ces derrubaram nem sabiam porque lutava
Paz para quebrada e minha família
é minha causa!*

*Desenvolvi a arte da guerra, sem botar guerra na arte
Marchei nas ruas de terra observando a maldade
Não quis fazer parte dela, mas de mim ela faz parte
Travando uma luta interna, eterna contra a bondade*

*Conheça a si mesmo e seu inimigo temerá
Conheça o inimigo, manipule táticas
Não se entra na guerra sem se preparar
Lute pelo que ama, o amor nunca sucumbirá!*

(Escolhas, Realiza)

RESUMO

A pesquisa tem como propósito relacionar racismo ambiental e a realidade da população próxima ao Rio Melchior/Belchior, fazendo um eco história de como foi o processo de construção das periferias que fazem parte do território. O Rio Melchior é um dos rios mais poluídos do DF e o trabalho busca evidenciar as problemáticas partindo por um viés crítico à colonização e exaltar os movimentos existentes de proteção do Rio Belchior, na qual passam por situações de invisibilidade. Além disso, esse trabalho também está relacionado com uma escrevivência, pois se trata de relatar as ações políticas da pesquisadora, cria do território de Ceilândia, que cresceu vendo o rio sendo poluído e como forma de ativismo e diante da emergência climática busca evidenciar as questões que permeiam sua realidade enquanto uma mulher negra e periférica, para o contexto acadêmico confluindo com outras narrativas que buscam lutar pela justiça social e ambiental.

Palavras-chave: território; recursos hídricos; racismo ambiental; interseccionalidade.

ABSTRACT

The research aims to relate environmental racism and the socio-environmental reality of the population near the Melchior/Belchior River, presenting an eco history of the construction process of the peripheries that are part of the river territory, considering that studies about the socio-environmental impacts since the creation of the Capital are insufficient. The Melchior River is one of the most polluted rivers of the Federal District and the work intends to highlight the issues starting from a critical perspective of the colonization and exalting the existing movements for the protection of the Belchior River, which go through situations of invisibility. The study is a historical review to understand the process of degradation of the river and also what were the impacts for society in relation to pollution and the access or lack of access to basic rights.

Moreover, this work is also related to an experience, because it reports the political actions of the researcher, a child of the territory of Ceilândia, who grew up seeing the river being polluted and, as it is a form of activism seeking to highlight the issues that permeate her reality, as a black and peripheral woman, to the academic context, thinking and seeking solutions, converging with other narratives that strive for social and environmental justice.

Keywords: Colonization, territory, water resources, urbanization, environmental racism, intersectionality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das Bacias Hidrográficas do Brasil.....	40
Figura 2. Mapa do Processo de Urbanização em 1983.....	48
Figura 3. Mapa do processo de Urbanização em 2003.....	48
Figura 4. Mapa do processo de Urbanização em 2020.....	49
Figura 5. Mapa Hidrográfico do Distrito Federal.....	54
Figura 6. Mapa da Bacia do Rio Descoberto.....	55
Figura 7. Córregos e rios que compõem o Rio Melchior.....	57
Figura 8. Imagem do Rio Belchior.....	57
Figura 9. Imagem Barragem do Rio Descoberto.....	58
Figura 10. Mapa dos Parques Ecológicos.....	59
Figura 11. Imagem Erosão próximo ao rio Melchior.....	59
Figura 12. Imagem das águas turvas do Rio Melchior.....	60
Figura 13. Imagem da população utilizando o Rio Melchior para banho devido à falta de sinalização.....	61
Figura 14. Imagem da Estação de Tratamento de Esgoto Melchior.....	62
Figura 15. Imagem da Tubulação CAESB no Rio Melchior.....	63
Figura 16. Imagem de esgoto bruto clandestino escorrendo no Melchio...	63
Figura 17. Imagem do rompimento das adutoras da ETE Melchior em 2021...	65
Figura 18. Imagem do rompimento das adutoras da ETE Melchior em 2021...	65
Figura 19. Imagem feita em 2012 no lixão da Estrutural.....	71
Figura 20. Imagem de mulheres catadoras trabalhando no Galpão de Coleta...	73
Figura 21. Imagem do vazamento de chorume do aterro sanitário na rodovia DF 080.....	76
Figura 22. Imagem da distância entre o Aterro Sanitário e o Rio Melchior....	77
Figura 23. Imagem da espuma branca ao longo do percurso do Rio.....	77
Figura 24. Imagem do Seu Alcir na APP Pequizeiro.....	79
Figura 25. Imagem de Ivanete mobilizando mutirões de limpeza do Rio Melchior 2013	83

Figura 26. Imagem do Mutirão de reflorestamento de uma APP no Sol Nascente,2018.....	83
Figura 27. Parque Lagoinha em uma área que foi desmatada por muitos anos Os moradores colocaram um aviso no muro dizendo “não está à venda” devido às várias tentativas de loteamento desta APP por grileiros.....	83
Figura 28. Parque lagoinha de outro ângulo. Nota-se a proximidade das casas a nascente que deságua no Rio Melchior.....	84
Figura 29. Imagem da situação de descarte irregular de entulho e outros resíduos na proximidade da Lagoinha.....	84
Figura 30. Lagoinha vista de cima e cercada por moradias.....	84
Figura 31. Imagem de Carvalho e Alzirenio na descida do Rio Melchior para verificar tubulação de esgoto e mostrando a vegetação queimada por incêndios criminosos.....	88
Figura 32. Imagem do mutirão de identificação da Trilha na qual a comunidade batizou como Cachoeira do Marimbondo.....	89
Figura 33. Imagem do mutirão de Reflorestamento promovida Pela Filhas da Terra e Casa da natureza.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADASA- Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF
ANA - Agência Nacional das Águas
ANMIGA- Articulação Nacional Das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
ARIS- Áreas de Regularização de Interesse Social
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
ARINES- Áreas de Regularização de Interesse Específico
APA- Área de Proteção Ambiental
APP- Área de Preservação Permanente
BNH- Banco Nacional de Habitação
CAESB- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CBH - Comitê de Bacias Hidrográficas
CEEIBH - Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CLDF- Câmara Legislativa do Distrito Federal
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CNEC- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

COHAB-GB- Companhia Habitacional do Estado da Guanabara
CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CODEPLAN- Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF- Distrito Federal
EC- Estatuto da Cidade
ETE- Estação de Tratamento de Esgoto
GDF- Governo do Distrito Federal
IAPs- Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBRAM- Instituto Brasília Ambiental
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPDF -Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
JK- Juscelino Kubitscheck
M²- metros quadrados
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
ONG- Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC- Programa de Aceleração e Crescimento
PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PDOT- Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PL- Projeto de Lei
PMDF- Polícia Militar do Distrito Federal
RA- Região Administrativa
SEDUH –Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
SLU- Serviço de Limpeza Urbana
UC- Unidade de Conservação
UCTL - Usina Central de Tratamento de Lixo
UNICEF- Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
ZEE- Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: PERSPETIVA CRÍTICA ACERCA DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL	15
1.1 A colonização e o processo de formação brasileira	16
1.2 A colonização e seus impactos	21
1.3 Para uma ecologia de Saberes é preciso reflorestar mentes	23
CAPÍTULO 2: PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS DESIGUALDADES	27
2.1 A colonização e o processo de periferização	27
2.2 Processo de construção do DF e a neocolonização	32
2.3 Políticas sociais e urbanas	40
CAPÍTULO 3: RACISMO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO DF E PERSPECTIVAS DE RESISTÊNCIA	48
3.1 Racismo Ambiental e a degradação socioambiental do Rio Melchior	48
3.2 decolonialidade e as formas de resistência à degradação ambiental	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
ANEXOS	103
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como intenção apresentar reflexões acerca das problemáticas socioambientais relacionadas ao Rio Melchior, um dos rios mais poluídos do Distrito Federal. O ponto de partida da pesquisa é a questão racial pois é imprescindível reconhecer o racismo como problema central do cenário social brasileiro. Segundo as autoras Tânia Pacheco e Cristiane Faustino, no artigo A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa: “Tal reconhecimento permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam quanto como elemento da constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes, que controlam a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras desses conflitos.” Então partindo desse viés decolonial, será abordada a questão ambiental no Distrito federal, com recorte nas comunidades próximas ao Rio Melchior, na qual os estudos são em relação aos impactos causados desde a criação da capital. O Rio Melchior é um rio latino americano, que nasce nas regiões administrativas do DF de Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia, desemboca no Rio Descoberto e vai percorrendo o Brasil todo, desaguando na bacia de La Plata, na Argentina. No Brasil, devido ao contexto histórico da colonização, as políticas foram construídas de maneira desiguais, sendo as realidades de cada região muito diferentes, e as políticas de saneamento básico sendo institucionalizadas de forma muito lenta e gradual, não abrangendo o território brasileiro por completo e/ou até mesmo ainda não iniciando a implementação das políticas ambientais. Por estar localizado no Cerrado, conhecido popularmente como berço das águas, o Distrito Federal é cercado por várias nascentes e rios. Além disso, o DF é cercado por três bacias hidrográficas e que juntas desempenham um papel fundamental no abastecimento de água do Brasil, sendo no interior do país, o território que possui várias nascentes muito importantes para o ciclo da água mundial. Das 33 regiões administrativas do DF, 30 são abarcadas pelos afluentes da bacia do Rio Paranaíba. Segundo a ADASA (2021), o Rio Descoberto, que faz parte da bacia do Rio

Paranaíba, é responsável por aproximadamente 60% do fornecimento de água do DF, por isso é importante manter a qualidade da água desses rios que compõem.

Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), 43% da população do país possui esgoto coletado e tratado, 12% utiliza de soluções individuais (fossas), sendo assim 55% da população possui tratamento considerado adequado, sendo o Sul (65%) e o Centro- Oeste (63%), as regiões com maior número de esgotamento sanitário, logo vem o Sudeste (58%) e Nordeste (48%) e por último o Norte com apenas 33%. Porém 45% da população não possui tratamento de esgoto, sendo 18% coletado e não tratado e 27% sem coleta e tratamento. A geração de esgoto está relacionada à ocupação urbana e os investimentos para atender essa demanda são insatisfatórias, isso significa que uma parte considerável do esgoto que produzimos não está sendo tratado, está indo para redes pluviais ou em sarjetas e conseqüentemente para os nossos rios e solo, comprometendo a qualidade da água, causando impacto não só na saúde da população, mas como também nos seres vivos que estão presente nesses corpos hídricos, como também no solo. Segundo o Atlas Esgotos (2017), 9 mil toneladas de esgoto são geradas diariamente e apenas 5 mil toneladas são tratadas, tais como 3,9 são encaminhadas para tratamento coletivo e 1,1 mil toneladas para fossas sépticas. A forma que o tratamento é realizado em uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) varia de acordo com o corpo receptor e a legislação vigente a nível federal e municipal, porém não se limita apenas às exigências ambientais, de saúde pública e/ou legais. Diante desse debate citado, o Rio Melchior foi escolhido para ser um corpo receptor de esgoto da então recém cidade criada para ser a capital do país.

De acordo com Ribeiro (2001) após estudos relacionados a qualidade da água, foi constatado a recepção e a diluição dos esgotos das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, com tendência de deterioração total da qualidade da água ao longo de todo o seu comprimento, ou seja, o Rio Melchior ao longo do seu percurso está sendo poluído com despejo de esgoto doméstico, hospitalar e atualmente também os resíduos do aterro sanitário. Até 2005 não ocorria nenhum tipo de tratamento, sendo jogado esgoto bruto no rio, além da poluição com resíduos sólidos trazidos pelas águas pluviais. Após a criação da ETE, o esgoto lançado começou a ser tratado, mas desde a criação de Brasília o rio nunca teve nenhum projeto de revitalização e despoluição. As pesquisas relacionadas sobre a fauna, flora, sobre os impactos gerados ao longo dos anos são incipientes. Além também de não considerar a história da comunidade ribeirinha, dos ancestrais que habitavam aqui antes do desenvolvimento chegar e da imposição colonial “de fazer de tudo para o Brasil avançar 50

anos de industrialização e inovação (visto que o Brasil estava “atrasado” em relação aos outros países)” como era os planos de metas do governo do Juscelino Kubistchek. O que sabemos sobre os povos do território antes de Brasília? O que sabemos sobre a história do rio antes de ser poluído? O que sabemos sobre o que aconteceu depois de ser poluído? O que pode ser feito para sua despoluição? Qual era seu nome antes de colocar nome relacionado ao cristianismo? Essas são algumas questões que foram surgindo para a construção das hipóteses e escolha do tema do presente trabalho.

A monografia tem como objetivo fazer uma eco história dos territórios que são confluente ao Rio Melchior a fim de compreender como se deu os processos de degradação socioambiental e analisar quais foram os enfrentamentos diante os surgimentos das problemáticas. Tem como base a concepção de racismo ambiental de Benjamin Chaves, os conceitos trazidos por Clóvis Moura e Milton Santos de que a sociedade brasileira tem como base a colonização e que não houve o rompimento dessa estrutura no processo de urbanização, apenas novas formas de dominação. Além de relacionar com interseccionalidade como uma ferramenta ancestral, de acordo com as pensadoras Sueli Carneiro e Maria Lugones e entre outros autores que dialogam com a realidade. A realização desse projeto se faz relevante pois o Rio Melchior tem tido sua história apagada ao longo dos anos com ideais desenvolvimentistas e a favor do progresso. Porém não sabemos quais foram os impactos de sua exploração desenfreada, como os povos que habitavam o território foram sendo incluídos ou não foram. No ano de 2020 ocorreu uma pandemia em que os primeiros casos de COVID-19 foram trazidos por uma população que tinha o costume de realizar viagens internacionais frequentemente. Entretanto, percebe-se que as regiões periféricas, estão sendo duramente afetadas devido às desigualdades sociais, à precariedade dos serviços básicos de saúde, saneamento e acesso à informação (ANDRADE et al. 2021). A pandemia apenas evidenciou as problemáticas que desde a colonização não foram solucionadas.

Agravamentos dos problemas sociais e ambientais estão relacionados com a crise capitalista e ações humanas, se não mudarmos nossa forma de produção baseada na exploração dos “recursos naturais”, o mundo vai entrar em colapso porque hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda (KRENAK, 2020). O crescimento demográfico e o modelo desenvolvimentista fizeram com que entrássemos na nova era geológica, a do Antropoceno, que significa “época da dominação humana”. Segundo Paul Crutzen, após avaliação do grau de impacto das atividades humanas sobre a natureza afirmou que entramos em uma nova era geológica. Isso significa um novo período do Planeta,

em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica (ALVES. 2020). Quanto mais colapsos ambientais, maior a necessidade de proteção social, mas historicamente devido a colonização e ocupação de espaços urbanos de forma intensa e não planejada, as populações periféricas foram deixadas à margem do Estado, sem acesso a direitos básicos. Daí a necessidade de delimitar o fenômeno para compreender de forma mais abrangente os impactos da poluição de um rio na vida; não só dos moradores, mas em um panorama de analisar como se deu as políticas voltadas para proteção dos recursos naturais, acesso ao saneamento básico, saúde e o direito à cidade. A realização desse estudo se faz relevante pois o Rio Melchior/ Belchior tem tido sua história apagada ao longo dos anos com ideais desenvolvimentistas e a favor do progresso. Porém não sabemos quais foram os impactos de sua exploração desenfreada, como os povos que habitavam o território foram sendo incluídos ou não. É importante considerar que os estudos na área do Serviço Social relacionados ao meio ambiente, são incipientes, sendo necessário utilizar materiais teóricos de outras especialidades com objetivo de compreender a realidade concreta na totalidade. É justamente em torno do trabalho, saúde, assistência, educação, cultura, previdência social, território, agricultura, direito a cidade e entre outras expressões da questão social que precisamos enfrentar e articular um projeto societário que rompa com discriminação, exploração, todas as formas de dominação, regressão de direitos da classe trabalhadora e do meio ambiente.

METODOLOGIA

Por se tratar de um rio latino americano, o trabalho tem como base teóricos latino americanos; em sua maioria brasileiros devido ao viés decolonial, sendo necessário partir de fundamentos e conceitos pensando por intelectuais do próprio território, a fim de romper a propriedade intelectual eurocêntrica. É primordial falarmos de colonização a partir de indivíduos que sofreram com as mazelas da colonização, e não os colonizadores; pois assim é possível demonstrar outras perspectivas e realidades. Além disso, romper com esse ideal de que a história só começa com a chegada dos europeus na América e o seu “descobrimento.” O presidente da república disse outro dia que os brasileiros mergulham no esgoto e não acontece nada. O que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica (KRENAK, 2020). E a pandemia desempenhou um papel fundamental da necropolítica, pois apesar da existência do rio, uma parte da população não tem acesso à água potável e tratamento de esgoto, considerando o fato que a principal forma de combater a doença é por meio da higiene, a

sociedade fica à mercê dos governantes que não estão preocupados com situações como essa. Portanto, esse trabalho busca relacionar os conhecimentos da população sobre o Rio Melchior atrelado ao conhecimento científico a fim de buscar soluções baseadas nas teorias decoloniais, em busca da justiça ambiental e social.

O racismo precisa ser discutido em seus diversos âmbitos, pois negar a existência, é aceitar a ideologia de dominação; propagada pela burguesia; é desconsiderar a luta e resistência dos povos indígenas e negros, seja pela sobrevivência dos seus corpos, como também do território e suas florestas. A natureza não pode ser dissociada do ser humano, pois também somos parte dela, mas devido a colonização essa relação foi sendo segregada, sendo necessário o resgate das sabedorias ancestrais. Diante da conjuntura atual que estamos vivendo, de desmonte dos direitos sociais e ambientais conquistados através das lutas sociais, é imprescindível buscarmos formas de contextualizar a realidade, sobretudo das comunidades inviabilizadas pela sociedade. É sobre retornar às raízes para fortalecer as próximas caminhadas, então partindo desse viés decolonial, será abordada a questão ambiental no Distrito federal, com recorte nas comunidades próximas ao Rio Belchior, na qual os estudos são incipientes em relação aos impactos causados desde a criação da capital.

O método utilizado na investigação foi do materialismo histórico dialético na qual é uma teoria conceituada por Karl Marx e Friedrich na qual busca incorporar a realidade do mundo com as transformações das sociedades, atrelado à decolonialidade. O propósito consiste na interpretação da realidade relacionando as contradições do sistema capitalista por meio da abordagem qualitativa em que se refere ao levantamento bibliográfico através das leituras de dissertações, teses, artigos, normativas e legislações relacionadas a questão urbana e recursos hídricos ligado a expressões da questão social como raça e gênero; Além disso, o intuito é analisar como se deu o processo de planejamento e gestão das águas, como também de planejamento urbano, com recorte em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Samambaia na qual o Rio Melchior se encontra. A partir do levantamento bibliográfico acerca dessas temáticas e com essa ótica de decolonialidade, a metodologia utilizada será de pesquisa hemerográfica e exploratória com objetivo de analisar documentos institucionais. Também será investigado reportagens nas mídias relacionadas ao tema escolhido na intenção de compreender a percepção midiática. Foram entrevistados indivíduos representantes de instituições estatais, mas também pessoas do território, que possuem estratégias de enfrentamento à realidade. Além disso também será utilizado o procedimento metodológico de entrevistas semi estruturadas com os órgãos responsáveis pela gestão de saneamento e

moradores da região com o objeto de investigação da realidade, quais foram as políticas criadas para o enfrentamento das desigualdades, como a população se mobilizou, quais foram as respostas da sociedade em relação a poluição e quais foram os prejuízos para a população. Em razão da pesquisadora ser moradora de Ceilândia e intervir como militante dos direitos humanos e meio ambiente, essa experiência será aproveitada não só teoricamente, mas também na prática, pois foi realizado projeto de extensão no Rio Melchior com atividades de campo e também propondo intervenções a fim de mudanças sociais como integrante dos movimentos da Coletiva Filhas da Terra, Casa da Natureza e Frente Rio Melchior. Ressaltando a importância do comprometimento ético, respeitando e informando em relação ao esclarecimento sobre a natureza da pesquisa mediante assinatura do termo de consentimento, garantindo o aviso prévio da utilização de informações de forma pública, incluindo os nomes. Será também compartilhado o estudo de forma antecipada aos entrevistados para que eles forneçam o aval para publicação e divulgação e as demais normativas da resolução do Comitê de Ética nº 466/2012.

CAPÍTULO 1: PERSPETIVA CRÍTICA ACERCA DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL

*Vou te contar uma história real
Um a um morrendo desde os navios de Cabral
Nós temos nomes, não somos números
(Galdino Pataxó, Marçal Guarani, Jorginho Guajajara)
(...)*

*Para me manter viva, preciso resistir
Dizem que não sou de verdade
Que eu nem deveria estar aqui
O lugar aonde eu vivo
Me apaga e me incrimina
Me cala e me torna invisível
A arma de fogo superou a minha flecha
Minha nudez se tornou escandalização
Minha língua mantida no anonimato
Kaê na mata, Aline na urbanização
Mesmo vivendo na cidade
Nos unimos por um ideal
Na busca pelo direito
Território ancestral*

(Território Ancestral, kae guajajara)

1.1 A colonização e o processo de formação brasileira

O Processo de formação da sociedade brasileira advém do período colonial, no qual o racismo estrutural se expressa em diversas dimensões, tendo papel fundamental para a execução e a reprodução da dominação e da exploração de determinados grupos, sendo primordial o combate a todas as facetas do racismo. Para Clóvis Moura (1983) na obra intitulada “Raízes do Protesto Negro “, devemos partir do contexto histórico de escravismo colonial e os desdobramentos relevantes que esse modo de produção exerceu na formação de hábitos, da família e da situação social, econômica e ideológica do brasileiro e do negro em particular e que perpassa até os dias atuais.

A população negra, no Brasil, até meados do século XIX era superior a branca. Para que a grande massa mulata (negra, portanto,) não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos escravos, abria-se para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade, e com isto, escamotear o fundamental que era justamente a contradição entre senhores e escravos. (MOURA, 1983, p.16)

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, em que determinou toda a extensão geográfica, dominando as relações interétnicas, projetando ideologias próprias para justificar a violência, que o colonizador, como detentor do poder do Estado, pode usar contra o oprimido. A colonização durou mais de 300 anos, por meio de um sistema desumano e violento, comercializando corpos negros e indígenas, retirando sua identidade por meio do etnocídio e epistemicídio, invasão de terras indígenas pelos portugueses, e o negro trazido para ser escravizado nessas terras, além de ocorrer exploração dos recursos naturais sem pensar nas consequências futuras dessas ações horríveis. Embora o processo de colonização tenha finalizado na teoria; em seguida o país continuou subordinado a outros países da Europa, devido ao sistema imperialista mundial, sendo a escravidão um processo essencial para a formação do atual sistema vigente, o capitalismo dependente, impondo o ritmo de desenvolvimento e crescimento.

A base da economia dessa sociedade de escravismo era a mineração e a agricultura de exportação, sendo necessário o tráfico permanente de pessoas oriundas da África para continuar em execução esse modo de produção por meio do tráfico triangular ou negreiro, sendo desenvolvido o comércio de produtos e pessoas negras por meio da navegação. A partir disso começam a surgir as sociedades mercantis, baseado em governos de monopólios, privilegiando certas camadas sociais, que levaram a concentração de capital as classes dominantes por meio da extorsão dos tesouros fora da Europa, trabalho forçado, genocídio das populações africanas e nativas numa perspectiva de civilização e desenvolvimento, mas que na realidade só resultou em desigualdades devido a divisão social do trabalho e divisão racial do trabalho em que estabelece quais são as mãos de obra para os negros, e quais lugares são para os brancos. Quando o país se torna emergente como nação, a classe dominante cria um ideal nacional, colocando o negro como inferior biologicamente, culturalmente e psicologicamente; enquanto o branco como padrão ideal imposto pela elite.

No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do branqueamento. Os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática têm, também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é branco. Todos procuram, por isto, dar as costas às suas matrizes étnicas e voltam para o modelo branco como objetivo a ser alcançado. Com isto se desarticula a consciência étnica desses segmentos, isolando-se por outro lado o negro feno/genotípico o qual passa a ser radicalmente discriminado, inclusive pelos mulatos e outros produtos da mestiçagem, através de uma política de peneiramento das mais eficazes, e, ao mesmo tempo impossível de ser localizada e combatida (MOURA, 1983, p.22).

Esses ideais impostos pela colonização ocasionaram um atraso social e político estrutural. Por outro lado, bancos, empresas de transportes urbanos, portos, estradas planejadas e executadas pelo capital estrangeiro, além do crescimento da exportação de itens como cana-de açúcar e café. A abolição é feita mantendo muitas estruturas coloniais, como o latifúndio. Conservando a classe dominante como detentora do conhecimento, cultura e principalmente o lucro. Enquanto as populações negras, miscigenadas e indígenas após a abolição, ficam sem saber onde se situam socialmente e economicamente nesse tipo de sistema. Com a imigração massiva de pessoas vindas da Europa, vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, principalmente em São Paulo e demais zonas urbanas em desenvolvimento, mas que privilegiavam para campos de trabalho as pessoas advindas para a colonização do espaço, sendo parte do mecanismo regulador do processo de dominação da população marginalizada. Essa democracia racial foi criada com objetivo de estabelecer estratégias de controle de revolta popular por meio de mecanismos do Estado autoritários e de opressão; além de incentivar o mercado interno baseado em multinacionais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles europeias. A partir disso menosprezam as formas de viver das populações indígenas, negras e mestiças e colocam como indivíduos sem história, aculturais, desordeiros, criminosos, violentos, etc. A justificativa da burguesia de inferiorizar essas populações era para continuar mantendo esses indivíduos à margem da sociedade, por meio da criação de periferias, favelas, alagados, invasões e também impedir que a classe trabalhadora reivindicasse melhores condições de vida.

Para o autor, a abolição da escravidão negra no Brasil foi o fato histórico social mais importante para a formação brasileira, então para compreender a realidade desse país é importante, analisar o processo de construção dessa sociedade que foi baseada na exploração desenfreada de pessoas e também do meio ambiente, além de como se manifestou por meio de muitas aderências sociais, ambientais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas pois o objetivo da branquitude é remanipular os símbolos escravistas contra o negro, procurando apagar sua memória histórica, a fim de que ele fique como homem flutuante, a-histórico. Porém precisamos quebrar esses paradigmas impostos, e colocar o negro como agente dinâmico e ser social, que fez e continua fazendo parte da construção desse país, valorizar a luta dos povos que foram contra as medidas desumanas e lutaram pela liberdade daqueles que estavam presentes para que as gerações futuras nascessem livres. Ocorreram muitas revoltas pela libertação dos escravizados e que a história invisibilizou como os quilombos, tendo

grandes líderes como Aquilino, Zumbi dos Palmares, Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis, entre outros povos indígenas e líderes políticos que precisam ser enaltecidos. Segundo o intelectual negro Clóvis Moura:

Olhando o negro brasileiro sem ter estudado o seu comportamento no passado, a não ser através de uma ótica acadêmica, mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar seus esquemas metodológicos. Como dissemos, o problema da escravidão que perdurou nacionalmente durante quase quatro séculos tem menos importância para eles do que o surto migratório que veio basicamente após 1988 e formou uma população livre superposta à negra composta por ex escravos, numa sociedade que ainda tinha (como tem até hoje) na sua estrutura, gravadas fortemente grande parte dos elementos negativos do escravismo. (MOURA, 1983, p.29)

Essas estruturas de poder estabelecidas pelo colonizador para a dominação e incentivo para as populações negras e indígenas ignorarem suas origens, possibilitou o fortalecimento do mito da democracia racial, que foi um suporte ideológico principal para desarticulação da consciência crítica e revolucionária dos povos no Brasil, sendo uma política discriminatória, racista com propósito de extermínio físico (tanto dos corpos como também do território) e social. Ademais, surge o que o autor denomina “elite negra”, que ao invés de reivindicar políticas para a população negra, passa a dar as costas e reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos homens livres na ordem escravista... "Há uma ruptura profunda entre a elite negra brasileira que se desliga da sua consciência étnica, autodenominando-se mulata e a grande massa negra-escrava (composta também por milhares de pardos) das fazendas e mineração". (MOURA, 1983) A maioria da população escravizada ocupava os serviços de agropecuária, agroindústria e mineração. E era nesses espaços que o aparelho repressor se concentrava devido ao medo das fugas e a formação de revoltas e quilombos. Pois os escravizados domésticos não tinham o mesmo potencial crítico e revolucionário, devido ao fato de sofrerem mais com o impacto ideológico do pensamento escravocrata, dessa forma houve diferentes formas de escravidão de acordo com a categoria que o escravo se encontrava.

Segundo o autor, teríamos uma escravidão patriarcal no Nordeste, uma escravidão adocada pelo catolicismo em Minas e uma escravidão capitalista dos barões do café em São Paulo, cada uma com suas características, mas o mesmo objetivo: perpetuação da escravidão a partir de outras configurações com viés “democrático”. O escravismo foi um recurso que impossibilitou o desenvolvimento interno do Brasil e que apesar de ter acabado, “ainda temos profundos vestígios na estrutura da nossa sociedade atual em que formaram populações que se superpuseram ao negro ex escravo como elemento de trabalho qualificado em uma ordem

ainda semi-escravista" (MOURA, 1983). Ocorrendo várias contradições, em que uma delas foi o processo acelerado de marginalização da população negra e crescente estruturação de poder dos senhores de escravizados, que após a abolição, se tornaram latifundiários. Ainda é preciso compreender como o comportamento de determinados grupos, a nível de violências, subordinação, criminalização e extermínio do conhecimento e de modos de viver são reflexo dos longos anos de escravidão. Do mesmo modo que é primordial resgatar a história de resistência dos povos indígenas e negros, as lutas armadas, os movimentos políticos que contestavam esse sistema e valorizar os movimentos atuais que estão ressurgindo com objetivo da luta antirracista.

1.2 A colonização e seus impactos

A colonização foi um processo baseado numa ideologia de superioridade. A Europa foi colocada como centro do mundo e detentora do conhecimento, principalmente, do desenvolvimento mundial em que ao longo do tempo foi moldando, mas sem desconsiderar a exploração dos povos africanos e americanos. A partir do colonialismo, o capitalismo e a globalização foram se constituindo e formando um novo padrão de poder mundial em torno da ideia de controle das raças ditas inferiores a serem exploradas e também das formas de trabalho, além da conquista do mercado mundial, o que conhecemos hoje por neoliberalismo. Essa expansão resultou na elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e também da naturalização da exploração de outras raças, em que ocorreu o controle do comércio e também dos recursos. Negros não eram vistos como dignos de identidade, de recebimento de salário e muito menos digno de direitos básicos; A escravidão foi organizada tendo o escravizado como mercadoria em escala global.

Em meados dos anos 1940, no começo do neocolonialismo, em que houve a conquista e a consolidação territorial do monopólio capitalista (Gayatri Spivak, 2019)¹; em que essa operação não é somente econômica, ela também pode ser entendida nos campos marcados pelo gênero e colonialismo, em que coloca a mulher como subalterna, além de uma série de violências e violações de seus corpos, tornando suas problemáticas invisíveis na sociedade por meio da despersonalização do racismo. O capitalismo traz o sistema colonial como base na sua estrutura, atualmente pessoas negras são formalmente reconhecidas como

¹Gayatri Spivak é uma mulher teórica indiana, de base marxista em que por meio das suas literaturas aborda o feminismo contemporâneo, pós colonialismo e também teorias relacionadas ao multiculturalismo e a globalização. O texto utilizado neste trabalho chamado "Quem reivindica alteridade?" faz uma crítica de como a história tem sido contada e apropriada no processo de globalização.

peessoas, mas será que são respeitadas? Que possuem seus direitos básicos como acesso à educação e saúde? Será que homens e mulheres negras, pardos ou indígenas tem acesso à cidade ou seu território sem medo de morrer? De acordo com a autora o neocolonialismo é uma repetição deslocada de muitas das velhas linhas traçadas pelo colonialismo. Falar sobre esse tema, também é sobre falar como a questão patriarcal influenciou nas relações sociais e raciais, pois a colonização também tem fundamento no patriarcalismo, em que coloca os homens brancos no centro das discussões e também das relações, enquanto as problemáticas relacionadas às pessoas racializadas são deixadas de lado.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. A violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e de raça presentes em nossa sociedade...(CARNEIRO, 2019, p. 313)

A colonização foi construída com base em múltiplas formas de opressão que ao longo da história vão sendo reconfiguradas de forma estrutural e hierárquica, que apesar das inúmeras formas de resistência, de fato nunca ocorreu uma ruptura desse sistema. Para Maria Lugones “[...] a imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam a cuidar do mundo ou a destruí-lo.” A perspectiva ocidental busca compreender os fenômenos em categorias separadas, porém é preciso ter uma ótica ampliada acerca da nossa realidade, para compreender que os fatos se interseccionam e partir disso, buscar estratégias mais efetivas para extinguir todas as formas de opressão sejam elas com seres humanos, sejam elas na natureza ou com os animais. Ademais Maria Lugones busca evidenciar da colonialidade de gênero a dicotomia hierárquica:

Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos- animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem, e sim como alguém reproduzia a humanidade e o capital por meio de sua pureza sexual, passividade e domesticidade- sempre a serviço do homem branco, europeu, burguês. (LUGONES, 2019, p.358)

Enquanto mulheres brancas eram vistas como reprodutoras, as mulheres negras nem se quer eram reconhecidas como seres humanos, sendo colocadas em papéis exploratórios de

cuidado com os senhores, amas de leite, além da violência sexual que muitas passaram, retirando sua autonomia e liberdade. Ademais, foram retiradas de seu território, sua família, cultura, identidade e conseqüentemente colocadas como promíscuas, selvagens, grotescamente sexuais e pecaminosas. A missão “civilizatória” dos colonizadores teve como base a conversão do cristianismo na qual hipersexualiza as mulheres, sobretudo mulheres negras, nessa perspectiva os homens colonizados também sofreram com essas formas de opressão, os colocando como animais e potencial agressores, isso define um dos domínios da subjetividade masculina do colonizado (LUGONES, 2020). Essa missão civilizatória foi na realidade uma forma brutal de acessar esses corpos por meio da exploração, controle da reprodução, violentas formas de abuso, além das várias formas de massacre ² que ocorreram e ocorrem até hoje.

1.3 Para uma ecologia de Saberes é preciso reflorestar mentes

Como os povos que sofreram as mazelas da colonização conseguem defender seu território sem nem ter conhecido sua história devido ao apagamento? Como perpetuar sua cultura sendo que foi retirado de suas terras e dizimado suas memórias? Apesar da tentativa de epistemicídio³, essas populações seguem buscando retomar seu legado por meio da reivindicação do conhecimento, refazendo a história a partir de uma perspectiva crítica a colonização e também rompendo perspectivas que são escritas por colonizadores. Grande parte da nossa história advém da Europa, porém é importante frisar que a história não começa

²Ao longo da colonização ocorreu uma série de massacres contra os povos originários e povos vindos da África, mas gostaria de salientar alguns para que as pessoas tomem ciência de que o processo de construção desse sistema colonial foi cruel e desumano, e que apesar da abolição, o capitalismo continua perpetuando essas violências e opressões por meio de novas roupagens, como a grilagem de terras e a guerra às drogas. No ano de 1960 ocorreu o massacre do Paralelo 11, na qual houve o extermínio de 3.500 pessoas do povo Cinta Larga contaminadas por arsênico dado por pistoleiros da Amazônia. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) esse foi um dos massacres mais sangrentos da história do Brasil a mando de empresários e com ajuda de pessoas que atuavam no Serviço de Proteção ao Índio. (SPI) Além do envenenamento, as pessoas foram torturadas, estupradas, entre outras agressões, além de suas terras serem invadidas. Outro massacre importante de ser lembrado por ser muito recente, foi o da Chacina do Jacarezinho em 2021, em que 29 pessoas foram mortas devido a uma denúncia de tráfico de drogas. Essa operação policial foi uma das mais letais da história do Rio de Janeiro, e a maioria das pessoas que foram assassinadas de forma cruel, não tinham envolvimento com o tráfico de drogas. Demonstrando que essa “guerra as drogas” na realidade é uma guerra contra o povo da favela, em sua maioria negros e pardos.

³Epistemicídio é um conceito elaborado por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.” na qual evidencia a existência de estratégias e de contrato racial baseado na exclusão e/ou subalternização dos negros. Assim como nas esferas sociais, econômicas, o acesso à educação formal no Brasil sempre foi desigual. O epistemicídio cumpre a função do apagamento dos conhecimentos advindos dos povos africanos, originários do Brasil e seus descendentes.

na Europa. Antes da dominação, os povos africanos tinham história, cultura, saberes que foram retirados de forma cruel, da mesma forma que aconteceu com os povos originários do Brasil. Refazer nossas histórias partindo de pensadores, sejam eles acadêmicos ou não, é ir contra o que foi imposto ao longo desses anos, principalmente nas escolas na qual é ensinado que a Europa descobriu as Américas e que vieram trazer a “civilização”, entretanto, pouco sabemos de como foram, como são ainda os impactos nas pessoas que foram colonizadas e também nas futuras gerações.

Segundo o autor Boaventura na obra *Epistemologias do Sul*⁴, o colonialismo para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, na qual a desigualdade em relação às produções de conhecimento resultaram no desprezo e na invisibilização da história dos povos que foram colonizados, negando outros saberes, fazendo com que fosse desaparecendo ao longo do tempo devido esses conhecimentos serem passados em sua maioria pela tradição oral, além do acesso desigual à educação formal. Narrativa por mais interessante que seja, em busca da ecologia de saberes, ela carrega em si os limites de uma perspectiva eurocêntrica, por outro lado existem ideias partindo de perspectivas originárias e afro diaspóricas⁵ como a perspectiva indígena atual de reflorestar as mentes. O surgimento desse conceito nasceu a partir do movimento de mulheres indígenas para construção da Marcha das Mulheres indígenas que ocorreu em 2020 com objetivo de romper o silêncio que encobre a gravidade dos processos de violências nos territórios e também a emergência de pensar alternativas para as mudanças climáticas que vêm acontecendo resultado da colonização de grandes empreendimentos que desmatam, expulsam e contaminam os rios, lagos, riachos, nascentes.

Que a chama que queima os biomas seja o chamado para o reflorestamento de sonhos, cura, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade, memória e história num grande mutirão para reflorestar territórios, mentes e corações. A mulher indígena é a mãe do Brasil, na invasão do Brasil, nós que somos vítimas dessa trama. Porque há luta pelo território? Porque tem território, tem pra onde voltar, quem tem lugar pra voltar, tem mãe, tem colo, tem afeto. [...] Demarcar territórios é garantir a proteção das florestas, animais, ainda dá tempo de lutarmos pois o nosso tempo não é um relógio. Esse projeto é para que não adoeça nossas mentes na qual o capitalismo tem estuprado a terra. Somos todas filhas da terra que não suportamos mais os nossos direitos sendo violados, fazemos valer pelo direito

⁴A obra *Epistemologias do Sul* parte de uma perspectiva de considerar os saberes do Sul Global (América Latina, África e Ásia) a fim de compreender a política mundial e repensar nos desafios a partir de autores dessas regiões.

⁵Afro diáspora é um fenômeno político, sociocultural ligado a imigração dos povos africanos de forma forçada, mas que apesar de toda violência e estratégias de apagamento de suas identidades, história e cultura, esses povos resistindo cultivando sua ancestralidade, seja ela nas tradições religiosas, culturais, gastronômicas, etc.

que é ancestral. (Trecho da fala de Célia Xakriabá na abertura da Marcha das Mulheres Indígena)

São as mulheres do território que sabem as necessidades e demandas da comunidade, pois elas estão à frente da luta cotidiana e é necessário romper com esses intermediários que contam essas histórias sem fazer parte dessa realidade. A luta pelo território, é a luta pela natureza, pelo fim de todos os tipos de violência advindas da colonização, é a luta por todos, sendo necessário pensar verde, em harmonia com a natureza para que o desenvolvimento possa ser feito em equilíbrio, e não de forma exploratória, seja pessoas, sejam a fauna ou a flora. A colonização tentou nos enterrar de todas as formas, mas mal sabiam que éramos sementes de transformação. E com esse pensamento de transformação mulheres indígenas, organizadas formaram a Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), sendo uma articulação de mulheres de todos os biomas do Brasil para o rompimento dessa comunicação padronizada, de uma perspectiva eurocêntrica. São mulheres falando sobre o seu território e chamando todas e todos que querem reflorestar as mentes adoecidas pelo capitalismo para a cura da terra, é falando sobre a demarcação de terras para proteção e preservação do afeto, do acolhimento e fortalecimento dos ecossistemas. Mesmo sendo uma só voz, é uma voz lutando por todos nós, por nossa casa, na qual é preciso compreender que a terra é nosso lar, é sagrada e precisamos cuidá-la.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica. À medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso dessa transformação, a normatividade que conectava os gêneros e a civilização passou a funcionar como uma forma de apagamento dos laços comunitários, das práticas ecológicas, do conhecimento sobre a agricultura, produção de utensílios, sobre os cosmos, e não apenas pela transformação e pelo controle sobre as práticas sexuais e reprodutivas. Conseguimos enxergar a ligação entre a introdução colonizadora do conceito instrumental moderno de natureza, ideia central do capitalismo, e a introdução também colonizadora do conceito moderno de gênero; e vê-las em suas ramificações impressionantes, macabras e pesadas. (LUGONES, 2019, p.363)

Davi Kopenawa conta sua história de como aprendeu a língua portuguesa para ajudar seu povo, mas que na realidade ele não queria aprender, porque o português para ele é o veneno. A língua é uma forma de conhecimento que ajudou o seu povo a resistir à colonização e suas consequências, mesmo não sendo uma tarefa fácil, mantiveram sua cultura longe da catequização e sua terra protegida.

Nós Yanomami sabemos estudar também, sabemos preparar nosso pensamento. [...] Nossa língua é protegida para garantir nossos direitos. Se perdermos a língua, vamos perder tudo o que temos. Se todo mundo aprender a falar português, nós não teremos a terra. Então, achamos bom continuar a usar nossa própria língua. Nossa língua é protegida há muitos anos. Há muitos anos, no início, o criador dos povos Yanomami protegeu a língua e continua a protegê-la até hoje. Porque é nossa raiz, nosso tronco. A língua nos protege. Ela está aqui na minha boca, na borda da minha língua. Ela é como arco e flecha para nos defender. A língua portuguesa é como um veneno, ela envenena a língua indígena. (KOPENAWA, 2021, p.4)

Apesar disso, atualmente o povo Yanomami tem sofrido com a insegurança alimentar, poluição e também vários ataques de garimpeiros no seu território, no ano de 2022 ocorreram vários ataques, incluindo um estupro cometido por um garimpeiro contra uma indígena do povo Yanomami de apenas 12 anos e também de uma criança desaparecida que aparentemente foi jogada no rio, além do desaparecimento de 25 indígenas no mesmo ano e outros ataques recorrentes, o descaso do governo federal em relação a situação não só desse povo, como outros povos de todo o território brasileiro. Segundo o intelectual no texto Grito da Terra (2021):

À medida que a colonialidade se infiltra em todos os aspectos da vida por meio da circulação do poder no nível do corpo, do trabalho, da lei, na imposição de impostos e no aparecimento de desapropriações de propriedades e terra, sua lógica e eficácia são enfrentadas por pessoas diferentes cujos corpos, Eus relacionais, e relações com o mundo espiritual não seguem a lógica do capital. A lógica seguida por elas é contraposta pela lógica do poder. Os movimentos desses corpos e dessas relações não se repetem; eles não se tornam estáticos e ossificados. Tudo e todos continuam a responder ao poder, e respondem, muitas vezes, de maneira resistente – nem sempre um desafio aberto, apesar de algumas vezes o ser -, e de formas que podem ou não ser benéficas para o capital, mas que não parte da sua lógica. A partir do lócus fraturado, o movimento sucede na retenção de formas criativas de se pensar, comportar-se e se relacionar, que são antiéticas à lógica do capital. Os sujeitos, as relações, as bases e as possibilidades são continuamente transformadas, encarnando uma trama desde o lócus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada. Adaptar, rejeitar, adotar, ignorar e integrar nunca são apenas formas isoladas de resistência, por serem sempre performadas por um sujeito ativo complexamente construído na sua habitação da diferença colonial como um lócus fraturado. (KOPENAWA, 2021, p.12)

Com avanço da mineração em terras Yanomamis mesmo sendo um território demarcado, Kopenawa (2021) convoca as pessoas da cidade para se juntarem à luta e salvar seu povo, pois Hutukara não tem fim, mas as pessoas sim. Se não considerarmos a destruição das matas, mudanças climáticas e o aquecimento global como uma problemática socioambiental e não apenas um problema ambiental, ou seja, os problemas ambientais como resultados do sistema capitalista e suas ações humanas, em sua maioria pela burguesia e pela falta de políticas públicas; não vamos conseguir proporcionar para as futuras gerações uma qualidade de vida, o bem viver. É necessário refletir com base na colonização e todas as suas formas de opressão sucederam o capitalismo que explora colocando pessoas e meio ambiente como recursos a serem utilizados. “Hutukara é um universo que não vai acabar, que nunca vai acabar. Não tem fim. A nossa vida acaba. Estamos ficando velhos já, como as árvores.

Quando uma árvore chega em certa idade, ela cai. Nós somos assim” (KOPENAWA, 2021). Inserir os saberes indígenas, suas formas de luta na prática e na atuação enquanto assistentes sociais, é se afirmar seres políticos como símbolos históricos de resistência ao nosso tempo assim como os povos quilombolas. Os conhecimentos periféricos, tão próximos ao território considerado civilizado pela lógica colonial do pensamento, apesar de não terem sua história definida, são também canais para que possamos resgatar uma trajetória de pensamento que sobreviveram e sobrevivem às mazelas da colonização.

CAPÍTULO 2: PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS DESIGUALDADES

*No pós liberdade
O negro foi marginalizado
Teve a alma aprisionada
Com as algemas da desigualdade
Hoje refugiado em favelas
Onde a vida tem suas mazelas
Combate à miséria, o preconceito e a adversidade
A igualdade e o respeito
Mais do que anseios
Também são necessidades*

(Povo Guerreiro. Intérprete: Criolo, compositores: Ricardo Rabelo, William Borges)

2.1 A colonização e o processo de periferização

Durante séculos o Brasil como um todo, foi um país agrícola, somos um país formado por lavradores e trabalhadores do campo, mas devido a premissa dos colonizadores de modernização e civilização de acordo com os padrões europeus, iniciou-se o processo de urbanização que foi dividido em três fases, na qual começou no período entre 1500, cujo a fase foi de maior intensidade, foram criadas as primeiras cidades, sendo Recôncavo Baiano e Salvador, as primeiras redes urbanas no país (SANTOS,1993). A segunda fase ocorreu entre 1580 e 1640, no período da dominação espanhola, sendo fundado uma vila e três cidades: Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. No terceiro momento, entre 1650 e 1720, de acordo com Milton Santos, foram fundadas 35 vilas, elevando duas delas a categorias de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por um conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades, considerado pelo Nestor Goulart como “sistema social da Colônia”⁶. A urbanização foi sendo construída sem relação com território, apenas com interesses de crescimento econômico, sendo a base desse desenvolvimento a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral, fazendo com

⁶GOULART REIS FILHO, Nestor. Evolução urbana do Brasil, São Paulo, 1968. Os elementos do sistema social da colônia são constituídos pela organização político-administrativa (capitanias e o governo-geral), as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e subsistência) e as camadas sociais (proprietários rurais, atividades econômicas urbanas e seus atores.

que retirasse determinadas populações de sua terra, para dar lugar à agricultura de exportação para as colônias.

No fim do período colonial, as áreas urbanas já tinham números significativos de habitantes concentrados nas cidades, para Milton Santos (1993) , entre 1890 e 1920, houve um aumento de 6,8% a 10,7% em relação ao crescimento urbano de quatro pontos e foram necessários apenas vinte anos para esse número de crescimento urbano triplicar passando para 31%, evoluindo de forma acelerada e atomizada, em razão do movimento de capitais mercantis permitindo investimentos de origem privada de companhias de energia, telefonia, bancos, meios de transporte, postos de gasolina, armazéns para a venda de instrumentos agrícolas e sementes, sendo necessário a mão de obra. Porém esse desenvolvimento ocorreu de forma desigual, sem considerar as demandas de estrutura urbana para abarcar todos os indivíduos que estavam migrando para as cidades que estavam sendo construídas. A produção de café em São Paulo se torna o polo dinâmico do país, porém abrange os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com objetivo de limitação do espaço e do mercado, na qual quem participa é apenas uma parcela do país. De acordo com a teoria de Milton Santos (1993), a partir dos anos 1940 e 1950 o processo de industrialização se intensifica por meio de um processo social complexo que se caracteriza pela expansão do consumo em seus diversos âmbitos, terceirização do trabalho, fim da segunda guerra mundial em que houve maior taxa de natalidade e diminuição da taxa de mortalidade em razão dos progressos sanitários; intensificando mais a urbanização, porém com a distribuição desigual de moradias e acesso à direitos básicos, colocando os trabalhadores à margem das grandes cidades.

O fenômeno não se dá de maneira homogênea, pois nos anos de 1960 e 1970 a população agrícola cresceu em todas as regiões, exceto no Sudeste. Na década de 80, a população rural cresceu nas Regiões Norte e Nordeste, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste ocorreu uma perda, principalmente entre os anos de 1970 e 1980, com a criação da capital e a intensificação da migração para Brasília. A maior perda da população agrícola ocorre em São Paulo.

O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, ao passo que a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054). A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os boias frias) (apud. J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para os nossos velhos esquemas cidade-campo. (SANTOS, 1993, p.33)

Alcançamos atualmente um nível de urbanização significativo em que de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) realizada em 2015, a população que vive em área urbana é de 84,72%, enquanto a população que vive em zona rural é de 15,28%. Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva (SANTOS, 1993). A urbanização foi crescente de acordo com processo de colonização, que se iniciou nas áreas litorâneas, sendo a cultura do café uma ferramenta essencial para mecanização do território, devido aos grandes latifundiários e a ideia de desenvolvimento fazendo com que a urbanização começasse a crescer e dividir o Brasil entre Brasil urbano e Brasil rural. Para o crescimento econômico, era necessário construir cidades metrópoles e cidades intermediárias para atender as demandas da grande cidade, porém adotando um modelo geográfico de crescimento afastado e desmesurado, causando o efeito da especulação imobiliária, tornando o perfil urbano complexo pois o crescimento de políticas voltadas para a infraestrutura das cidades intermediárias/periféricas foi sendo discrepantes comparando as metrópoles.

Esse ideal de desenvolvimento resultou na periferia no polo, em que a população em busca de condições de vida melhores na grande cidade, acaba não conseguindo acessar o mercado de trabalho e nem a bens e serviços essenciais, sendo colocados à margem da sociedade. A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico do que é o suporte como por sua estrutura física, que faz os habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial (SANTOS, 1993). Esse contexto societário e territorial terá como consequência uma nova urbanização brasileira, em que o conhecimento técnico-científico passa a ser mais presente nas atividades humanas e amplia a necessidade de empregos nas zonas urbanas e o consumo, consultivo e produtivo. Para o autor, Milton Santos, o consumo tem um efeito essencial para reprodução do sistema, pois contribui para ampliar a escala de urbanização, aumenta a importância dos centros urbanos, fortalece o ponto de vista econômico e demográfico, tornando a divisão de trabalho entre as cidades mais complexa. Em contrapartida, o sistema urbano é modificado devido a presença de indústrias agrícolas não urbanas, que possuem potencial de mudança tecnológica e institucional, tendo influência junto ao Estado nas decisões relacionadas a economia e a sociedade; ocorrendo conseqüentemente conflitos territoriais devido a mudanças autoritárias e radicais. O poder relacionado às decisões das

questões do campo, é imposta pela cidade, ocorrendo uma divisão social, territorial e a ampliação das diferenciações regionais do trabalho.

São Paulo passa a ser a cidade mais importante do país, pois além do desenvolvimento industrial e urbanístico, também é um estado que tem capacidade de produzir, coletar e classificar informações próprias e dos demais estados. Esse período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são mais capazes de acolher. A mais rica de todas, São Paulo, é também a que tem maior poder de atração. Basta dizer que, entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do País, o dobro do que vai para o Rio de Janeiro. Apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado, em favor da colonização da Amazônia, levando para essa região um contingente de dois milhões de pessoas, essa migração não é comparável a que se dirigiu para as regiões metropolitanas [...] por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza.

Por isso assistimos no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20.000 e 500.000 habitantes veem sua população total passar de cerca de 7 milhões em 1950 para perto de 38.000.000 em 1980, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio em 1950 para 29.000.000 de residentes em 1980 (SANTOS,1993, p.54 e 55).

Devido ao crescimento de forma acelerada em razão do desenvolvimento econômico, principalmente nas cidades metrópoles, começam a se acentuar problemáticas como a falta de emprego, habitação, transporte, educação, lazer, saúde, água, manejo de esgoto devido à falta de planejamento e também a necessidade de atender as demandas do capital. Quanto maior a cidade, as problemáticas citadas se tornam mais evidentes. Segundo o autor Milton Santos, a urbanização é corporativa, pois o comando dos interesses das grandes empresas, são o resultado da expansão capitalista que devora recursos públicos em detrimento dos gastos sociais e afirma também que quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e mais vasta, maior diversidade, e maiores as diferenças nas atividades e estrutura de classes. Porém, as cidades foram construídas com objetivo de ocupação de vastos territórios para que ocorra a interdependência e a especulação em razão do tamanho urbano, carências de infraestrutura como transporte e ferrovias, gerando a periferização da população e um modelo específico centro-periferia. A classe trabalhadora via de regra está nas periferias, servindo como mão de obra em um projeto colonial em que limita o acesso da população a direitos básicos, enquanto uma parcela da população detém os meios de produção e os lucros.

A organização interna das cidades mostra que há problema estrutural, na qual ocorre a perpetuação desse sistema, e com o capitalismo monopolista, agrava a situação

fundiária em que desde a abolição da escravidão, não ocorreu a reforma agrária, possibilitando o acesso à terra para a população. Apesar da criação do Banco Nacional da Habitação, o problema não é solucionado pois a demanda cresce de forma exacerbada com a chegada de indivíduos vulneráveis na cidade, enquanto latifundiários, possui grandes terrenos, a classe média passa a expandir também nas áreas urbanas, contribuindo para o processo especulativo.

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre, e de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso. A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização.

A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alugar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O marketing urbano (das construções e dos terrenos) geram expectativas que influem nos preços (SANTOS, 1993, p.96).

Sendo assim, na particularidade do capitalismo brasileiro, as questões políticas e sociais são dependentes do desenvolvimento que estrutura as ações do Estado, ocorrendo o aprofundamento da acumulação capitalista e têm nas cidades o lócus das mais diversas expressões da desigualdade social, econômica, política e ambiental. (CFESS, 2016). Essa herança escravocrata nega a cidadania, devido à desvalorização do trabalho, patriarcalismo e falta de reconhecimento dos direitos da população, sendo a periferia o resultado de todo esse contexto histórico de negação dos direitos e omissão do Estado. Com o neoliberalismo, essas problemáticas foram se acentuando devido a privatização de empresas estatais, padrões desiguais de acesso à terra, retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores e aumento dos conflitos fundiários devido ao crescimento das fronteiras agropecuárias no Cerrado e na Amazônia, ocasionando a degradação ambiental e principalmente tensões com as populações tradicionais. A questão urbana é uma das expressões da questão social, isto é: uma expressão

da luta de classes por exploração, mas também por condições melhores de vida, justiça social e resistência a todas essas problemáticas citadas por aqui.

2.2 Processo de construção do DF e a neocolonização

O processo de formação do desenvolvimento urbano de acordo com o autor Welliton Carlos Silva (2016), se deu a partir do Tratado de Tordesilhas, as capitânicas hereditárias e a distribuição de sesmarias, na qual iniciava o processo de demarcação de terras com objetivo principalmente de impedir que a Espanha avançasse nos domínios de terras. *Ao longo dos séculos de fazendas*, a maior parte do território do DF e Entorno originou-se a partir da redistribuição. As fazendas foram destinadas durante as capitânicas⁷ em sua maioria os donatários eram comerciantes ou pessoas da nobreza de Portugal; na qual essas fazendas eram para exploração inicialmente de pau-brasil, mas depois também de minério, criação de pasto para gados, criação de lavouras de cana de açúcar, café etc.

O reconhecimento de que a localidade definida como Entorno existe antes de Brasília não exclui, como visto, o fato da capital ser essencial para constituir o que hoje se entende por Entorno do Distrito Federal. De fato, infelizmente, Brasília institui relação identificada pela visão ainda colonizadora de centro e periferia. Não de forma espontânea, como faz crer os surgimentos dos centros históricos e em seguida cidades independentes, mas a partir de normas jurídicas e coações territoriais capazes de passar por cima de traços culturais autóctones e fazer crer que a atual organização territorial seja mais adequada aos que ali residem ou residiram. (SILVA, 2016, p.19)

As capitânicas tinham o objetivo de facilitar a administração da Colônia Portuguesa, apesar das terras continuarem pertencendo ao Reino de Portugal, os donatários tinham autonomias em suas regiões, podendo distribuir terras (sesmarias) e cobrar impostos dos novos moradores da capitania. Fazendo com que surgissem as primeiras formas de administração do uso de terras e também início das desigualdades e formas de exclusão dos povos que foram colonizados, expulsos dos territórios que pertenciam. Mesmo o Brasil ter sido “descoberto”, os acontecimentos nunca foram por acaso, sendo parte de um planejamento do sistema sociocultural e econômico que se perpetua até hoje.

⁷Foram as primeiras formas de divisão de terras e administração da Colônia Portuguesa no Brasil. Devido ao receio da coroa portuguesa perder as terras para as outras colônias, o rei português decidiu dividir em 15 regiões, passar 14 delas para terceiros administrarem na qual eram chamados de capitães- donatários. Essa política concedeu vários privilégios aos donatários na qual possibilitava a arrecadação de tributos, monopólio da justiça, autorização para formação de vilas, alistar outros colonos para fins militares e milícias. As capitânicas foram essenciais para a formação dos latifúndios.

Em Goiás, portanto, através da institucionalização do DF, o centro surge depois do que virá a ser a periferia, invertendo a ordem da instituição dos espaços urbanos. A imposição de uma relação centro e periferia é em grande parte forjada tendo em vista o interesse do capital financeiro e sua relação com elementos exógenos (órgãos administrativos, indústrias, empreendedores do agronegócio) acaba por criar uma nova dinâmica: cidades até então agrárias como Luziânia, fundada em 1746, tornaram-se com pouquíssimo tempo e sob uma agressiva administração territorial em centros urbanos, encurralando seu passado camponês em pequenas fazendas e chácaras (SILVA, apud PELUSO & TORMIN, 2016 p.19)

Desde sua origem e mesmo antes, Brasília e seu contorno de cidades administrativas foram uma construção jurídica. Surgiu na lei e depois aos poucos foi se adequando à realidade prescrita (SILVA, 2016). A elaboração da construção do Distrito Federal estava sendo discutida há algum tempo, inicialmente sendo apenas uma lei de execução de mudança da capital para o interior do país, além do objetivo de urbanizar, foram surgindo conglomerados de interações para a ocupação de terras para serviços agrícolas. O estado mais uma vez buscava estratégias para manter as ideias coloniais em busca do desenvolvimento e mais uma vez a maioria da população ficava à mercê da aristocracia que decidia sobre os processos de urbanização sem validar as existências e saberes que ali já se faziam presentes. É válido ressaltar esses dois trechos em que o autor Welliton Carlos da Silva cita a ocupação de terras:

O processo de ocupação de terras goianas a partir das décadas de 1950 e 1960 sofreu profunda modificação por conta de dois eventos colaterais: a interiorização da modernidade conservadora dos processos agrícolas e a busca da integração dos territórios por meio da construção de Brasília. De um lado, portanto, uma tentativa de modernizar práticas antigas de produção agrícola sacudiu os rincões de Goiás, ora com esse discurso da modernidade ora com a necessidade de empreendimentos mercantis e estatais avançarem nas fronteiras em busca de recursos financeiros. Por outro lado, emergiu o discurso de que a nova capital era necessária. E esta nova capital traria uma marcha desbravadora mais uma vez para o centro do Brasil. Juntos, estes atos – a interiorização tendo em vista a ampliação da produção agrícola e construção de Brasília- provocaram modificações intensas em uma região legalmente conhecida como entorno do Distrito Federal [...] A mesorregião integrada por 19 cidades goianas e 3 mineiras era até a construção de Brasília uma conformação de extensos territórios agrários, algum deles com uma única variedade econômica, a extração mineral. Mais recentemente, as sociedades tipicamente agrárias de Luziânia e Cristalina passaram por estas transformações quando foram confrontadas com elementos determinantes da hegemonia capitalista e globalizante, cuja bandeira fincada em Goiás estampou a expressão “desenvolvimento”. A localidade onde hoje se insere Brasília outrora formava territórios e extensas faixas de terras verdes, solitárias e que apresentavam uma das menores densidades demográficas do país. Espaço encravados nas raízes ancestrais dos povos indígenas, comunidades rurais, quilombolas e ciganos, o Entorno se desenvolveu sob o epíteto de terras de oportunidades, el dourado sagrado e terra fértil para todos os empreendimentos agrícolas- e quem sabe, até mesmo os industriais. (SILVA, 2016, p.11)

É importante enfatizar que antes da mudança da capital e construção de uma nova cidade no interior do país, havia seres que já habitavam esse território, na qual foram expulsos em nome do desenvolvimento e essa ideia era vendida como promessa de novas habitações para a população. Porém o que ocorreu foi um processo de ocupações desordenadas, pois o

Estado não garantia habitações para todos os trabalhadores que estavam migrando para construir a nova metrópole e também não queriam que a classe operária fincasse suas raízes na nova zona urbana. A passagem das antigas fazendas de Goiás para uma peculiar condição de periferia da Capital Federal (SILVA, 2016) resultou nas cidades sem planejamento urbano e distante dos centros das decisões, além das periferias de Brasília, também acontecia a formação do entorno do Distrito Federal.

Tal ação desenvolvimentista foi flagrantemente legitimada pela legislação: assim, a ação administrativa do Estado foi negligente aos interesses da maioria dos moradores e providencial para os aquinhoados financeiramente. [...] Uma produção legislativa que legitima e regulamenta ações de interesse dos grupos econômicos, cuja preocupação é semelhante às corporações privadas que resolveram colonizar Brasília e o entorno- e até mesmo a moderna capital Goiânia. (SILVA, 2016, p.12)

Esse projeto de colonização atendia apenas os interesses da burguesia, sem considerar quem já estava aqui e os que chegaram em busca de uma vida melhor e condições de trabalho dignas; além disso, a questão de terra é uma problemática que advém do período da escravidão na qual quem detinha de propriedades eram majoritariamente os colonizadores advindas da Europa, que desprezavam os diferentes modos de viver. A forma de retirada desses territórios aconteceu de forma violenta e autoritária, não só com os humanos, mas com todos os seres vivos que faziam parte da biodiversidade, principalmente em busca de minério na qual esse território possuía e também para transformação de fazendas para criação de gado. Nesse período de descoberta e invasão de novos territórios⁸ já era sabido a existência de inúmeros santuários ecológicos, apesar da discussão de proteção da biodiversidade, os interesses econômicos se sobressaem em relação a proteção desses recursos.

Com enorme potencial hídrico, devido ao seu perfil hidrológico, o Planalto Central, vestido pelo Cerrado, tornou-se espaço para vegetação, fauna e mananciais de visibilidade internacional. A preocupação jurídica com sua degradação tem início de forma mais detida a partir da virada da década de 1970 para 1980, principalmente após o aparecimento do direito ambiental e da sua aproximação deste com um Direito Constitucional, fruto do novo ordenamento da Carta Magna de 1988, e da sua produção em massa de reportagens jornalísticas sobre a devastação ambiental. (SILVA, 2016, p.15)

⁸ Antes mesmo do início da construção, por meio de previsões de que encontrariam um espaço com muitas riquezas tanto materiais, como espirituais, e a civilização apareceria em busca dessa terra prometida. Essa previsão veio de João Belchior Bosco, um sacerdote católico italiano em que resultou na consciência da importância desse espaço por parte dos europeus. Outra previsão de uma perspectiva indígena relacionada a nova capital, era de que entre os trabalhadores que estavam vindo para nova capital construí-la, estavam o povo Fulni-ô, em busca de um espaço seguro para realizar suas tradições culturais, encontraram a Fazenda Bananais, na qual estabeleceram uma conexão espiritual muito forte, percebendo que aquele território possuía forças ancestrais de parentes que haviam passado ali e que futuramente também seria um espaço de muita importância para o movimento indígena. Atualmente esse território se chama Santuário dos Pajés, e é fruto de uma luta muito intensa para demarcação de terras na qual a especulação imobiliária por muitas vezes tentou retirar esse espaço para construção de edifícios, mas que o povo que vive nesse território, resiste para manter o legado dos seus antepassados em meio aos interesses econômicos.

Apesar do impulsionamento das mídias em relação às questões ambientais na qual deu visibilidade ao potencial ecológico desse território, as demandas em relação à proteção do Cerrado foram se perdendo, pois, o objetivo central era de modernização da agroindústria e planejamento da nova capital. “Foi a partir da violência ambiental e territorial, municípios antes embalados por um ritmo esperado de crescimento econômico e populacional sofreram uma mutação histórica” (SILVA, 2016) na qual alterou as formas de sociabilidade e pertencimento das pessoas com seus territórios na qual o viés econômico influencia na lógica de ocupação e direitos. A classe trabalhadora não pode permanecer no centro da capital, ⁹sendo colocada de forma autoritária nas periferias e entornos do Distrito Federal, mesmo antes da construção ter sido terminada.

Desta forma, o modelo de capitalismo agrário que chegara ao Brasil é tardio- e para comprovar basta perceber as crises enfrentadas pelo país, principalmente após o rompimento com a Holanda, no tocante refino do açúcar brasileiro e a distribuição na Europa. Sem os holandeses, precursores do controle da produção e parceiros de primeira hora, o açúcar nacional tornou-se de má qualidade e sem interesse para o mercado exterior, fato que jogou o Brasil em uma profunda crise econômica, somente superada com a exploração da mineração do século 18. (SILVA, 2016, p.16)

Com os modelos econômicos sendo mudados constantemente, o Brasil por ser um país dependente foi obrigado a se adaptar impulsionando a exploração da mão de obra, perda de terras dos pequenos produtores para os grandes latifundiários, intensa exclusão e falta de acesso à moradia para a classe trabalhadora. A terra passa a ter um valor de uso, enquanto os proprietários buscam a acumulação e valorização de seus bens por meio de políticas que os próprios regulam. Nunca ocorreu uma uniformização de acesso às terras no país, acentuando a concentração de terras, na qual a doação de sesmaria era em sua maioria para os colonos; e aumento da desigualdade pois pós abolição os recém libertos acabavam continuando nas grandes fazendas, devido à falta de acesso ao mercado de trabalho e também de moradia.

Esta suspensão de sesmarias ocorreu em razoável lapso de tempo. Neste período, ocorreram ocupações irregulares que ajudaram a criar o Brasil uma situação ainda maior de incerteza jurídica. Tal hiato em que ocorria a ausência de uma lei para regulamentar posses e ocupações será utilizado pelos fazendeiros mais fortes e poderosos, que se apropriaram do máximo possível de faixas de terras, formando os imensos latifúndios que desenharam o atual sistema agrário brasileiro. (SILVA, 2016, p.37)

No ano de 1850 ocorreu a criação da Lei nº 601 o Estatuto das Terras Devolutas ou Lei de Terras, que tinha como objetivo possibilitar uma uniformidade de ocupações, porém

⁹ Antes do século 18 já estavam presentes os Quilombolas que atualmente estão no território de Luziânia denominado Quilombo Mesquita, quilombo construído após os anos de ouro da mineração. Estes também foram essenciais para o desenvolvimento da nova cidade mas que sofrem com grandes repressões devido a demora na demarcação de terras. Confira reportagem: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44570778>
Acesso Dezembro de 2022

essa lei foi fundada com viés do sistema capitalista, ou seja, os interesses da elite se sobressaem em relação às demandas da população, essa lei foi por muito tempo protelada em razão dos interesses econômicos e só ocorreu devido às pressões externas. A lei de terras continha o pretexto da extinção do tráfico de pessoas e da substituição do trabalho escravo pela imigração, mas isso aconteceu de forma lenta e gradual, pois era de acordo com impulso do grupo conservador. Entretanto, os colonizadores estavam transformando os terrenos em grandes negócios, na qual inicialmente eram cedidos aos colonos para que facilitasse a colonização da coroa portuguesa e tinham um aporte do Estado para se instalarem e a Lei de Terras possibilitou a revenda de terras em condições lucrativas. Com o passar do tempo os conflitos foram impulsionando, porém até hoje não ocorreu o rompimento dessa acumulação de terras. Em relação a construção da capital; na concepção da elite burguesa, a ideia era de que a classe operária voltasse para as suas regiões de origem, entretanto não foi o que ocorreu; e os movimentos migratórios foram cada vez mais se intensificando nesse período, na qual os indivíduos buscavam por melhores condições de trabalho e também de moradia.

Conforme esta visão redentora do mercado, qualquer que fosse o objeto em questão (trabalho, terra ou mesmo dinheiro) a tensão transbordava da zona econômica e chegava ao meio político. O equilíbrio tinha que ser restaurado de qualquer maneira. “Por mais paradoxal que pareça, não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado autorregulável, mas também a própria organização da produção capitalista (SILVA apud POLANYI, 2016, p.44).

Antes da validação da Lei de Terras, o caminho do que um dia seria conhecido por Goiás já era objeto de pedidos de ocupação por meio das sesmarias desde 1655. A ocupação de Goiás já estava acontecendo devido à alta procura do ouro, isso possibilitou o início da interiorização do povoamento, tendo Goiás se submetido a tal sistema de colonização (SILVA, 2016). Com isso a estratificação e a exclusão na distribuição de recursos e na comunicação vai se tornando um privilégio e criando a dicotomia cidade/campo, civilizado/primitivo, império/colônia, centro/periferia. Os determinantes são relacionados a força de trabalho em prol da conquista das riquezas para a elite, deixando enfrentamentos e mortes por essas terras. A principal atividade econômica era a mineração, após a descoberta da presença do ouro, o requerimento para ocupação foi aumentando, e ao longo do caminho foi formando pequenos pousos e roças, na qual essa ocupação foi bem vista pela coroa portuguesa pois impedia o contrabando e também ocupações irregulares. Assim os detentores da economia rompem com os processos orgânicos de povoamento e desrespeitam os arranjos culturais locais, separando a região da territorialidade.

Sob o império da lei- muitas vezes desconhecida- e dos atos da coroa portuguesa, e posteriormente da República, as terras que antes eram de muitos tornaram-se rapidamente em terras de poucos. Sob o manto do agravamento da violência estrutural, fundante do território goiano, o Estado se ordenou tendo como enfoque o desprezo pela vida indígena (assassinatos que sequer entravam para estatísticas oficiais de homicídios) e imensos conflitos entre escravos e senhores. Assim, a violência que ordenou a realidade de Goiás naquele período flagra a existência de uma terra de pouca sofisticação legal, onde imperava o arbítrio dos proprietários e a nítida separação entre os humanos, seja na vida dentro os que compunham a casa grande ou a senzala, seja na morte, quando os brancos eram enterrados nas igrejas e os negros jogados em campos de força. (SILVA,2016, p.50)

Nesse trecho podemos identificar a violência estrutural presente nos conflitos por terras e pela sobrevivência, na qual o amparo do estado era negado para os indivíduos que sofreram com a colonização e que sofrem com as mazelas deixadas por esse período. Antes do início do povoamento colonial, nesses territórios estavam presentes pessoas negras, ciganos e indígenas, tanto que o nome do Estado de Goiás advém de um povo indígena do território chamado *Goyazes*¹⁰; esse período é descrito pelo autor Silva “como de extrema violência devido aos conflitos por terra e também pela falta de juízes ou pessoas que detinham do conhecimento das leis, facilitando a prática de crimes.” A terra tinha lei, porém não tinha pessoas que pudessem fiscalizar e cumpri-las, as leis não eram feitas para a classe trabalhadora; Mesmo após abolição a exploração ainda se fazia presente, se fez durante a construção da nova capital e se perpetua até os dias de hoje com novas formas de exploração e dominação. No caso do entorno do DF, o espaço e o local anterior, antes do uso dado pelo homem. Em cada momento, as cidades, limites culturais criados pelos homens se prestaram a um determinado uso, acumulando territórios que foram sobrepostos uns aos outros (SILVA, 2016).

No desbravamento dos Bandeirantes em busca de riquezas e também novas terras a serem civilizadas, foram localizados vários povos que ali já estavam, inclusive com disputas de terras como ocorreu com os Kayapós e Goyazes, porém pouco se sabe dos povos que estavam aqui antes da civilização e criação da capital. De acordo com autor Silva (2016), dos povos que habitaram o Estado de Goiás, a maioria foram dizimados e suspeita-se que os colonos Bartolomeu Bueno da Silva e Anhanguera tenham provocado o extermínio desses povos e outros que atualmente não podemos relatar devido ao apagamento histórico desse

¹⁰Conforme Lages, entre 1664 e 1682, quando tinha 12 anos, Anhanguera saiu pelo mundo e foi parar na terra dos índios Goyazes. O Pai de Anhanguera filho identificou ouro e organizou uma bandeira que legou farta documentação (SILVA apud LAGES,1996, p.18) Lages Afirma que uma ordem expressa mandou que todos os moradores atingidos pela rota deveriam apresentar seus títulos e todo os tipos de papéis que dispunham para a secretaria do governo de São Paulo. É desta época, 1726, a concessão dos primeiros lotes de sesmarias no caminho de Goyazes. Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Pais de Breu foram os que primeiro receberam tal direito. Em menos de 10 anos, foram concedidas 67 sesmarias no” Caminho de Goiás”.

período. Das fazendas surgem os centros modernos para civilização, na qual é necessário a criação da periferia para afastar a classe trabalhadora do núcleo das decisões. A partir da criação de Brasília, antes esses territórios que eram visados devido ao minério, passam a ser considerados as periferias do entorno do DF, e ao longo dos anos 1960 as cidades satélites vão surgindo e formando outras periferias. Segundo Paviani (2007) Brasília surgiu com objetivo de cumprir função político-administrativa do país, local na qual seria primordial acompanhar as modernizações e desenvolvimento industriais. Por ser uma cidade recém criada sem estrutura econômica, a cidade planejada ao longo do processo foi evidenciando as injustiças, principalmente as desigualdades socioespaciais.

A Habitação no DF tem algumas características diferentes das do restante do país, devido ao planejamento feito à época da sua construção e às distorções que sofreu durante os governos que se seguiram. Com terra predominantemente estatal, a capital planejada para 600.000 habitantes não previu locação para bairros de trabalhadores, pensada apenas para funcionários públicos. Mas há um precedente para isso. Durante o último governo Vargas, foi elaborado um plano de ocupação para o Centro-Oeste que se baseava na colonização de dois eixos: entre Goiânia e Anápolis (e para isso foram levados até lá os trilhos de ferrovia) e outro no antigo norte de Goiás, hoje Tocantins, que se desenvolveria ao longo de seis cidades planejadas, entre Ceres e Porto Nacional. Com a construção de Brasília, esse projeto foi deixado em segundo plano, mas não abandonado, levando inclusive a construção da Belém-Brasília por esse eixo norte, que seria dedicado à produção agrícola, enquanto o eixo Goiânia-Anápolis seria um cordão umbilical. (STUMPF, SANTOS, 1996, p.50)

Durante a ditadura militar, essas ideias foram substituídas pela censura, proibindo imigração para o Plano Piloto e dificultando a criação de políticas públicas de habitação. O resultado foi o surgimento de conglomerados, levando a formação de favelas e conseqüentemente a remoção de forma autoritária¹¹, mas com a pressão popular foram surgindo assentamentos populares para a classe operária.¹² A falta de planejamento regional, aliada à política de “fechamento” do Plano Piloto, levou a criação de grandes cidades-dormitórios para essa enorme massa despossuída (STUMPF, SANTOS, 1996, p.51).

¹¹Um exemplo de violência que ocorreu durante a construção de Brasília ficou conhecido por Massacre da Pacheco Fernandes. Um ano antes da inauguração da capital, dezenas de operários foram mortos e muitos feridos após reivindicarem melhorias nas condições de trabalho que eram colocadas a eles. Os operários eram submetidos a jornadas longas de trabalho, além das péssimas condições de alimentação e dos dormitórios. Muitos desses trabalhadores vieram com suas famílias e devido à falta de moradia para a classe trabalhadora, as famílias construíram seus barracos de madeira em busca de condições de vida melhores na nova capital. Porém com as condições precárias dos trabalhadores, eles começaram a questionar sobre a situação dos dormitórios que eram grandes amontoados com camas feitas de capim e a alimentação insalubre devido a comida está estragada, demora nas filas e isso foi estopim para os trabalhadores se indignarem. Para conter a revolta foi chamada a Guarda Especial de Brasília (GEB), que enviou dois soldados, mas acabaram recuando, porém ao anoitecer a GEB retornou e de forma autoritária e desumana, os soldados atiraram nos trabalhadores que estavam dormindo. Esse caso não foi isolado, mas a mídia sempre abafou os casos de violência para não manchar a imagem de Brasília antes mesmo da inauguração.

¹²SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil.

Com objetivo de silenciar os movimentos reivindicatórios, para que não pudessem abalar os governos militares, a criação de infraestrutura nas cidades satélites foi uma das estratégias. Esses serviços na época eram considerados acima da média nacional, dando uma falsa sensação de proteção social. Ao contrário do que o governo ditatorial pensava, a população não influenciou na governabilidade e aproveitou o surgimento do investimento das infraestruturas e serviços para desenvolver as cidades, principalmente as regiões de Taguatinga, Ceilândia, Sol Nascente/ Pôr do Sol e Samambaia.

Assim instalada e dispondo de serviços aos quais não tinha acesso, no cinturão de atraso que ainda hoje cerca Brasília, essa população não cessou de migrar e tratou de aproveitar as oportunidades para galgar posições na máquina estatal, no comércio e na pequena indústria que se instalou nos satélites, assegurando um lugar no futuro para si e seus descendentes. [...] Com a redemocratização, um esquema clientelista, importado das regiões mais atrasadas do Goiás, passou a dominar o cenário político local, patrocinando, com fins eleitorais, a distribuição intensa de lotes em novos assentamentos, agravando o problema. (STUMPF, SANTOS, 1996, p.51)

Com a intensa imigração, doação de lotes e a falta de planejamento urbano geraram as desordens urbanas impactando não só a população como também causando grandes impactos sobre as finanças públicas e o meio ambiente da região (STUMPF, SANTOS, 1996). Apesar da infraestrutura básica nas regiões administrativas, não eram suficientes para atender a toda a população gerando colapso nas redes de serviços. Foi neste cenário político, econômico, sociocultural que foram sendo gerados problemas relacionados a imposição capitalista de mercantilização de terras, na qual trabalhadores desempregados em busca de inserção no mercado de trabalho e em busca de realizar algum projeto familiar se depara com a utopia da cidade planejada e são expulsas das áreas do Plano Piloto e colocadas a quilômetros de distância dos centros das decisões. De acordo com Souza, Machado e Jaccoud (1996) com a proliferação de acampamentos irregulares, ocorria frequentemente a remoção desses espaços de forma arbitrária por parte do governo, a criação dos assentamentos legais foram alternativas imediatas sem planejamento por parte da NOVACAP que marcavam desde o início a presença dos excluídos no projeto da nova capital do país.

As ocupações provisórias (acampamentos e assentamentos informais) acomodavam uma população que se acreditava temporária porque, com as obras concluídas, uma boa parte dela - um terço - supostamente voltaria a seus lugares de origem. Assim, apenas um terço dos migrantes permaneceria em Brasília, enquanto o outro terço deveria dedicar-se às atividades de agricultura no entorno do Plano Piloto (apud HOLSTON, 2010). Não foi o que aconteceu. As ocupações informais, em especial, mesmo em condições muito precárias, foram pontuando o território do Distrito Federal (DF). A solução encontrada foi a antecipação da criação das cidades-satélites. A primeira a marcar o mapa do DF foi Taguatinga, em 1958. Ela antecede o Plano Piloto em ocupação e soma-se aos acampamentos das construtoras e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), constituídos pelo Gama e Cidade Livre, de cujo entorno surgiram os assentamentos de trabalhadores (apud

COSTA, 2011). Em 1965, eram oito as cidades-satélites; em 2019, contam-se 33, embora atualmente elas sejam designadas como Regiões Administrativas. (PEIXOTO, OLIVEIRA, WALDVOGEL,2021)

2.3 Políticas sociais e urbanas

Historicamente ocorreram conflitos e remoções das pessoas marginalizadas e isso se reflete até hoje. Não há crise habitacional e sim uma crise histórica de exploração da força de trabalho, expulsão dos territórios e negação dos direitos básicos para se viver. Serão as senzalas, na nossa história, a primeira solução habitacional para as classes trabalhadoras (STUMPF, SANTOS, 1996). No que diz respeito à questão da urbanização no Brasil, uma parcela da população não foi inserida e as primeiras políticas públicas para habitação social só começaram a ser implementadas a partir de 1940, na Era Vargas. A urbanização brasileira tem um caráter mercantil com relações clientelistas tanto no âmbito político como no econômico, na qual os indivíduos que tinham posses de terras, eram pessoas com recursos financeiros ou herdeiros. Isso gerou grande acumulação capitalista e também exclusão socioespacial. Tal como Lima e Zanirato afirma que o Estado negligencia desde os primórdios do processo de urbanização:

Uma revisão histórica da formação do problema habitacional brasileiro nos mostra que tanto quando o Estado atuou firmemente nessa questão – tendo origem no período Vargas, com a formação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão – quanto quando o mesmo, de forma planejada, omitiu-se em agir sobre o problema – por exemplo, não impedindo que ocorresse um desenfreado processo de loteamento e ocupação de áreas inadequadas à produção da moradia, processo que foi essencial à transição da economia brasileira de um período agrário-exportador para um período urbano-industrial – houve, sistematicamente, exclusão das classes populares.(LIMA, ZANIRATO;2014, p.1)

Com a criação dos IAPs foram incluídas diversas categorias profissionais, porém a maioria da população não acessa essa política em decorrência da predominância dos empregos informais e de baixa remuneração. Devido a dominação do mercado de aluguel, o governo Vargas sancionou a Lei dos Inquilinos na qual congelava os preços dos aluguéis e buscava impedir a especulação imobiliária. Esse congelamento foi uma estratégia social de conquistar a população, pois com a implementação dessa lei, iria diminuir o investimento das moradias de iniciativa privada, porém não foi o que aconteceu. Em razão da falta de ajustes, os proprietários preferiram despejar os inquilinos e vender a propriedade, gerando um aprofundamento do problema de habitação. (LIMA, ZANIRATO; 2014) Ao não encontrarem

aluguéis compatíveis com a renda, às populações excluídas passam a ocupar espaços irregulares e sem infraestrutura em busca de um local para se viver.

Em 1946 no governo Dutra foi criada a Fundação da Casa Popular, responsável pela gestão de operações imobiliárias que possibilitava a aquisição de moradia para os brasileiros e/ou estrangeiros com mais de 10 anos de residência, apesar de um órgão federal buscar a centralização do capital para a construção de moradias populares, ainda manteve a relação clientelista não conseguindo mais uma vez atingir as classes sociais mais baixas. Ademais, também foram decretadas políticas de extinção das favelas. É válido ressaltar que no Governo de Juscelino Kubitschek em seu Plano de Metas, não é citado o problema habitacional, porém acaba gerando impactos no investimento internacional para criação de um fundo de empréstimo de desenvolvimento da América Latina, chamado Aliança pelo Progresso, iniciado em 1961. Esses investimentos influenciaram a criação da Companhia Habitacional do Estado da Guanabara (COHAB-GB), porém a solução foi a transferência dos moradores das favelas para terrenos distantes dos centros das metrópoles.

Contudo, muito além das bases populistas nas quais se fundamentava a necessidade de produção habitacional massiva, o regime militar, dentro de seu ideário de consolidação do capital industrial brasileiro, enxergava no setor imobiliário a oportunidade de alcançar objetivos estratégicos, dados pela criação de linhas permanentes de financiamento para estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil, dinamizando a economia e gerando empregos (LIMA, ZANIRATO apud BONDUKI e LEITE, 2008).

Conforme Zilda Santos e Ricardo Stumpf, nos anos 60, a favela estava surgindo como uma solução, que hoje não é possível acessar por determinadas classes em razão da especulação imobiliária que expulsa os habitantes originais e acabam procurando abrigo em outros lugares como em terrenos em condições insalubres, viadutos, ruas etc. Com o Golpe Militar, as duas instituições foram extintas e criaram o Banco Nacional de Habitação. O BNH criada em 1964 pela Lei nº 4.380 e extinta em 21 de novembro de 1986, apesar de estar em um período marcado por censura, realizou um trabalho de campo importante no que se refere a questão habitacional, a experiência acumulada, “inclusive resultante da crítica à própria atuação do Banco, pelo corpo técnico da instituição, pelos usuários dos conjuntos e por todos os cidadãos conscientes” (SANTOS, STUMPF, 1996). Enquanto os militares exerciam políticas ideológicas favoráveis à elite, os cidadãos exerciam ações contraditórias na qual realizavam modificações e acréscimos ao projeto habitacional.

A habitação produzida oficialmente foi negada e transformada, porque ela não se referia àquelas determinadas classes sociais, com seus aspectos socioculturais e, conseqüentemente, o seu programa não refletia os hábitos e os valores daqueles usuários, nem propunha algo de novo, tratando-se na verdade de uma idealização

primária do que seria uma “casa de pobre”, baseada numa visão romântica, meio ruralista e impregnada pelos valores da classe média. Convencionou-se, na época, chamar o resultado dessa negação da casa oficial de “habitação espontânea”, conceito duvidoso que incluía todas as habitações projetadas e construídas por seus próprios moradores, inclusive às favelas, periferias suburbanas e os conjuntos habitacionais que também foram modificados pelos usuários. O BNH procurou responder a essas demandas de diversas formas, ao longo dos seus 22 anos de existência, e, à medida que o país foi se democratizando, às soluções técnicas foram se aproximando da realidade popular, pelo diálogo com os movimentos populares renascidos e a consequente evolução das políticas oficiais. (SANTOS, STUMPF, 1996, p.31)

Apesar da criação do BNH em um período marcado pelo autoritarismo do ápice da Ditadura militar, essa instituição com seu corpo técnico, possibilitou conhecer mais e refletir sobre as questões habitacionais no Brasil. Impactou positivamente na paisagem urbana das cidades, no sonho da classe trabalhadora de alcançar a casa própria, porém, continuava a desconsiderar o crescimento das periferias e favelas sem infraestrutura urbana, demonstrando a incapacidade de atender às classes sociais menos favorecidas. Um dos principais instrumentos de ação do BNH era a remoção de favelas principalmente às que estavam próximas às grandes cidades, transferindo essas populações para terras distantes dos seus locais de trabalho, dificultando sua locomoção pela cidade e também sua sobrevivência. Os conjuntos habitacionais que foram construídos para atender os indivíduos removidos das áreas faveladas, geraram problemas sociais não solucionados. Desde então, quem substituiu o gerenciamento do sistema financeiro de habitação é a Caixa Econômica Federal.

Na metade do século XX, nos anos entre 1960 e 1970, se iniciava a Revolução Verde na qual foi um processo de modernização da agricultura e da agropecuária por meio da utilização e modernização dos maquinários, equipamentos que facilitem a produção e principalmente o uso de defensivos agrícolas. Inicialmente o objetivo da revolução verde era acabar com a fome no mundo já que a produção seria maior, mas na realidade não ocorreu a extinção da fome e sim o aumento da monocultura e da concentração de terras. Esse projeto começou nos Estados Unidos e no México, logo depois foi atingindo toda a América Latina. Infelizmente com essa revolução houve um aumento considerável do uso de venenos na nossa alimentação, além da expulsão de pequenos agricultores de suas terras, devido ao aumento dos custos de produção e também da concorrência em relação aos grandes latifundiários. No Brasil, a Revolução Verde foi instaurada durante a ditadura militar que planejou o avanço das fronteiras agrícolas principalmente no Cerrado, onde se localiza Goiás.

No ano de 1979 foi criada uma lei em que fazia o parcelamento do solo para facilitar o aumento da urbanização, desde que tivessem a infraestrutura básica, abrindo a possibilidade

de coordenar políticas urbanas com estratégias ambientais de ocupação do território (STUMPF, SANTOS, 1996), articulando os diversos setores da sociedade para uma reformulação geral que fugisse da lógica dos grupos econômicos e atendesse às necessidades dos indivíduos sem acesso à moradia. A partir dos anos 1980 com o avanço do neoliberalismo na qual influenciou a inserção do mercado internacional nas empresas estatais, contribuindo mais uma vez para políticas privatistas que excluem as camadas populares. Grandes empresas privadas por meio das políticas públicas de habitação, lucraram com às grandes construções civis que multiplicava cada vez mais o capital, porém, a realidade é que são muitas habitações desocupadas na mão de um sujeito, enquanto muitas pessoas não têm onde morar e buscar soluções emergenciais para essas situações de desamparo estatal. Se o Estado colocasse à venda imóveis que não cumprem função social a preços acessíveis, o déficit habitacional iria diminuir consideravelmente, e conseqüentemente também diminuiria a necessidade de construção de novas unidades e conjuntos habitacionais.

Em razão do desenvolvimento, é colocado a necessidade de construções em massa para acabar com falta de moradias para a população, porém é necessário a reparação histórica e social dos povos que foram diretamente e indiretamente afetados pelas mazelas da colonização. Da mesma forma que a elite burguesa vendeu a Revolução Verde como uma alternativa para acabar com a fome mundial, mas que na verdade não contribuiu em nada para soberania alimentar; e sim retirou os pequenos agricultores do mercado, aumentou o uso de venenos na produção de alimentos e quem lucra principalmente é o mercado externo, apesar da produção ser nacional. Com a redemocratização e a criação da Constituição de 1988, que foi um grande avanço para a classe trabalhadora com processo de abertura política, os Plano Diretores passaram a fazer parte enquanto direito a partir de 2000, sendo necessário analisar as questões sociais, econômicas, ambientais para compreender os benefícios e os riscos de determinada urbanização. Contando com a participação não só das pessoas que detém os poderes de decisão governamentais, mas também com participação social: A constituição influenciou na criação do Estatuto da Cidade, criado em 2001, que é um instrumento legal muito importante para gestão urbana enquanto uma política, que ainda está em vigor. Sendo fruto da luta dos movimentos sociais em busca do enfrentamento à desigualdade social, participação popular e também da universalização dos direitos de habitação.

Apesar da criação de vários programas de habitação como Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), Habitar Brasil BID, Programa Minha Casa Minha Vida pós constituição, requer muito tempo, muitas políticas de reparação e também a criação de outros programas para reverter o quadro de desigualdades socioambientais, sobretudo às populações negras e indígenas para ter uma efetiva inclusão das

diversas camadas sociais. Para isso é importante a organização comunitária para que entendam como essas políticas são elaboradas, implementadas, fiscalizadas e assim ser possível decidir de forma democrática. De acordo com Monteiro, o Estatuto da cidade contribuiu para o fortalecimento de políticas urbanas contra a especulação imobiliária e controle das formas de uso do solo: Em 2001, após tramitar por mais de 10 anos no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei 10.257, chamada de Estatuto da Cidade (EC) que representou um salto de qualidade no trato da questão urbana tipificada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O EC completa o arcabouço jurídico para a aplicação de instrumentos, como é o caso do IPTU progressivo do tempo, de grande importância no combate à especulação imobiliária em larga escala. Ele é um conjunto articulado de instrumentos voltados para indução das formas de uso do solo, a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas e uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia da participação direta do cidadão nos processos decisórios que envolvem a cidade. (MONTEIRO, 2013, p.29)

No Brasil, devido ao contexto histórico da colonização, as políticas foram sendo construídas de maneira desigual, sendo as realidades de cada região muito diferentes, e as políticas de saneamento básico estão sendo institucionalizadas de forma muito lenta e gradual, não abrangendo o território brasileiro por completo. Ademais, mesmo no artigo 2º do EC prevendo garantia do “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”; às políticas não são relacionadas entre si, dificultando a gestão e ampliação. A sucessão de eventos críticos relacionados à questão ambiental no Brasil e no mundo, evidenciou a importância de criar um sistema para gestão dos recursos hídricos. A primeira forma de reconhecimento do governo sobre o problema de saneamento básico e entre outras questões ambientais no país, se deu a partir da década de 70, quando o Ministério de Minas e Energia e o Estado de São Paulo fizeram um acordo para melhorias nas bacias do Alto Tietê e Cubatão. O sucesso deste acordo resultou a constituição do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), e posteriormente a criação de comitês executivos em diversas bacias hidrográficas, mesmo tendo participação somente dos órgãos governamentais e apenas com atribuições consultivas, essas ações deram origem às formas de gestões atuais das bacias hidrográficas.

Sem ganhar muito destaque, a questão ambiental teve sua primeira conferência em 1972, promovida pela ONU, na Suécia. Só vinte anos depois ocorreu a Rio 92, que contou com a participação de políticos e cientistas de alta expressão em seus países de origem. Conferência que pôs em destaque a importância de preservar o ambiente de forma sadia para as nossas futuras gerações. Só há bem pouco tempo, a humanidade percebeu que a biosfera está sendo gravemente afetada pelas ações humanas e que a cada dia diminuem nossas florestas e paisagens nativas pelo incontrolável desmatamento. Então, a questão de maior importância que se desloca é: se quisermos garantir um amanhã tranquilo para o Planeta e suas povoações, os recursos naturais precisam ser preservados, e às metas de preservação devem estar

refletidas nos Planos Diretores, já que os recursos naturais não são infinitos como se imaginava algumas décadas atrás. (PIRES, 2013, p.43).

As bacias hidrográficas como mostram na figura 1, além desempenhar seu papel fundamental na distribuição de água, também tem a função de dividir as regiões do Brasil para melhorar a forma de gestão, proteção e essas divisões são justificadas pelas diferenças em cada região, referente tanto ao ecossistema como também características sociais, econômicas e culturais, sendo a Constituição Federal de 1988, uma ferramenta importantíssima para a gestão dos recursos hídricos, mas que devido à falta de cumprimento das políticas públicas ainda é preciso reivindicar a garantia do que está previsto na lei. Atualmente os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) desempenham um papel de articulação tanto com o Estado como também com a sociedade civil, a fim de atuar em primeira instância na resolução de conflitos, aprovação do plano de recursos e também cobranças necessárias para a realização de ações voltadas para as bacias. Assim como ocorrem conflitos relacionados à terra, a questão hídrica também é um fator de confrontos, principalmente com aumento das desigualdades, do aquecimento global e das crises climáticas.

Se no Brasil temos 80% da população vivendo na cidade, essa dinâmica serve para demonstrar que as pessoas se movem em direção aos sítios urbanos em busca de melhores oportunidades de trabalho, de melhor educação, saúde, de lazer e outros domínios da vida cotidiana. No entanto, essa gente, ao chegar à cidade, depara-se com uma inesperada realidade: a oferta de emprego tem suas exigências, o sistema de saúde não é para todos, os benefícios da urbanização, na maioria das vezes, não se estendem a uma boa parte da vida urbana. (Monteiro,2013, p.43)



Figura 1. Mapa das Bacias Hidrográficas do Brasil. (BRASIL ESCOLA)

No ano de 1997 foi instituída a Lei Federal nº9.433 denominada como a Política Nacional de Recursos Hídricos que se baseia nos fundamentos da água enquanto um bem de domínio público e que a gestão dos recursos hídricos deve sempre oferecer o uso múltiplo das águas que vai desde a proteção e preservação das nascentes, abastecimento de água, como também assegurar a qualidade da água. Entretanto era necessário integrar outros componentes

como a questão de saneamento básico e com a lei nº 11.445/2007, a Lei do Saneamento Básico, foi incorporado questões essenciais para uma gestão mais eficiente como adesão da bacia hidrográfica como unidade de referência para elaboração de ações e a necessidade primordial de conciliar os planos de saneamento básico com os planos para as bacias hidrográficas do Brasil, mesmo com esse avanço de pensar as políticas de gestão das águas de forma universal, a materialização ainda é complexa devido às diferentes realidades das regiões brasileiras e os investimentos que cada bacia hidrográfica recebe.

Até 2016 o Brasil era visto internacionalmente como um país com uma estrutura de políticas ambientais desenvolvidas, porém com essa reorganização radical a partir do golpe e com a eleição de Jair Bolsonaro, houve uma perda da efetividade das políticas. Como o PL, voltado a flexibilização do licenciamento ambiental em que facilita o processo de desmatamento e degradação ambiental, como também o PL 191/2020 que regulamenta atividades de mineração, hidrocarboneto e uso de recursos hídricos em terras indígenas, afetando diretamente esses povos. Além do PL 277/2021 que dispõe da regularização fundiária em locais que não possuem proprietários legalmente, possibilitando a facilitação da grilagem de terras, ocorrendo ainda mais a consolidação do agronegócio em áreas nativas e aumento da especulação imobiliária. Com o avanço do agronegócio, conseqüentemente, também o aumento o uso de agrotóxicos, na qual o atual governo liberou mais de 4 mil agrotóxicos¹³ ao longo desses anos em que está como presidente e possui um projeto de lei nº 6299 que incentiva a liberação de mais veneno. A eleição dessa nova elite voltada para políticas neoliberais e também neocoloniais resultou em mudanças radicais em que ele divide em dois momentos históricos: a emergência da sociedade civil como ator relevante na governança, que caracteriza pela disputa de poder em torno da distribuição de recursos e a pressão social dito as mudanças na legislação ambiental; e o multilateralismo ambiental que se caracteriza pelas pressões internacionais e a recusa do governo em atuar por meio de acordos.

Ademais, além das propostas de lei e de alterações em legislações vigentes, ocorreu uma mudança na organização básica dos órgãos e ministérios: a primeira tentativa de indiligência foi a ameaça em transformar o Ministério do Meio ambiente em secretaria interna ao Ministério da agricultura, isso iria alterar significativamente as ações do MMA, além de

¹³ Na ditadura militar houve grandes incentivos à produção de agrotóxicos. Entretanto no Governo Bolsonaro houve um aumento considerável colocando em perigo não só os consumidores, mas também os trabalhadores que acabam tendo contato direto com veneno, ocasionando uma série de doenças. Indico o documentário” O veneno está na mesa. “

tirar a sua autonomia. Apesar da ameaça, não foi consolidado devido às pressões sociais, porém ocorreu alguns efeitos colaterais como a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento; desvinculação da gestão dos recursos hídricos da pasta do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional e a extinção da Secretaria de mudanças do Clima e Floresta, sucateamentos dos serviços do IBAMA. Em razão de uma série de sucateamentos em relação às ações e políticas voltadas a questão ambiental, houve um agravamento dos problemas ambientais e a fragilização da gestão ambiental do país, em que ocasionou no aumento do desmatamento, práticas ilegais devido à falta de fiscalização e proteção ambientais, índices maiores de incêndios florestais, além de pessoas que perderam a vida de diversas formas, como as crianças do povo yanomami que foram sugadas por draga utilizada no garimpo, conflitos de terras, sucateamento do sistema público de saúde, etc. Além da militarização de órgãos ambientais e exoneração de ativistas, causando um desfalque na construção de políticas e na participação popular. Apesar do enfraquecimento da participação da sociedade civil na gestão do país, esses atores sociais desempenham um papel importante, em que consegue barrar algumas ações do atual presidente.

CAPÍTULO 3: RACISMO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO DF E PERSPECTIVAS DE RESISTÊNCIA

A caixa d'água da tormenta
Arreventou de vez.
(..)
Eu, libertador dos sonhos dos poetas
Porta-voz da voz do ator,
não tenho máscaras para representar
Meu próprio melodrama.
Eu, índio urbanoide que por não ter cabana
para passar a chuva
Me protejo debaixo de tua imagem.
(Rainha das Águas, Francisco Morojó)

3.1 Racismo Ambiental e a degradação socioambiental do Rio Melchior

Esse capítulo traz a discussão entre problemas sociais e ambientais, relacionando com contexto histórico do Brasil da colonização, na qual a estrutura do sistema econômico é baseada no racismo estrutural por meio da exploração e dominação de pessoas e território. A degradação do Rio Melchior é um exemplo do racismo ambiental no qual é negligenciado sua situação de diversas formas. Neste capítulo foram entrevistadas pessoas que fizeram/fazem parte da gestão responsáveis pela questão hídrica e saneamento básico. O termo racismo ambiental foi conceituado por Benjamin Chaves, reverendo negro do Estados Unidos que lutou ao lado de Martin Luther King pela justiça racial. Em 1978, no bairro de Warren, na qual é um bairro negro e periférico, rejeitos tóxicos começaram a ser despejados e ao longo de quatro anos, os moradores protestaram contra o que estava acontecendo, mas sem resultado na reivindicação. Ao saberem que mesmo após anos de luta, em 1982 o estado ainda estava enviando um carregamento ainda maior de resíduos tóxicos, os militantes se deitaram na pista na qual os caminhões iriam passar para impedir a entrada, porém cerca de 500 pessoas foram presas e continuaram o despejo de resíduos no bairro. Apesar disso, a situação tomou proporção nacional e a expressão racismo ambiental se irradiaria com uma das principais bandeiras de suas lutas e um novo momento para a luta pelos direitos civis estava começando (PACHECO, 2020). Após repercussão do acontecido em Warren, foram

aparecendo denúncias de outros estados relacionados aos rejeitos tóxicos e de indústrias poluentes em bairros periféricos.

Outro pensador acerca do tema, é o sociólogo Robert Bullard, que passou mais de 40 anos pesquisando sobre injustiça ambiental, sua pesquisa iniciou-se na década de 70, devido ao descarte de resíduos sólidos em sua comunidade de classe média negra em Houston, no Texas. Apesar de sua classe social ser considerada pela elite, a questão racial sobressai e o questionamento é: Por que o estado escolhe bairros majoritariamente composto por pessoas negras e pardas para instalação de descarte de lixo e serviços de saneamento básico? Em sua pesquisa foi constatado que 14 dos 17 depósitos de resíduos industriais da cidade estavam situados em bairros negros, embora 25% da população de Houston era negra, a desigualdade é um problema racial, socioeconômico e também ambiental. No ano de 1991, ocorreu a 1ª Conferência Nacional das Lideranças Ambientalistas de Cor, em Washington, reunindo 650 ativistas e também representações de Porto Rico, México, Havaí, Chile e Ilhas Marshall para debater sobre o racismo ambiental. Foram discutidos sobre as outras formas para além da contaminação química e também sobre não só atingir as comunidades negras, como também indígenas, quilombolas, fazendeiros mexicanos, latinos, asiáticos, pessoas da zona rural e das cidades. A conferência resultou no documento “Princípios da Justiça Ambiental” com objetivo de alcançar outras camadas da sociedade, sobretudo as academias, organizações sociais e ambientais.

Com o agravamento dos problemas sociais e ambientais em escala planetária do projeto de sociedade baseado no capitalismo e entrando com novas “roupagens” do mercado liberal, ou seja, o neoliberalismo, ocorrem crises ecológicas causadas por ações antrópicas¹⁴ globais. Essas crises refletem sobretudo nos países de Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos, devido a influência do mercado internacional em relação não só no trabalho como também no meio ambiente em razão da exploração. No Brasil, os termos racismo ambiental e injustiças ambientais foram mais difundidos a passos lentos por meio da Conferência Rio +20, evento importante não só para esses conceitos, mas também pelo reconhecimento da necessidade de pensar em formas de viabilizar o desenvolvimento sustentável. Em 2001 houve a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, porém o conceito de racismo ambiental só veio a ganhar força a partir de 2005 por meio das lutas dos movimentos, embora o racismo sempre esteve presente. O preconceito é naturalizado pela sociedade e quando falamos em meio

¹⁴ ações antrópicas são qualquer impacto causado por ações humanas.

ambiente atrelado à questão racial, o assunto é mais inferiorizado, dando continuidade ao processo colonial de apagamento de identidade, história e território.

Aliás, é necessário considerarmos ainda a questão “origem”, no que toca ao racismo (e ao racismo ambiental) entre nós. Em grande parte do Sul/Sudeste, mas também no Centro-Oeste, nordestinos e nortistas são igualmente vistos e tratados como ‘não brancos’. Não é sem motivo que, além dos negros, são principalmente eles que habitam as grandes favelas e periferias inóspitas das nossas grandes cidades, para onde foram de alguma forma expulsos. E isso se dá ao ponto de São Paulo merecer o epíteto de maior cidade nordestina fora do Nordeste, por mais que isso desagrade os moradores dos ‘jardins’ e os ‘empreendedores’ da avenida Paulista. Parece-me desnecessário dizer que o Racismo Ambiental é, acima de tudo, um instrumento de valor inestimável para o capital e que vem merecendo tratamento especial por parte da barbárie neoliberal. Ou enfatizar que, desde o golpe de 2016, essas populações – povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, no campo, e negras, negros e nordestinos moradores de comunidades urbanas – vêm sendo mais que nunca discriminadas, sacrificadas, assassinadas. Se há leis que deveriam protegê-los, do famoso capítulo “Dos Índios” da nossa Constituição a estatutos e tratados internacionais, inclusive com caráter supralegais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a verdade é que cada vez mais eles são ignorados, o que vem levando o país até mesmo a ser interpelado internacionalmente (PACHECO, 2020).

A primeira lei ¹⁵ do Distrito Federal voltado para questões ambientais foi no ano de 1989, quase 30 anos depois da inauguração da capital que dispõe de políticas públicas de proteção, elaboração e implementação de proteção ambiental, demonstrando a ineficiência de políticas ambientais nos anos iniciais da nova cidade. Assim como nas metrópoles do país, o DF e também seu entorno, passava por uma série de modernizações voltadas para incluir as grandes corporações de agroindústria, industrialização e desmembração de pequenos produtores que ali já estavam; ocorrendo a desterritorialização, ou seja, a separação de zonas consideradas mais rentáveis e menos rentáveis. Não tendo políticas suficientes de controle, exclusão das populações nativas e desigualdade na distribuição dos recursos, principalmente de moradia; a modernização chegava nos espaços e segmentava os territórios ainda não civilizados colocando como periferias. Inclusive das grandes empresas transnacionais, que ali se instalam fisicamente e que são teleguiadas por matrizes na Europa com base na automação de gestões e globalização de comportamentos trabalhistas. (SILVA, 2016) Com essa visão eurocêntrica, de estruturação global de acordo com os países de Primeiro Mundo, os atores políticos reagem de acordo com ordem internacional, sem considerar os fatores nacionais relevantes para o desenvolvimento do país. A importância do ambientalismo durante as décadas de 70, 80, em escala mundial, é sobre tornar visível a mudança de ajustes entre a realidade e o que o neoliberalismo estava estruturando. A seguir trecho da entrevista realizada

¹⁵ Lei nº 41 de 13 de setembro de 1989.

com o Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH) do Rio Paranaíba, órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos da bacia que o Rio Belchior faz parte.

Então aqui não é de hoje, um polo atrativo para a população do estado de Goiás, Norte, Nordeste, etc. Já é um polo atrativo e a gente já teve em alguns momentos em que políticos doavam terras para conseguir votos, tiverem esses movimentos. Na época a gente tinha uma ausência total de políticas de planejamento urbano, só gente atrapalhando na verdade, aí chega em outros momentos, que a gente tem como hoje, a gente tem uma política sendo implementada de desenvolvimento urbano, a discussão do PDOT, pessoas técnicas e capacitadas, mas o que acontece é o licenciamento de terras, até mesmo novos licenciamentos no DF que já aconteceram em governos anteriores. Ai essa gestão que está lá hoje, eu não estou falando de governador, independente de governador, eu estou falando do corpo técnico, esse corpo técnico que está lá hoje, eles estão tentando organizar o planejamento territorial nesse momento, só que tem bairros novos sendo criados que foram autorizados há anos, então a gente fica meio de que um lado, ficam apagando incêndio, porque eles ficam tentando fazer um planejamento que não dá para planejar, mesmo hoje. (Ricardo Minoti)

O Distrito Federal como polo migratório gerou uma série de desigualdades que foram invisibilizadas aos longos dos anos por meio de ações neoliberais, pois o problema de habitação, regularização fundiária, não é um problema recente, advém da colonização, por meio da exclusão do acesso à terra as camadas populares, além da mercantilização das terras de acordo com mercado internacional. Apesar da criação de políticas de planejamento urbano como o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF)¹⁶, criada em 1956 para elaborar e planejar projetos voltados para o desenvolvimento da cidade, essa política não conseguiu acompanhar de forma concreta o crescimento populacional. Em 2000 o IPDF foi extinto e o planejamento urbano ficou sobre responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que além de coordenar a questão do direito à cidade, também é responsável pelas políticas ambientais, de recursos hídricos e resíduos sólidos, porém anos depois foi desmembrada e atualmente a SEDUH¹⁷ tem competência na

¹⁶O órgão responsável pelo planejamento urbano no Distrito Federal teve início em 1956, por intermédio da Lei nº 2.874/56. Sua estrutura mudou ao longo dos anos, passando pela criação do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF). O Instituto era um órgão executivo do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e tinha como competências, por exemplo, possibilitar a elaboração dos planos e programas relacionados com o planejamento territorial e urbano, fomentar estudos e pesquisas, elaborar e revisar normas urbanísticas e para edifícios. Em 1997, por meio da Lei nº 1.797/97, cria-se a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com atribuição de planejar, executar e implementar a política habitacional e de desenvolvimento urbano do Distrito Federal, ficando o IPDF vinculado à Secretaria. Com o Decreto 21.289/00 o IPDF foi extinto e suas atividades ficaram sob a supervisão da SEDUH.

¹⁷Em 2015, foram incorporadas a esta Secretaria, então denominada SEGETH, as atividades de ordenamento territorial da Coordenadoria de Cidades, que antes era vinculada à Casa Civil, e as atribuições que cabiam à extinta Secretaria de Regularização de Condomínios – Sercond. Dois anos depois, a Subsecretaria de Cidades deixou de pertencer à SEGETH e foi transformada em Secretaria de Cidades. Atualmente a Secretaria voltou a assumir a denominação SEDUH, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, e tem como competência o ordenamento, uso e ocupação do solo; o planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana; a

gestão de ordenamento de uso e ocupação do solo, planejamento e intervenção urbana, além de políticas de planejamento de regularização fundiária de áreas já ocupadas. Entretanto, a grilagem, uma das facetas da colonização, é um fator determinante nos conflitos socioambientais dos territórios do DF; com a SEDUH houve crescimento nas pesquisas, planejamento, regulações nas habitações, porém a grilagem de terras invadiu várias regiões que não poderiam ser locais de moradia devido aos riscos socioambientais como no Sol Nascente, Serrinha do Paranoá, Estrutural,¹⁸ 26 de Setembro, Vicente Pires, Noroeste, Lago Norte e entre outras regiões que deveriam manter as áreas nativas, porém viraram regiões habitacionais.

O outro lado dessa história que a gente continua ver acontecer, tem todos movimentos sociais como o da Serrinha do Paranoá, da bacia do descoberto para não ter mais novas áreas aprovadas. O que acontece na Serrinha do Paranoá, que uma área que drena diretamente para o lago Paranoá, apesar de não ter aprovado novas áreas para a serrinha, acontece a grilagem. Isso é um problema tradicional do DF, a grilagem inclusive são as mesmas pessoas que fazem uma grilagem profissional, isso que não dá para entender. Uma audiência pública foi realizada em março de 2021, em que o comitê participou até para falar sobre isso. Por que não acontece a fiscalização para coibir essas áreas de grilagem, como se por um lado, a gente tem um planejamento de ótimo nível, que está sendo feito para planejar novas áreas urbanas no DF, para controlar e organizar. No entanto parece que o governo faz vista grossa e fecha os olhos para o que está acontecendo agora em termos de grilagem, então essas são discrepâncias, que acontecem mesmo hoje, você tem gente altamente capacitada fazendo planejamento, mas na prática acontece de forma desorganizada e acabam não conseguindo coibir novas áreas de serem ocupadas, e esse é um medo inclusive para bacia do descoberto, que a fiscalização não acompanha o que está acontecendo de ocupação e a gente tem áreas públicas sendo ocupadas pela grilagem, esse é um problema grave que a gente tem aqui. Como combater? Essa é a dificuldade, mas isso tem sido um problema que tem sido recorrente que tem aparecido no comitê mesmo o comitê de bacia não tendo gestão sobre o território, faz parte da política de recursos hídricos. (Ricardo Minoti)

Milton Santos teoriza o termo território como um nome político para os lugares do país, isso relaciona os sujeitos que compõem esses espaços e constroem esse sentimento de pertencimento, identidade e base das configurações da sociedade. Brasília foi construída com a lógica colonial de modelo de desenvolvimento, com objetivo de exercer função político administrativa do país. Como uma metrópole sem estrutura econômica nacional, se organiza

gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade; os estudos, projetos e criação de áreas habitacionais; o planejamento da política habitacional; o planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas; e a aprovação de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

¹⁸Na Estrutural existe uma periferia da periferia chamada Santa Luzia, essa comunidade sofre ataques de remoção do atual governo Ibaneis em que alega a preocupação da Floresta Nacional. Entretanto, a 26 de setembro é um local que se localiza dentro da Floresta Nacional e agora foi decretado 40% da redução da Floresta com objetivo de regularização, demonstrando que o governo atua pelo interesse econômicos, visto que a 26 de setembro possui renda mais elevada.

espacialmente aglomerando o centro da cidade com os demais assentamentos urbanos (LIMA, 2021). Essa execução de ocupação urbana favoreceu a implantação de assentamentos sem planejamento de infraestrutura, além de ocupação de espaços de preservação ambiental estipulado por grilagem de áreas públicas e privadas. Com o crescimento da cidade, era necessário fazer uma “limpeza” em áreas periféricas que estavam surgindo no Plano Piloto, sendo assim, a burguesia transferiu a classe trabalhadora para regiões distantes do centro, revelando o processo de periferização e segregação socioespacial. Ceilândia, IX região administrativa do Distrito Federal, criada para ser a Campanha de Erradicações de Invasões, local que foi designado para as populações mais vulneráveis que estavam construindo Brasília. Mesmo já tendo esse caráter de não pertencimento desde a criação da cidade, em razão da maioria dos trabalhadores serem migrantes de outros estados, a população foi colocada à margem de Brasília, em um local sem estrutura e que apesar da existência de um rio, à falta de acesso a condições básicas de sobrevivência no início da região como a falta d’água era realidade. Ceilândia tem como símbolo de luta a caixa d’água, que por meio do movimento social¹⁹, conseguiram a caixa d’água para o abastecimento de suas casas, sendo um exemplo de resistência, mas também de uma de muitas situações de segregação socioespacial e também de descaso socioambiental.



Figura 2. Mapa do Processo de Ocupação e Urbanização de Ceilândia em 1983 (Google Earth).

¹⁹ Ceilândia possui vários movimentos que buscam por condições melhores e qualidade de vida. Um Movimento histórico foi o Movimento dos Moradores Incansáveis de Ceilândia surgiu como resposta às cobranças desproporcionais de moradias e ameaças de despejos.

Para uma discussão continuada acerca desse tema, conferir: <https://www.geledes.org.br/ceilandia-distrto-federal-territorio-negro-na-contramao-de-brasilia/> Acesso em Julho de 2022.

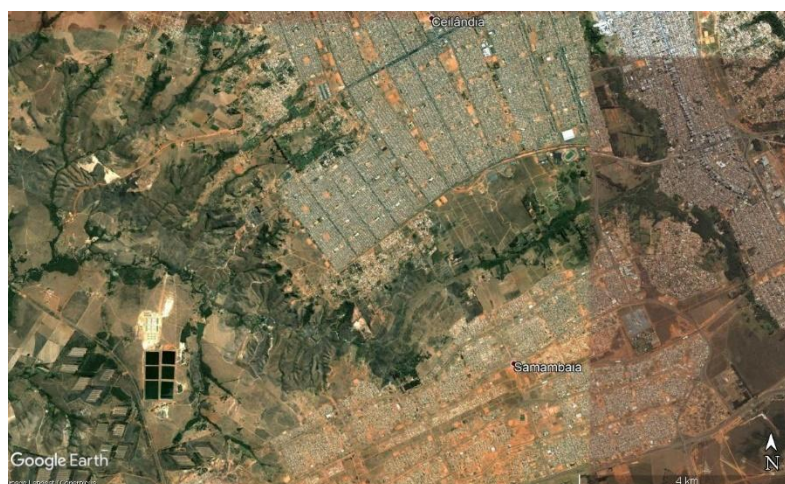


Figura 3. Mapa do processo de Ocupação e Urbanização de Ceilândia e Samambaia em 2003 (Google Earth)

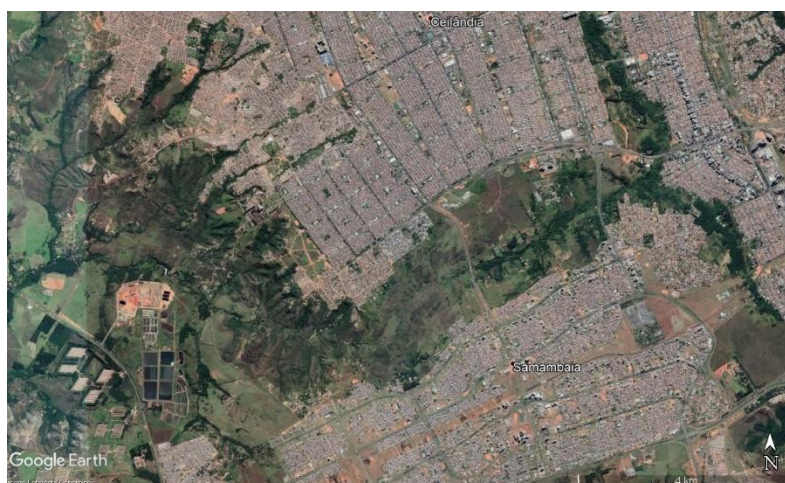


Figura 4. Mapa do processo de Ocupação e Urbanização de Ceilândia, Samambaia e Sol Nascente em 2020 (Google Earth)

Nesse trecho abaixo da entrevista realizada com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do DF (SINDÁGUA) e funcionário da CAESB, Paulo César aborda a necessidade de políticas de habitação para a população mais vulnerável; e que a habitação está correlacionada com as questões de saneamento básico, acesso ao trabalho digno e também da diferença das estruturas entre regiões administrativas consideradas mais “nobres” com as regiões menos favorecidas, enfatizando a questão da desigualdade socioambiental e também do racismo. Ademais, a região administrativa de Águas Claras é uma região considerada nobre e não são divulgadas informações sobre a questão das nascentes que precisam ser secadas devido

alagamento dos prédios, essas nascentes compõem o Rio Melchior e que apesar de ser uma região mais recente que Ceilândia, ela já possui um Parque Ecológico.

Agora a gente tem também, por outro lado, algumas invasões na região do Lago mesmo, que foram tranquilas, não tiveram a ação da polícia. A gente tem a própria Águas Claras, que foram uns prédios erguidos em cima de nascentes, até recentemente, tinha prédio ali que tinha bombas de recalque dentro dos seus estacionamentos subterrâneos, porque uma vez ou outra alagava e era nascente. A gente tem ali a cidade de Arniquireiras, que era como você passar em rua no período seco, mas a rua nunca seca porque é uma nascente. Então, assim esse crescimento desordenado você tem esses 2 aspectos que é de população realmente muito carente e outra um pouco mais de grilagem. E é comum você depurar reportagens que algumas das ocupações eram não sei se a palavra certa seria líderes, mas cabeças, pessoas ligadas, parlamentares, pessoas das forças de segurança ou forças militares do Distrito Federal. Então, assim tem esses 2 aspectos. A gente tem aqui o Sol Nascente, que começou como uma invasão e hoje está sendo regularizado. Mas o Sol Nascente tem história, a população do Sol Nascente tem história para contar. Temos tanta história de abandono, como história de opressão. E histórias que não são comuns a algumas outras, que são invasões também, mas tem uma outra característica, por quem executa essa invasão ou por quem garante essa invasão. É onde o poder público falha ou às vezes nem falha, é o mesmo projeto. E sempre deságua na questão de ferrar quem já é menos favorecido nesse estrato social. Algumas coisas são por ineficiência ou por abandono, outras não. São projetos mesmo? E aí é onde eu falo que às vezes cabe a sociedade civil organizada entender como a sociedade assim funciona, nas suas múltiplas facetas, enfim. Para entender por onde caminhar para se ter algum resultado. (Paulo Cesar)

Além de não ser possível a utilização desse recurso hídrico, conseqüentemente ocorre uma série de problemas ambientais: erosão do solo, perda de biodiversidade na fauna e na flora, alteração dos ecossistemas aquáticos; também afeta a qualidade de vida da população, já que o Rio Melchior percorre a Ceilândia 100% e esse território não possui um parque ecológico, possuindo apenas o Parque Recreativo do Setor O, que não detém muita infraestrutura de um parque, nem muita arborização, fazendo com que os moradores tenham que se locomover para outras regiões a procura de lazer ao ar livre e os que utilizam o Rio Melchior como forma de lazer, ficam suscetíveis a doenças devido à falta de sinalização ao longo do percurso das nascentes que compõem o Rio. Os estudos acerca da qualidade da água do Rio Melchior desde a criação da capital são recentes, dificultando a análise do processo histórico ecológico desse rio e também do monitoramento da situação durante a Construção do Distrito Federal, pelo fato de não conhecerem as características de importantes córregos e rios pertencentes a essa bacia, como a vazão desses corpos hídricos. (RIBEIRO, 2001). Paulo César faz uma crítica em relação a forma de fiscalização atual e o sucateamento dos serviços públicos em razão dessa onda neoliberal, a qual os serviços não atuam de forma integrada, ocorrendo o sucateamento e possivelmente a privatização.

O que por exemplo, já o caso específico do Rio Melchior. É até onde eu sei, onde mais acontece fiscalização por parte da Caesb, é no efluente final, que é o que sai da estação e vai para o corpo receptor, que é o Melchior. Então essa parte aí, de fato, a CAESB tem um acompanhamento, até porque é legislação, você tem que estar sempre fazendo análises do que é descartado pelas estações para ver se está dentro dos padrões, enfim. Mas o Rio Melchior além de ter esse despejo de esgoto já tratado, a gente tem o lixo ali, que também está às margens do Rio Melchior, a gente tem chácaras que a gente não, eu não sei na verdade, dizer é o que mais ou em quais pontos que são despejados, quaisquer outros rejeitos ou dejetos por uso doméstico e também por uso industrial, né? Como frigoríficos. O fato é que não só hoje, mas já há muito tempo que o rio Melchior não é próprio para banho, isso não é de agora, tem bastante tempo. Agora merecia um cuidado maior. E aí, onde eu falo

da questão do Próprio GDF, do poder público. Com todas as suas estruturas, né? Agência reguladora, polícia, bombeiros, agência civil... Porque o Rio Melchior, ele acaba por desaguar no sistema Corumbá, hoje o sistema Corumbá é a captação que vai abastecer o Distrito Federal. Então, a depender do grau de poluição do Rio Melchior isso pode de alguma maneira interferir na qualidade da água do sistema Corumbá e no ponto receptor do Rio Melchior. Mas isso aí não, não seria só um trabalho da CAESB. (Paulo Cesar)

Como evidenciado pelo Paulo César a fiscalização ocorre, mas em um ponto específico do Rio, não abrangendo todo seu percurso, dificultando compreender a realidade da situação do rio por completo. Essa visão tecnocrática- autoritária em que não leva em consideração o que a população está colocando como preocupações e necessidades, além de desconsiderar os custos socioambientais que impactam as vidas devido ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. Vieira (1995), traz um conceito de ecodesenvolvimento na qual o neoliberalismo não considera os custos que são gerados devido à má gestão destrutiva de ecossistemas, perda de controle social dos rumos da evolução tecnológica, marginalização socioeconômica e político cultural dos segmentos sociais, além da alteração de grandes equilíbrios biosféricos. Não é possível o ecodesenvolvimento em um sistema neoliberal que visa apenas o lucro, assim como na colonização visava as terras em busca de ouro, excluindo as populações nativas e advindas do continente africano de direitos básicos. Embora a CAESB seja uma empresa estatal, questões burocráticas limitam o acesso à direitos básicos devido não ter a regularização fundiária, como nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) e nas Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINES).

Existem casos de que, por mais que não seja uma área irregular regular, que tem criança em casa, que tem idoso, casos de todos os jeitos, então fica aquele limbo. Às vezes o CAESB vai lá e faz a ligação. Mas a CAESB pode responder por isso, porque a área é irregular, quem foi que autorizou a ligação? não era para ter ligação. E às vezes, também acontece o inverso de ela não fazer a ligação, mas ser acionado na justiça porquê? Porque tem criança, você tem idoso., pessoas com deficiência, você tem um ser humano vivendo ali. Então aí onde a gente vê a falta de atuação conjunta das instâncias do estado em prol do cidadão da cidade. Precisamos de uma cidade para o cidadão, cidade para o trabalhador, para a trabalhadora. Então as camadas mais pobres da população ficam nesse limbo, né? ah não pode? Há, mas pode, não pode, mas eu pago IPTU? Não, mas não tem HABITE-SE, mas tem isso, não tem aquilo. Então, fica, às vezes fica uma confusão. E aí esse crescimento desordenado do solo, que também é reflexo da falta de política pública a ser de fato acessível, a política pública de moradia. Porque se a gente for analisar as políticas de moradia, existem vários programas que simplesmente não atende a quem, em tese, deveria atender, né? Que é o cidadão que não tem condição de comprar sua moradia, que não tem essa condição de pagar o aluguel. O fato é que essa falta de política pública de moradia, você também correlaciona a questão do emprego, a própria economia, a destruição de serviços essenciais públicos, que onera mais ainda a vida do cidadão. E assim, tudo está interligado. E aí até falando também nesse contexto de pandemia, o saneamento básico, é a primeira Barreira de saúde, primeira Barreira sanitária. O primeiro garantidor da saúde pública de uma região e esse limbo de determinada área irregular, então não pode ser atendida pelo saneamento. Então, mais uma vez as populações mais carentes ficam à mercê, né? Ficou à míngua e à deriva por falta dessas várias políticas públicas, que o resultado

é sempre o mesmo: a exclusão do mais pobre, a exclusão do mais carente, nos seus vários aspectos. (Paulo César)

O PDOT dispõe da regularização das ARIS e ARINES, que são assentamentos urbanos ocupados em sua maioria pela população de vulnerabilidade. No presente, constam 47 ARIS reconhecidas nos termos do PDOT distribuídas pelo território do DF, são unidades passíveis de regularização e que acolhem problemáticas urbanísticas, consequência da formação histórica do DF. (LIMA, 2021) Isso é reflexo da colonização, na qual a disputa de terras relacionada com a especulação imobiliária, exclui uma parte da população de um direito fundamental que é a moradia. Ademais, devido essa exclusão a população acaba ocupando terras que são áreas de proteção ambiental ou áreas de risco, ou seja, as políticas habitacionais, de saneamento não conseguem abarcar as demandas que são expressões da questão social, resultante da exploração capitalista sobre as relações sociais, econômicas e ambientais. A pandemia evidenciou ainda mais as desigualdades socioambientais, de acordo com o projeto Vida e Água para as ARIS²⁰, cerca de 30,551 pessoas não possuem acesso à água potável e 278 mil não possuem esgotamento sanitário no Distrito Federal (SNIS, 2021). Frente a esse contexto, a relação da saúde, de problemáticas socioeconômicas devem ser atreladas com questões sanitárias. Essa interação de doenças (principalmente em contexto epidêmico como a COVID 19) com questões de desigualdades sociais são integradas e trazem malefícios, sendo um conjunto que afeta de forma geral a população sendo uma sindemia e não pandemia, ou seja, trata-se da interação entre doenças e contexto social, que ao se relacionarem trazem malefícios maiores do que a soma da ocorrência em paralelo desses fenômenos. (JÚNIOR, SANTOS; 2021).

O DF por ser um território localizado no Cerrado, conhecido popularmente como berço das águas; e também por estar em uma área de planalto, o Distrito Federal é cercado por várias nascentes e rios, muitos sem nome, muitos desconhecidos pela população. Apesar da baixa disponibilidade hídrica superficial, o Cerrado é de grande importância para a recarga hídrica, pois o berço das águas contribui para a distribuição de grande parte das bacias hidrográficas brasileiras. O DF é cercado por três bacias hidrográficas, conforme na figura 7, o DF é composto pelas: Bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Preto, Maranhão e Paranaíba, sendo essa última composta por sub-bacias chamadas Rio Descoberto, Corumbá, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos. Essas bacias são divididas nas regiões hidrográficas

²⁰ O Projeto Vida e Água para as ARIS é um projeto de extensão da Universidade de Brasília em que junto com movimentos dos trabalhadores e ambientalistas atuam no enfrentamento à desigualdade social nas ARIS por meio do acesso à água potável onde a CAESB não chega.

de São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná, e que juntas desempenham um papel fundamental no abastecimento de água no Distrito Federal, das 33 regiões administrativas do DF, 30 são abarcadas pelos afluentes do Rio Paranaíba. Segundo a ADASA (2021), o Rio Descoberto (figura 8) é responsável por aproximadamente 60% do fornecimento de água do DF, por isso é importante manter a qualidade da água desses rios que a compõem. O DF possui 15 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) distribuídas em quatro Bacias: Ponte Alta/Alagado em que as ETEs são Recanto das Emas, Gama, Alagado e Santa Maria, Bacia do Lago Paranoá que possui a ETE Riacho Fundo, Brasília Sul e Brasília Norte, Bacia de São Bartolomeu em que consiste as ETEs Sobradinho, Planaltina, Vale do Amanhecer, Paranoá e São Sebastião e a bacia do Descoberto/ Melchior que é composta pelas ETEs Brazlândia, Melchior e Samambaia. Nessa entrevista realizada com o presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH) do Rio Paranaíba, na qual o Rio Melchior faz parte, foi realizada perguntas relacionadas às formas de preservação dos espaços verdes que ainda não foram ocupados por residências e indústrias:

Parte das estratégias para não virarem zonas urbanas vem com as Unidades de Conservação (UC), essa área de proteção ambiental (APP) do Descoberto. Primeiro tem umas áreas públicas, que são Cerrado ainda, essas áreas a priori não podem ser ocupadas. Tem uma área de 16 km que sai da via de Brazlândia em que o Comitê já fez uma moção para proteger aquela área, porque aquelas áreas começaram a ser ocupadas por duas casas, o pessoal começa a invadir, então fizemos uma moção, teve uma fiscalização. Primeiro que é uma área pública e ela não poderia ser ocupada, mas é o que acontece nas áreas do DF, em que começam a ser ocupadas por meio da grilagem e aí tem umas complicações. A segunda parte são as unidades de conservação UC, que é a mesma coisa de unidade de proteção ambiental que não podem ser ocupadas sem a fiscalização do IBRAM e dependendo da área também o ICMBIO. Além da fiscalização para não ocupação das áreas públicas que ainda estão preservadas. Essas são as formas que a gestão se organiza para preservar. (Ricardo Minoti)

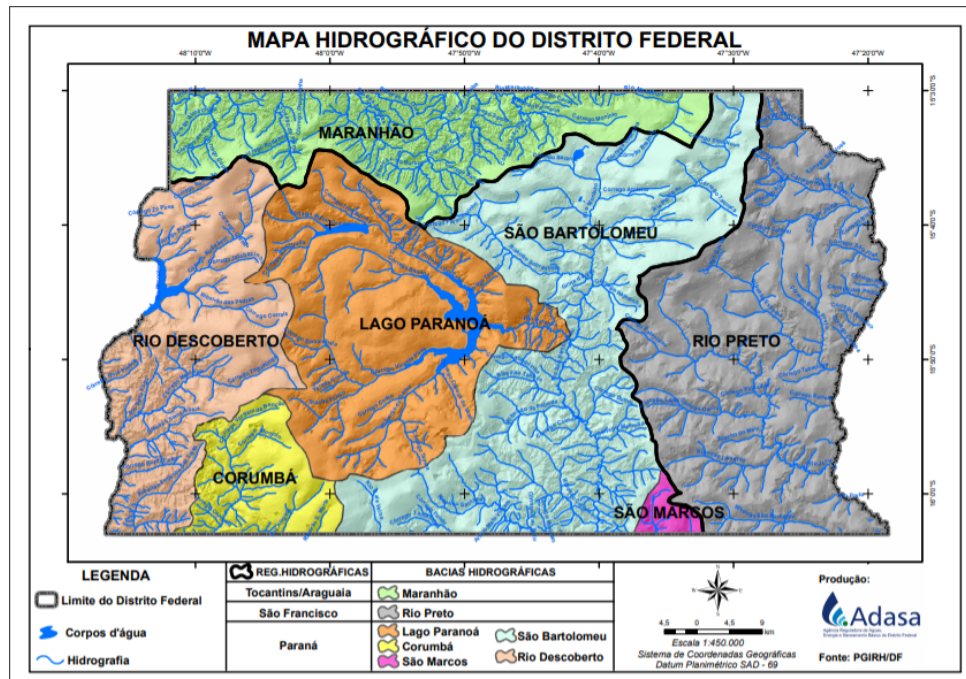


Figura 5. Mapa Hidrográfico do Distrito Federal (ADASA)

A bacia do Rio Descoberto (figura 8) é considerada a mais importante devido ao seu potencial de abastecimento pois nela estão inseridas as regiões de Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol, Taguatinga, Brazlândia e uma parte de Samambaia, na qual essas regiões têm um grande número populacional, além também de outros locais fazerem parte como Recanto das Emas, Riacho Fundo, Guará e até mesmo cidades do entorno do DF como Padre Bernardo e Águas Lindas de Goiás. Ribeiro (2001) cita um levantamento do potencial hídrico do DF realizado pela CNEC (1983) em que foi registrado as situações de poluição dos rios e a tendência do uso e ocupação do solo nas suas bacias de drenagem. Neste estudo a Bacia do Rio Descoberto foi dividida em 3 partes: Rio Descoberto como vazante do Lago Descoberto até a junção do Rio Melchior, Rio Melchior (em seu percurso completo) e o Rio Descoberto a partir de sua junção com o Rio Melchior. De acordo com Ribeiro (2001) após estudos relacionados a qualidade da água, foi constatado a recepção e a diluição dos esgotos das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, com tendência de deterioração total da qualidade da água em todo o seu comprimento, ou seja, o Rio Melchior ao longo do seu percurso está sendo poluído com despejo de esgoto doméstico, hospitalar e atualmente também os resíduos do aterro sanitário. Apesar de toda poluição e ocupação do solo de forma desordenada, é imprescindível pensar políticas públicas voltadas para proteção dessa bacia, que tem uma importância fundamental para o abastecimento do DF e também como espaço verde nas periferias do DF e entorno. Ademais, é necessário pensar em ações e políticas para

mitigar os impactos em regiões que não eram para estarem sendo ocupadas como Sol Nascente e mais recentemente a 26 de setembro, localizada próxima a Estrutural. De acordo com os autores Almeida, Moura, Neto, Sousa, Vieira (2009): o Rio Melchior é o principal afluente da Bacia do Rio Descoberto, em que o Rio é atravessado pela Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) JK, criada com objetivo de proteger as nascentes dos córregos do Cortado e Taguatinga. No trecho a seguir da entrevista realizada com sindicalista e funcionário da CAESB ele aborda sobre a ocupação de espaços hídricos:

Na Bacia do Rio Descoberto, a gente teve algumas visitas enquanto sindicato, na qual fiz algumas visitas na captação, andei pelas margens do rio, na reserva. E sobre a questão da ocupação a gente chegou a flagrar um local de lazer à margem do lago descoberto, uma certa proximidade e uso indevido. Mas tem também a questão das captações que não são contabilizadas, não são autorizadas, nos usos em geral e lavouras, que não são catalogadas pelo poder público. Então quando você tem uma bacia que ela tem essa utilização hídrica para abastecimento humano, ela tem que passar por um controle de fiscalização para se ter mais ou menos a noção da vazão de saída dessa bacia e também da vazão de entrada com todos os afluentes. Então o Descoberto não está totalmente sob controle em relação a isso. Então a gente tem um pouco de uso que não está contabilizado, catalogado ou até autorizado. A princípio a bacia do descoberto não tem uso para lazer, ele teria a função de uso para consumo humano. Diferente por exemplo do lago Paranoá que ele na década de 80 se eu não me engano, fedia muito, era horrível ficar lá, mas aí teve um trabalho de recuperação do lago, que inclusive foi um trabalho da CAESB, uma marca registrada da CAESB que transformou a água do lago em potável para captação, tratamento e consumo humano, mas a parte de lazer não deixou de existir. Tanto que a população toma banho, tem embarcações, mas o corpo receptor Lago Paranoá como um todo, tendo o tratamento adequado do esgoto que é jogado nele, parte do volume do lago Paranoá, é devido às Estações de Tratamento de Esgoto Norte e ETE Sul, parte da vazão que chega no lago é responsabilidade dessas duas estações de tratamento, que jogam o esgoto tratado. (Paulo Cesar)

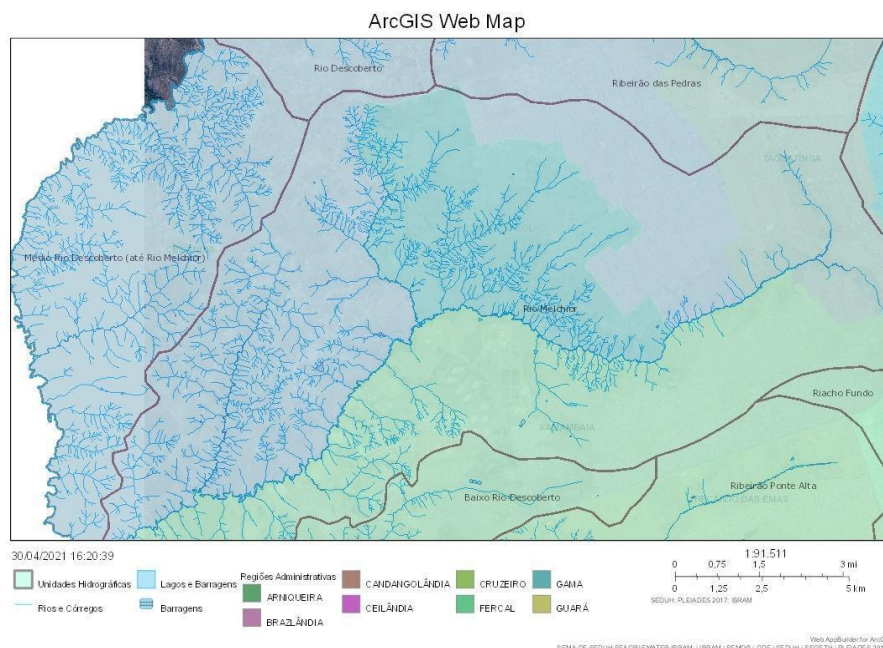


Figura 6. Mapa da Bacia do Rio Descoberto (GEOPORTAL)

O Rio Melchior (figura 9) é formado pelo recebimento de águas de diversas nascentes e córregos, e se localiza entre as regiões de Taguatinga, Pôr do Sol, Sol Nascente e Samambaia. Ao longo dos anos de crescimento da capital, o Rio Melchior nunca teve nenhum projeto de despoluição, mesmo sendo um afluente importante da bacia do Descoberto. Em concordância com o Catálogo Hidrográfico do DF (2017), os cursos d'água que compõem o Rio Melchior são os Ribeirões Taguatinga e Salta Fogo, os córregos do Meio, Lagoinha, Areias, Arrozal, Barra, Barreiro, Buriti, Buriti do Padre ou Buriti Podre, Buriti Sereno, Capetinga, Clemente, Coqueiro, Cortado, Valo, Cotia Gatumé, Embira Branca, Grotão, Guariroba, Jerivá, Raizama, Cipó, Corujas, Lajinha, Pasto, Pequizeiro, Toca do Lobo deságuam no Melchior (29 nascentes fora as que não foram catalogadas ainda), que por sua vez, deságuam na bacia do Rio Descoberto, demonstrando sua beleza, grandeza e importância ao longo do caminho, com cachoeiras e poços de água. O Rio Belchior é o principal afluente da Bacia do Descoberto (figura 11) que segundo a ADASA é responsável pelo abastecimento de cerca de 60% da população em que a regiões administrativas que recebem água dessa bacia são respectivamente Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo, Guará, Águas Claras, Recanto das Emas e Sudoeste. De acordo com avaliações feitas pela ADASA sobre a situação das águas das Bacias Hidrográficas do DF, entre os anos de 2013 e 2014, os resultados demonstraram que de todas as bacias, apenas um curso estava completamente dentro dos limites dos parâmetros, e conseqüentemente se enquadrando na classe 4, o Rio Melchior. Isso significa que o rio não pode ser usado nem para abastecimento humano, irrigação ou lazer devido às grandes cargas de poluição, fazendo com que o rio tenha uso apenas para despejo sanitário e harmonia paisagística.

Além de não ser possível a utilização desse recurso hídrico, conseqüentemente ocorre uma série de problemas ambientais: erosão do solo, perda de biodiversidade na fauna e na flora, alteração dos ecossistemas aquáticos, também afeta a qualidade de vida da população, já que o Rio Melchior atravessa toda a cidade de Ceilândia e não possui um parque ecológico, tendo apenas o Parque Recreativo do Setor O, que não detém muita infraestrutura de um parque, nem muita arborização, fazendo com que os moradores tenham que se locomover para outras regiões a procura de lazer ao ar livre e os que utilizam o Rio Melchior como forma de lazer, ficam suscetíveis a doenças devido à falta de sinalização ao longo do percurso das nascentes que compõem o Rio. Apesar da estrutura da CAESB ser de qualidade para tratamento de esgoto com tecnologia avançada, sendo exemplo para outras capitais,

ainda temos que lidar com a poluição difusa em razão das águas da chuva e também dos resíduos sólidos com destinação incorreta da população, como afirma o presidente do CBH:

Esse é um problema que a CAESB coloca e ela tem razão, tem algumas áreas novas áreas Sol Nascente, etc. que não são urbanizadas e tem muito lixo nas ruas, isso é um problema de áreas novas em que a coleta de lixo não passa. Então assim, resíduo sólido tem esse problema na bacia que acaba indo para áreas aquáticas, gerando a contaminação, levando matéria orgânica para os corpos aquáticos, etc. O que a gente tem nessas novas áreas urbanas principalmente nas ARIS, é que você ainda não tem toda infraestrutura urbana, então você vai ter o problema da água de chuva e a gente vai ter esse problema dos resíduos sólidos nas ruas. Não quer dizer que tenha, mas se tiver isso tudo vai chegar nos corpos aquáticos então qual o problema da água de chuva? Cada vez mais a gente está vendo na pesquisa VIDA E ÁGUA para as ARIS que água da chuva é um poluente, que ela pode poluir as vezes, mais do que uma estação de tratamento de esgoto, esse é um problema.

Mas se a gente tem uma estação de tratamento como a CAESB que remove 99 %, se não fosse tão grande a população, tem dados da qualidade da água que mostram uma ETE pequena e bem tratada, a água de chuvas pode poluir mais que essa ETE, porque isso vai depender da quantidade de lixo que vai ter nas ruas da cidade. Então essa água de chuva junto com lixo que CAESB e a ADASA está identificando, na verdade é mais a CAESB do que a ADASA que está acompanhando, a qualidade da água do Rio Melchior, que eu acho que é aquela mistura do Ribeirão Taguatinga mais os outros dois, a qualidade da água já está ruim antes de chegar na ETE. E aí temos essa problemática, são dois problemas que temos que lidar, o que chamamos de poluição difusa, então toda essa poluição que chega no Ribeirão Taguatinga, no Rio Melchior, que não é pelo esgoto tratado, é a poluição que chega por outras causas, e é essa que a gente tem que combater e fazer a revitalização nesse sentido. A gente quer acabar com essa poluição difusa porque a gente não sabe de onde é, a gente tem que ter o tratamento pontual de esgoto e o tratamento de toda a bacia. por outro lado, tem a questão do aterro sanitário. (Ricardo Minoti)

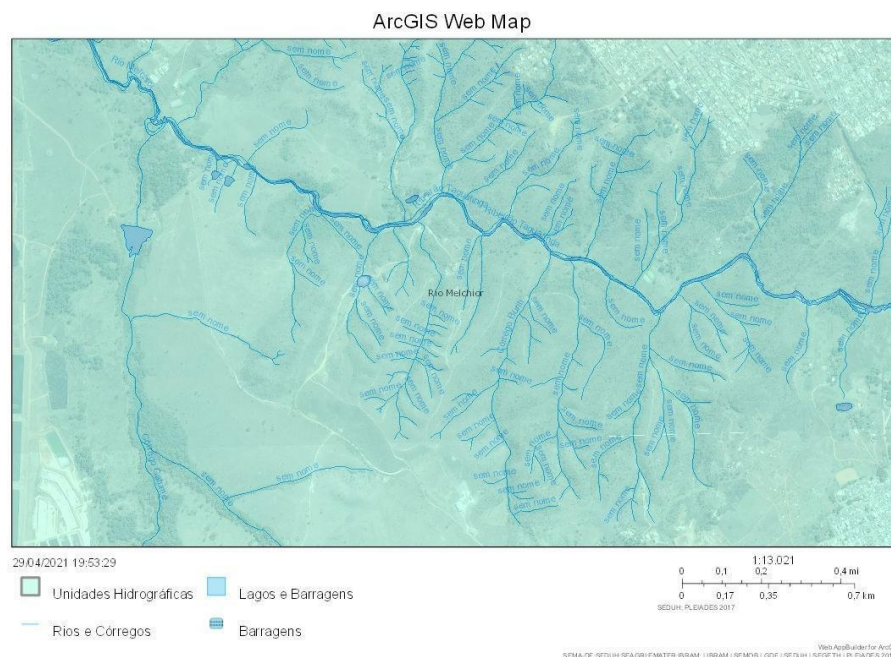


Figura 7. Córregos e rios que compõem o Rio Melchior. (GEOPORTAL)



Figura 8. Imagem do Rio Melchior (Alzirenio Carvalho)



Figura 9. Imagem Barragem do Rio Descoberto (Wikipedia)

Entretanto, desde a criação da capital o rio recebe sem tratamento do esgoto doméstico das regiões administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras e Samambaia. O mapa seguinte (figura 12), demonstra que a ARIE JK, onde está localizado o Rio Melchior, não possui parque enquanto Taguatinga possui o Parque Ecológico do Cortado, Saburo Onoyama e o Boca da Mata, Samambaia contém o Parque Três Meninas e o Parque Refúgio da Vida Silvestre Gatumé. Além do território de Águas Claras, que não está localizado no mapa, mas é a cidade mais recente construída entre as citadas. Inaugurada em 2001, sendo uma RA majoritariamente composta por grandes edifícios, possui um parque mais estruturado e

protegido, que segundo IBRAM possui um centro de referência em educação ambiental, Trilhas Ecológicas, casas para oficinas ecopedagógicas, museu e realiza captação de águas das chuvas. De acordo com a lei nº 1002, de janeiro de 1996, prevê a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico, Parque JK, porém nunca ocorreu na prática. O Parque JK teria como objetivo a preservação do seu ecossistema, sendo ainda considerado com finalidades compatíveis: recreação e lazer, atividades agropecuárias, verticalização de produção e educação ambiental (IBRAM).

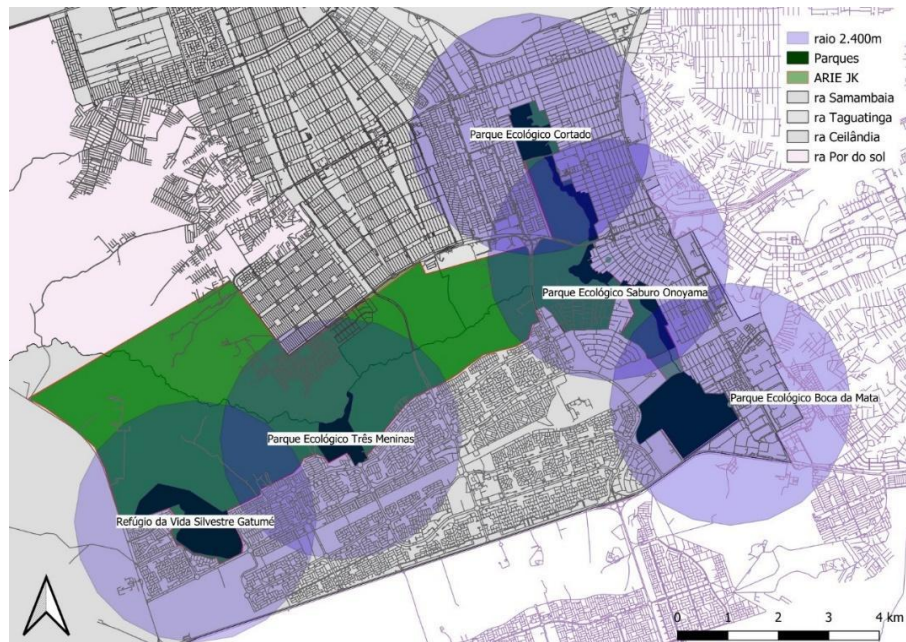


Figura 10. Mapa dos Parques Ecológicos (Evelyn Marques/GEOPORTAL)



Figura 11. Imagem de Erosão próximo ao rio Melchior e mata ciliar comprometida (Alzirenio Carvalho)

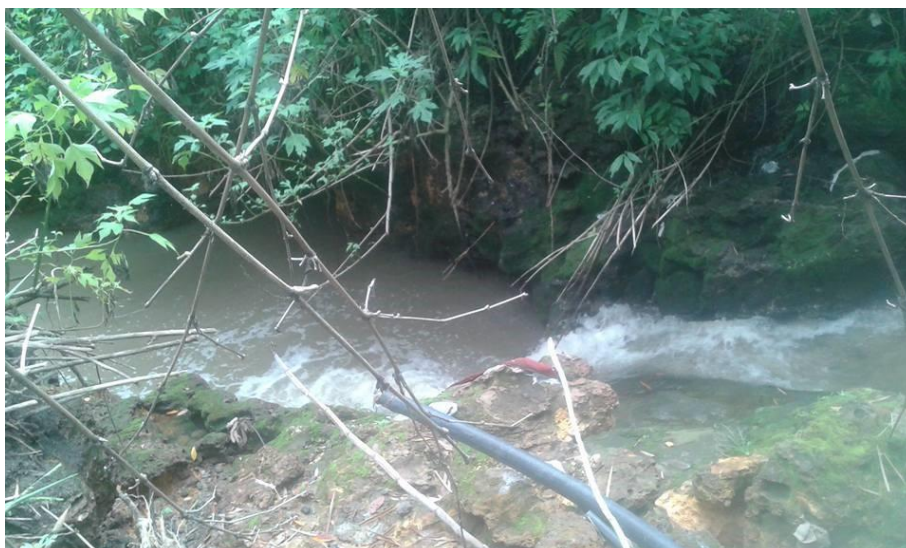


Figura 12. Imagem das águas turvas do Rio Melchior (Alzirenio Carvalho)

Os estudos acerca da qualidade da água do Rio Melchior desde a criação da capital são recentes, dificultando a análise do processo histórico ecológico desse rio e também do monitoramento da situação ao longo da Construção do Distrito Federal, pelo fato de não conhecerem as características de importantes córregos e rios pertencentes a essa bacia, como a vazão desses corpos hídricos. (RIBEIRO, 2001. p.23). O que deveria ser um parque, hoje serve como indústria sanitária e criação de pasto para gados; A maioria dos córregos que alimentam o Melchior recebem esgoto não tratado, de grandes indústrias e também de moradias que ainda não estão vinculadas ao sistema da CAESB. Além de esgoto bruto, o rio é um receptor de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Samambaia pela CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal), e em 2005, com o início da operação da ETE Melchior o rio também passou a receber os efluentes desta estação. Até 2001 não tinha sido realizado um estudo específico à bacia do Descoberto que pudéssemos ter conhecimento sobre o que estava ocorrendo nesses corpos hídricos fundamentais e foi constatado que nesse período a qualidade da água do Rio Melchior se caracterizava como poluído devido o regime de vazão dos esgotos brutos que são despejados nos afluentes, gerando perturbações no regime hidrológico do rio, possuindo características semelhante a um canal de esgoto a céu aberto, no período de estiagem (Ribeiro, 2001, p.166). Ademais, até 2005 não recebia tratamento nenhum, só após a construção da ETE. Outrossim, o Rio Melchior é o principal afluente do Rio Descoberto, e futuramente será um dos contribuintes do reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico do Corumbá IV.

O rio Melchior foi escolhido como corpo receptor de lançamento de esgoto. No DF os corpos hídricos são escolhidos como mananciais devido à capacidade de vazão, quantidade disponível, etc. Às vezes nas décadas de 70, 80 com o crescimento populacional, as pessoas já viram que aquele corpo receptor já recebia esgoto, antes da ETE Melchior, o rio recebia esgoto de três lançamentos in natura, era muito pior. Só que aí você tem as duas estações, mas tem a questão de que apesar de ele parecer que tem muita vazão, ele tem pouca e aí entra uma quantidade residual de esgoto muito grande. Fora isso entra aquela confusão toda que mencionamos de poluição mais difusa, mas qual que é a questão, então o rio já tinha um problema de poluição e o que os gestores fazem? Como esse rio está poluído vamos escolher esse rio para tratar os esgotos e aquele rio vai ser assim, então foi escolhido lá atrás como corpo receptor, a água não vai servir mesmo como abastecimento e tem outros corpos aquáticos que eles escolheram como mananciais, então quando você escolher corpos hídricos para mananciais tem uma proteção maior e uma preocupação maior é quando você escolhe como corpo receptor, ele passa a ser um rio em que as pessoas têm menos preocupação.

Então se tiver a margem preta por causa de lançamento de efluente, ninguém está preocupado. Se não aparecesse vocês no comitê falando, ninguém ia estar preocupado com a margem preta com resíduo, etc. É isso que vira um corpo hídrico receptor, aí vem a questão do enquadramento, na metodologia do enquadramento é aquela história: o rio que temos, o rio que queremos, exemplo: o rio que temos é o Melchior poluído, aí tem que ver o que a comunidade quer e isso que pra mim falhou em 2013 porque a comunidade não estava representada. A representação oficial tinha porque tinha alguém que estava representando toda a sociedade civil, mas na realidade não estava e por último é o rio que podemos, a gente vai ver quanto que vai ter que investir, as tecnologias que são possíveis para tratar, quanto custa e quando a gente pode investir até tal período. (Ricardo Minoti)



Figura 13. Imagem da população utilizando o Rio Melchior para banho devido à falta de sinalização (Casa da Natureza)

O racismo ambiental se faz presente a partir do momento em que decidem o que fazer no território sem a participação da sociedade, além de não possibilitarem criação de políticas de proteção de um rio que é um corpo receptor e ao mesmo também é importante para o abastecimento de água, para as vidas que ali habitam. O enquadramento de recursos

hídricos não é somente uma classificação, é responsável pela gestão das formas de uso, ele é um instrumento fundamental para o planejamento das políticas de recursos hídricos, que é sobre a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos para as indústrias, com a integração das políticas ambientais, que é o licenciamento ambiental e o monitoramento de qualidade. Entretanto, a classe 4 permite a outorgação de usos menos exigentes, podendo ter de ocorrer instalação de indústrias próximas devido a impossibilidade de usos múltiplos. Entretanto, até hoje nada foi feito para reverter a situação de poluição no Rio Melchior e também nada em relação a utilização indevida da população. Segundos os autores (MEDEIROS, et al. 2009) a qualidade do Rio Melchior melhorou após a instalação da ETE Melchior, pois a mesma passou a atender o lançamento bruto daquelas cidades, nesse estudo a classificação em que o rio se encontrava era o 2, apesar, de acordo com os resultados obtidos já havia uma necessidade urgente de reavaliar tecnicamente o enquadramento. Ademais, com o fechamento do lixão da Estrutural, foi construído um aterro sanitário ao lado do Rio Melchior, fazendo com que além de esgoto jogado no rio, atualmente é jogado também chorume dos resíduos de todas as regiões administrativas. Quem mais sofre com isso, é a população próxima ao local, pois o odor de esgoto pode ser sentido antes mesmo de chegar ao Rio. e para nós o rio não é só para “embelezar”, esse rio tem vida e precisa urgentemente da intervenção humana para despoluição, pois nas condições em que ele se encontra, não é possível que ocorra regeneração natural.



Figura 14. Imagem da Estação de Tratamento de Esgoto Melchior (Alzirenio Carvalho)



Figura 15. Imagem da Tubulação CAESB no Rio Melchior (Casa da Natureza)



Figura 16. Imagem de esgoto bruto clandestino escorrendo no Melchior (Alzirenio Carvalho)

Na entrevista com o presidente do CBH, Ricardo Minotti enfatiza a questão do racismo ambiental pois o rio Melchior por ser na periferia, estar enquadrado em uma classe considerada ruim, então não tem o porquê de fazer algo em relação a situação, não ocorre ações de despoluição até hoje. Só no ano de 2019 que as instituições começaram a ouvir a população em relação às demandas do Rio Melchior, até então não tinha participação social. Com o crescimento populacional é necessário também aumentar as políticas de urbanização e saneamento básico a fim de garantir a proteção das nascentes e rios que estão dentro dos espaços urbanos e que segundo Ribeiro (2001): 40% da população total do DF (mais de 2 milhões de habitantes) lançam seus esgotos na cabeceira do Rio Melchior, que também recebe drenagem dessas cidades, sem considerar também as águas pluviais que carregam os resíduos sólidos descartado pela população de forma incorreta. Apesar dessa função de diluição de

esgotos executada pelo Estado, antes de 2001 não haviam estudos sobre a capacidade de autodepuração dos rios dessa bacia, evidenciando o descaso e também a despreocupação em solucionar a situação de degradação ambiental. Como o enquadramento 4 possibilita algumas atividades poluidoras em razão da outorga:

Como a gente tem a outorga, tem as medidas máximas que ela pode lançar de efluentes. A gente sai de um momento de que a gente não tinha organização nenhuma, para essas coisas todas essas atividades e a gente passa ter um momento que tem uma gestão de recursos hídricos que você tem lá a empresa, que no caso é o SLU que tem que pedir autorização para a ADASA para poder lançar efluente a priori tratados no rio e a ADASA dando a outorga com limite máximo do que pode ser lançado. Mas o que acontece, primeiro é que esse limite máximo, ele tem a ver com a classe do rio, o lançamento de outras cargas em que eles vão juntar tudo e delimitar e a ADASA vai começar a fiscalizar e monitorar para saber se está de acordo com a outorga. Problema está nos acidentes que tiveram de vazamento de chorume em que eles foram notificados, teve multa, etc. A ADASA e o IBRAM vão fiscalizar, vão ver as indicações de correção do problema que teve lá, mas possui o impacto, mesmo tratado porque ele está recebendo mais carga. (Ricardo Minoti)

O Rio Melchior possui uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que tem por objetivo atender as cidades de Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras e parte de Samambaia. Porém nos relatórios realizados pela ADASA com objetivo de fiscalizar os funcionamentos das ETEs, em 2015, foram identificadas inconformidades nas estruturas que tratam o esgoto bruto e em 2019, foi realizado outro estudo (ADASA) em que foi identificado níveis acima da concentração média de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), que corresponde a degradação da matéria orgânica no meio aquático e interfere na biodiversidade do Rio. No estudo realizado por Brito (2017) em que ela realizou a análise do lodo de esgoto da ETE – Samambaia e Melchior, os efluentes tratados são em sua maioria efluentes domésticos, não gerando grandes ameaças à qualidade do solo, porém ao relacionar as águas subterrâneas, é possível a contaminação do lençol freático, em que os valores ultrapassaram os limites determinados de acordo com a legislação. Dos 6 metais analisados, 5 estavam acima do limite. Em 2021 ocorreu vezes o rompimento das adutoras (Figura 20 e 21) que fazem parte da ETE Melchior, fazendo com que houvesse o vazamento de esgoto bruto no rio, os órgãos competentes fizeram a reparação necessária, porém ainda não se sabe quais foram os impactos gerados por esse desastre ambiental. Durante a entrevista, foi questionado sobre a questão da qualidade de água para o sindicalista e funcionário da CAESB:

A gente tem, por exemplo, aqui o cortado em Taguatinga com parque, entretanto o córrego é questionado a qualidade dele e passa aqui em uma área bem visível, né? Que entre Ceilândia, na verdade, já em Taguatinga, mais próximo também de Ceilândia. Mas isso demonstra a falta de ação coordenada e a reincidência dessas negligências ambientais na administração local. A gente tem, por exemplo, a água mineral, que faz parte do parque nacional. Ali, a gente tem um outro esquema de

preservação que funciona muito bem, então é exemplo para fazer dar certo, a gente tem diversos, Brasil afora e não precisaria ir tão longe. Pega a água mineral: Aí como é água mineral? O que foi, o que é necessário ser feito? Como foi feito? durante quanto tempo? então assim, exemplos para que dê certo eles existem. (Paulo César)



Figura 17 e 18. Imagem do rompimento das adutoras da ETE Melchior em 2021 (Alzirenio Carvalho)

Ademais, com a necessidade de se buscar abastecimento de água em outras regiões devido a poluição e também a falta d'água, ocorre conseqüentemente o aumento dos custos operacionais de extração da água, como o planejamento de Captação de água para o DF no Corumbá - GO, que em razão da crise hídrica entre os anos de 2016 e 2018, o governador do DF, iniciou o conjunto de obras que visam a captação de água no Corumbá IV, com estruturas para tratarem a água e distribuírem para regiões do DF e GO, com investimento de cerca de 500 milhões de reais. De acordo com Souza (2006) que realizou estudos acerca da qualidade da água no Corumbá, foi diagnosticado um comprometimento da qualidade das águas da região devido a destinação final do esgoto e lixo, isso se deve a ações antrópicas, aliada a falta de conscientização tanto do Estado, como também dos empreendedores e da população. Mesmo que iniciemos a captação de água em outras regiões, é imprescindível o Estado atuar por meio de políticas públicas que garantam a proteção, conservação e despoluição, assim como também trabalhe em parceria com a sociedade civil para que todos tenham consciência do seu papel de preservação das águas presentes nesses territórios.

É imprescindível despoluir o Rio Melchior, diante da situação em que se encontra, mas também é necessário aumentar urgentemente o monitoramento das águas nas regiões de Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Cocalzinho e Corumbá e pensarmos futuramente na despoluição dos mesmos, para que não aconteça o mesmo que ocorreu com o Rio Melchior, prejudicando não só o abastecimento dessas regiões, mas como também todos

os seres vivos desse ecossistema. Os impactos ambientais podem ocorrer de forma natural ou acidental, porém em sua maioria das vezes é causado pela mercantilização da terra, ocupação irregular do solo, ocorrendo o aumento da densidade demográfica e falta de saneamento básico. Pode ocorrer de forma proposital como a grilagem na qual acabam invadindo terras que não poderiam ser utilizadas para urbanização ou industrialização, devido a sua importância hídrica. É indispensável também o investimento em educação ambiental para que a população tenha consciência dos seus deveres enquanto a destinação correta dos resíduos, uso consciente da água e também mais constância na fiscalização para barrar a especulação imobiliária e sobre grandes empresas que estão próximas a áreas com nascentes, lagos/ou rios.

Primeiro assim, sobre a crise hídrica, a gente tem que olhar em diferentes perspectivas: não só pela questão do clima, obviamente, mas o regime de chuvas influencia a questão hídrica dos grandes centros urbanos. Mas relacionado a isso você tem a questão do uso e ocupação de solo perto de mananciais, do próprio uso da água e a capacidade de armazenamento e isso passa por um projeto de saneamento, urbanização, projeto de expansão da população. Então, isso são vários fatores que você precisa passar quando avalia uma crise hídrica ou uma possível crise ou como evitar crises hídricas como por exemplo a gente teve nesse período. Hoje o DF está um pouco mais distante de uma crise hídrica devido a ETE Norte que foi desenvolvida nesse período e atualmente acabou de entrar em carga o Sistema do Corumbá, que tem uma estação de tratamento em Valparaíso-GO e que a capacidade dela é de atender a metade do DF. Então nós temos o sistema do Descoberto e o Corumbá, os dois maiores né? Ai junto a isso a gente tem outros sistemas menores que abastecem a área de Santa Maria, Sobradinho, Planaltina, mas a CAESB hoje tem praticamente seu sistema todo interligado, então você consegue transferir água que antes era somente para uma região, hoje você consegue transferir de outras que tem capacidade melhor para retornar em outras áreas. (Paulo César)

A CAESB por ser um sistema público de saneamento possibilitou a universalização do saneamento básico da capital, diferente de outras regiões do Brasil que ainda não possuem esse serviço básico. Apesar disso, uma parcela da população ainda não possui acesso, que são as populações que vivem nas ARIS, consideradas “as periferias das periferias”, na qual não ocorre a regularização dos seus territórios e conseqüentemente a falta de acesso à direitos básicos. Assim como em Warren e Houston, ocorreu formas de resistência ao racismo e as injustiças ambientais. Outro exemplo foi o que ocorreu em outubro de 2012 na qual foi contextualizado pelo Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fiocruz, em que moradores de Samambaia- DF, bloquearam a rodovia DF- 180 para protestarem contra a instalação do aterro sanitário próximo ao Rio Melchior, porém foi encerrado após repressão da PM e sem sucesso na barragem da construção do aterro em razão da necessidade urgente de acabar com um dos maiores lixões da América Latina, localizada por “coincidência”, em outra região periférica da capital, a cidade Estrutural. Paulo César na entrevista afirma que participou desse protesto e que o sindicato era contra o aterro sanitário próximo ao Melchior. Apesar do “lixão” da Estrutural ser um problema ambiental grave, ocorreu no mesmo período, protestos contra a substituição do “lixão” pelo aterro sanitário, em que aproximadamente mil catadores impediram a circulação dos caminhões para impedir o

fechamento, em razão desse espaço em condições desumanas ser um local de geração de renda para catadores, reflexo do racismo ambiental. De acordo com a Domiciano (2018) o funcionamento do Lixão da Estrutural ou Aterro do Jóquei sempre foi um assunto com muitos pontos divergentes ao longo período que esteve ativo. Pois ao mesmo tempo que era necessário a capital federal e aos seus moradores por proporcionar um local de descarte do lixo, produzia e reproduzia trabalhos insalubres e fora dos parâmetros da legalidade, além de contaminar e poluir grande extensão de terra e alguns lençóis freáticos da região.

Em entrevista realizada com Heliane Kátia Campos, presidente do SLU no período entre 2015 e 2018 ela trouxe o histórico do “lixão”, sua compreensão acerca do tema durante o período em que realizou a gestão do SLU e comandou o fechamento do “lixão da Estrutural”:

O “lixão da Estrutural” começou a receber lixo de forma totalmente irregular, desordenada desde inauguração de construção de Brasília, mas foi a partir da década de 70 que se transformou no único posto de descarte de resíduos. No início, existiam alguns pontos e o “lixão da estrutural” era mais um. Mas a partir da década de 70, começou a receber muito fortemente todos os resíduos do Distrito Federal e continuou por décadas como lixão, uma tragédia ambiental é uma tragédia humana a experiência de viver em cima de um “lixão”, de fazer suas necessidades, comer em cima de um “lixão” com gás que o tempo todo gerando gás carbônico, gás metano com muito resíduo perigoso como um caco de vidro, com um trânsito enorme de caminhões. O “Lixão da Estrutural” além de receber 2700 catadores lá, era despejado cerca de 2 toneladas por dia de resíduos domiciliares e comerciais, recebia do entorno do Distrito Federal e sem nenhum controle, não tinha controle. Você tinha um caminhão, o cara alugava uma caçamba, pegava o resíduo, entrava lá e passava. E se a gente estava lá a trabalho fazendo alguma coisa, eles buzinavam, era uma Terra sem dono, não é? Isso perdurou por décadas e houve 3 fortes tentativas de fechar o chão. Numa delas foi bastante dramático, teve até uma morte que hoje ainda é lembrada lá no museu na cidade estrutural. Ocorreu uma segunda tentativa muito forte, porém não rompe com o consenso de quem ocupava aquele espaço: Os catadores, os atravessadores, os jovens, alguns com problemas de dicção devido a química. Ocorrendo até prostituição no “lixão”, então não houve um consenso, assim se tenta fechar, a população não queria, então ninguém conseguia fechar ali. A pressão é muito grande, tem muita influência política e mais uma vez conseguiram que não fosse fechado “o lixão”; algumas autoridades do Distrito Federal diziam que não era para fechar, alguns professores que dão aula lá na Estrutural também diziam que não ia fechar, algumas lideranças sociais da habitação importantes, dizia que não ia fechar porque pior do que aquela situação, era passar fome. Então foi um processo que eu entendi o porquê que nunca tinha sido fechado, porque não há um consenso na sociedade que aquele tipo de situação é extremamente degradante, humilhante e não é para o ser humano. (Kátia Campos)

Nesse trecho a entrevistada demonstra que as vontades políticas da elite se sobressaiam sobre as expressões da questão social que eram evidenciadas no “lixão”, além da questão política, devido à falta de oportunidades e o receio da população ficar sem sua renda, a comunidade também era contra o fechamento desse espaço. O “lixão” ocupava 200 hectares de áreas

públicas, fazendo limite com o Parque Nacional de Brasília, toneladas eram despejadas diariamente nesse espaço de forma irregular. O terreno era de responsabilidade da Terracap, mas os catadores eram contratados por uma empresa terceirizada pelo SLU. Com a terceirização dos serviços, a gestão trabalhista é afetada, não garantindo condições de trabalho adequadas e insegurança para os trabalhadores, porém essa era a realidade colocada, em que se assemelha as condições análogas à escravidão em que muitas pessoas se submetiam as condições de trabalho insalubres para sustentar suas famílias. Ademais, os impactos ambientais gerados nesse espaço são graves devido à falta de estrutura para conter o chorume ser um composto altamente poluente do solo, lençóis freáticos comprometendo a qualidade da água. É necessário pensar políticas baseadas na Ecologia humana²¹, unindo as complexidades dos ecossistemas com a questão social.

Eu me lembro de ter ouvido uma reportagem no jornal da Rede Globo na hora do almoço, eu ainda não estava no SLU, onde a repórter lá em cima do “lixão”, pegou uma Senhora que pegou umas galinhas lá que chegou no lixo, cozinhou, estava distribuindo almoço para todo mundo e a repórter abraçou a Senhora, parabenizou a Senhora e disse que aquele era o espírito humano de solidariedade, que ela estava dividindo comida com todo mundo. Ela não achou que fosse absurdo, a mulher está cozinhando o frango estragado, distribuindo. Certamente ela não comeria o frango, certamente a repórter não diria que eu estou aqui trabalhando, eu posso provar o seu tempero. Ela não fez isso, ela não comeu, porque eu acho que ela não comeria, mas elogiou o fato da pessoa distribuir aquela comida estragada ali e por falta. Normalizou a situação? Por exemplo, uma vez eu com o dentista, ele falou, mas é melhor eles estarem lá porque assaltando a gente no sinal de trânsito. Então, a vida do pobre é a seguinte: ou ele está numa situação degradante, sobrevivendo de uma forma totalmente humilhante, ou ele está nos assaltando, ele não tem a chance de ter uma vida, de ter um emprego, de ter uma vida saudável e de ter dignidade. Tinha que acolher a sociedade com programas sociais, então o “lixão” existe esse tanto de tempo, porque o poder público foi só inoperante não, porque a sociedade não aceitou, porque uma cidade que tem “lixão”... os governantes aceitam, a academia aceita, a sociedade aceita, porque se não haveria uma manifestação, todo dia tu estivesse aqui neste dizer que é inaceitável que nós, no século 21, aceitemos seres humanos nessa situação. Então é uma questão social mesmo.

Então é uma para mim, isso aí é um defeito da sociedade de entender que aí todo mundo que falava isso para mim, que achava que está melhor, que eu dizia, bom, mas se você na hora de seu almoço, na sua casa, aconselha para o seu filho assim, meu filho, se não tiver emprego nenhum, eu te aconselho ir lá para o “lixão” da estrutural que você catar um bichinho lá, almoçar lá. Se você desse conselho ao seu filho, eu concordo com o que você está falando, mas se você acha que para o seu filho você jamais se terá aceitado feito e que para os outros povos, e se aceita ou não vou conseguir, não é? Então, teve uma disputa consensual muito grande, porque algumas pessoas defendiam o que era ser a é compreensivo. O Presidente da Câmara distrital falou que eu não vou permitir fechar o “lixão” enquanto estiver um catador, a gente tirava 50, entrava +100. Teve uma época que teve uma crise absurda da condição civil aqui no Distrito Federal. Quando eu cheguei lá, eu não acreditei. Estava parecendo a serra pelada, então quanto o desemprego aumenta muito das pessoas que têm um nível de trabalho mais braçal, menos intelectual, o lixo enchia

²¹ Ecologia Humana é um estudo que relaciona o desenvolvimento das populações humanas com o meio ambiente

de gente, então lá era uma válvula de escape á você estar desempregado para todo o chão, porque lá a gente aceita que pessoas possam ir e tal. (Kátia Campos)

Em 2017, foi criado o Aterro Sanitário de Brasília (ASB) com objetivo de acabar com o “lixão” da Estrutural, considerado um dos maiores lixões a céu aberto do mundo, ficando atrás apenas da Indonésia, de acordo com a Pesquisa feita pela ISWA na qual realizou o levantamento dos 50 maiores lixões do mundo em 2014. Assim ocorre o fechamento do “lixão” que se justifica pela relevância local enquanto problema público. De acordo com a Domiciano (2018) o funcionamento do “Lixão da Estrutural ou Aterro do Jóquei” sempre foi um assunto com muitos pontos divergentes ao longo período que esteve ativo. Isso, pois ao mesmo tempo que era necessário a capital federal e aos seus moradores por proporcionar um local de descarte do lixo, produzia e reproduzia trabalhos insalubres e fora dos parâmetros da legalidade além de contaminar e poluir grande extensão de terra e alguns lençóis freáticos da região. E essa problemática socioambiental foi discutida de forma desigual ao crescimento urbano, ao longo de muitos anos, porém viu-se a necessidade de encerrar com o “lixão” da estrutural e transferir para um aterro sanitário somente quando o problema já estava grave.

Quando vocês citam problema, vou fechar o “lixão”, porque lá não pode ficar pessoas, mas o que quer dizer e fazer com as pessoas? Empregá-las! elas não estão vendendo esse material? vamos contratar. Fizemos 2 galpões. Nós ficamos de 2015 a 2018. Em 2015, nós vamos fazer 4 contratos com o poder público. É um contrato, tem que ter prestação de serviço, tem que ter relatório. E a gente conseguiu em 1 ano, fazer com que essas cooperativas tivessem conta bancária, tivesse em ata de explicação, tivesse o registro em cartório da associação, da cooperativa. Foi muito bom ter feito isso, porque aí as outras era possível começar também a soltar. No segundo ano, contratamos uma cooperativa em 2016, nós contratamos 4 em 2017, 9. Em 2018 mais 14. Então o SLU tem esses contratos, eles tiveram que ter a mão de profissionais que foram contratados, alguns estudantes de engenharia da UnB, da Universidade federal de Goiás, contratamos como cargo em comissão, porque não tinha profissional no SLU. Eles questionaram assim: mas como é que nós, que estamos aqui no poder público, podemos ajudar a fazer um relatório? pode porque a lei permite a lei 13.205 de 2010, a política nacional. Ela disse que a gente pode apoiar, cabe ao poder público apoiar a cooperativa para ela estar apta a ser contratada. Uma empresa privada, não, então eu faço uma concorrência. Se você não tem como estar apto, você é eliminado, porque você está concorrendo com outras empresas privadas agora, a lei permite que catadores, o poder público apoia e ajude a fazer o relatório, ajude aí no banco abrir conta. Então, foi o que foi feito. Agora, é Claro que tinha várias pessoas lá que tinha um perfil que não dava para trabalhar de 8 às 14, de 14 às 18, porque são pessoas que tinham horário de madrugada, chegava às 3 da manhã saíam às 7 da manhã. Outros resulta que cada um tem um perfil e não são todos nós, seres humanos que temos o perfil de ter um emprego com carteira. Tem gente que tem perfil de ser autônomo, da possibilidade de trabalhar de forma mais livre, de produzir uma coisa, depois saindo, vendendo, então não foi possível absorver todos os catadores que estavam presentes no “lixão”. E outra coisa é que os postos de trabalho no início é a gente foi fazendo paulatino, então muitos viam, ficavam lá 3 dias e não aguentavam, porque achava que ele ridículo ficar, chegar, tem que assinar em alguma folha, ter controle, ter produção e que se ele faltasse 5 dias na hora da produção aqui de ser descontado da remuneração, porque não é salário, né? E, além do mais, a pessoa lá no “lixão” trabalhava 12, 13 horas e era lixo à vontade, então eles pegavam aquilo que era maior. (Kátia Campos)

Na entrevista realizada com a gestão responsável pelo fechamento, é possível identificar a necessidade de políticas de geração de renda para as pessoas que não possuem oportunidades e acabam tendo que se submeter a trabalhos em condições desumanas, além disso da importância da regularização dos trabalhadores que atuam na coleta, que antes eram

desconsideradas. Também é possível perceber que o maior “lixão” da América Latina não era um problema somente ambiental, mas também um problema atravessado por questões de raça, classe e gênero, devido a problemas estruturais que impossibilitam acessar certos espaços e que só através da criação de políticas públicas é possível o enfrentamento ao racismo estrutural e ambiental, além das questões de gênero. As pessoas não são vistas como seres humanos digno de condições de vida melhores, muitas vezes são subjugados como mal-educados (talvez julgados como não civilizados), criminosos e a sociedade acaba normalizando situações que não eram para serem normalizadas como indivíduos tendo que comer lixo por não ter acesso à uma alimentação de qualidade e também por não ter acesso a qualificação, sendo necessário aporte do Estado para que essas desigualdades sejam mitigadas através de políticas de geração de trabalho, qualificação e estruturação das cidades. Ademais, a ex-presidente do SLU mostrou a importância de um trabalho em conjunto com outros órgãos institucionais para resolução desse problema socioambiental de grande gravidade, que não é atribuição somente de uma instituição, requer força política e criação de políticas públicas.

Por exemplo, para preparar as pessoas para irem trabalhar nas unidades que a gente alugou e depois construiu. Tinha curso todo mês e onde os catadores eram convidados a participar e quem participava assinava uma lista de presença e recebia uma bolsa de R \$360 por mês. Porque não trabalhou ou ao deixar de trabalhar para ir para capacitar ele, estava deixando de ter a renda, porque a única renda é o trabalho, então, foi aprovado na Câmara distrital esse recurso, chamou de uma bolsa de transição entre a saída do “lixão” e continuou depois que eles foram para o galpão. Porque a renda caiu muito, tinha gente que falava que ganhava... Não sei, estou dizendo de depoimento... que ganhava R\$ 3.000 reais, R\$ 4000 e começaram ganhar menos, além do material que vendia, caiu pra caramba a quantidade do valor de remuneração do SLU. (Kátia Campos)

Para Héctor Ricardo Leis, o modelo de desenvolvimento econômico dominante, ou seja, o capitalismo industrialista, ele se legitima através do atendimento das demandas de consumo da população, que ao longo dos anos vai aumentando dentro de um planeta que tem a capacidade de sustentação limitada. O “lixão” da Estrutural era reflexo desse capitalismo que gera consumo exacerbado, porém não se responsabiliza pelos impactos, sejam eles ambientais, sejam eles sociais. Se existem pessoas que estão trabalhando em um ambiente insalubre, é devido às desigualdades que esse sistema gera, fazendo com que uma parte da população, sobreviva com o resto da elite burguesa. Com o fechamento do “lixão”, possibilitou a qualificação desses indivíduos para maior segurança no trabalho, além disso é preciso de apoio estatal para contribuição de formas de responsabilização dos resíduos que são gerados devido ao consumo. Além de gerar maior segurança no trabalho, diminuindo os

acidentes e mortes que ocorriam de forma frequente, também contribui com a diminuição do trabalho infantil e outras situações ilegais que ocorriam no “lixão da Estrutural”:

Nós entramos em janeiro de 2015, aí eu coloquei 3 pessoas no “lixão” e pedi para eles não falarem quem eles eram porque eles falam...Se eles falassem que eles eram, eles não iam receber informação. Então eles viram, por exemplo, que na geladeira do serviço público de limpeza urbana tinha iogurte estragado. Se eles falassem que eu estou aqui como fiscal, você não fica sabendo o que que rola. Descobriram que tinha lá o carrefa: Era um lugar só de comida que as pessoas recebiam. Os caminhões... carrefa é em homenagem aí sei lá, o que que era ao Carrefour e eles lavavam o salmão, lavavam frango, embalavam de novo, punham preço e comercializavam naquela região ali. Então eles foram descobrindo coisas assim que a gente não acreditava. Eu achei que eu sabia o que que era um “lixão” que funcionava num “lixão”. Mas a coisa era muito, muito, muito mais grave. Tinha coisa vendida na Ceilândia, que foi tirada daqueles caminhões ali que descarregavam. Então, é quando a gente viu todos os problemas listados, nós entramos em janeiro, aí em março eu liguei para o governador. Falei, olha, é eu tenho um relatório para te mostrar. Ele falou, vem aqui agora. Então me mostre.

Aí eu mostrei criança, pré adolescente, usando crack, abuso sexual, comida estragada na geladeira, o chorume vazando para o outro lado da rua, onde tem um Monte de horta, gente armada, muitas pessoas armadas lá dentro e tal. Aí a polícia botou gente lá dentro à paisana, foi seguir a carne, viu onde que era lavada, viu o salmão, onde que era vendido, chegou até ao supermercado lá na Ceilândia. E eles não entendem. Aí eu falei: eu descobri hoje que o governador, por que que ninguém nunca fechou esse “lixão”. Foi porque sempre ficou a cargo do SLU. Como assim? Eles? Quem fecha lá, o “lixão” é o SLU. Mas não era um problema somente do SLU, O SLU não tem autoridade, autorização e conhecimento para abordar a criança. Você imagina o funcionário do SLU, chega lá, pega um menino e ponha ele para fora? O SLU não tem nenhuma estrutura nem conhecimento para abordar dependente químico, não temos. E fui falando para ele e fui fazer uma lista, deu 16 órgãos, isso foi em março, em abril, ele publicou um decreto dizendo, esses 16 órgãos vão fazer um plano para encerrar o “lixão”. Então isso foi a salvação, e foi por isso que nós fechamos.



Figura 19. Imagem feita em 2012 no “lixão da Estrutural” (Wilson Dias)

Havia um plano diretor de Limpeza Urbana desde 1971, apesar disso, na realidade não avançou muito desde a criação de Brasília, em que muitos locais ainda possuem acesso a saneamento básico, ou sequer, água potável, pessoas vivendo em condições degradantes no

espaço que se dizia moderno e o centro das decisões. Espaço na qual excluía a classe trabalhadora e aqueles que não estavam inseridos no sistema, nem considerados como humanos eram, as mortes vistas apenas como números e a insegurança alimentar sendo parte constante da realidade desses moradores. O racismo ambiental é demonstrado de forma velada pois quem são essas pessoas que vivem nessas condições? São pessoas de classes baixas, em sua maioria pretos, pardos, indígenas que saíram de seus territórios em busca de melhores condições de vida, mas se depararam com as barreiras sociais raciais e de gênero que dificultam o acesso das populações racializadas em uma série de questões. Além disso, é colocado a Ceilândia, um bairro periférico como “indústria sanitária”, os locais que são colocados equipamentos de saneamento básico, são locais periféricos e com sua população racializada, não são em espaços que são ocupadas por classes mais altas, a elite não quer lidar com seus próprios resíduos sanitários e busca sempre lidar de forma colonial e de hierarquização na qual somos submetidos a situações de racismo de forma indireta, mas que impacta significativamente na vida das comunidades periféricas. Ademais a presidente do SLU contribuiu para criação de várias políticas públicas de saneamento, não só do DF, mas como também nacionalmente, demonstrando o compromisso ético de melhoria na qualidade de vida da população pelo acesso ao saneamento básico, acesso ao trabalho digno e também contribuição com a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.



Figura 20. Imagem de mulheres catadoras trabalhando no Galpão de Coleta. (Tony Winston)

Você tem um “lixão”, é uma humilhação. Uma cidade com 3000000 de habitantes, uma cidade mais rica do Brasil, onde o governo sempre alta, que Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades. Os ministérios que poderiam apoiar as obras lá, UnB, Universidade Católica, sabe, a renda per capita é elevadíssima. Você ter “lixão”, olha, é um pouco caso é uma, é uma coisa assim. Eu já dirigia limpeza urbana de Belo Horizonte e não tinha “lixão” fazendo isso em 1993 já não tinha,

eles chamam. Quer dizer, isso é uma coisa ultrapassadíssima. O SLU não tinha funcionários, tinham 2 engenheiros agrônomos, uma advogada, na minha gestão eu abri concurso. O concurso só conseguiu fechar nessa gestão do Ibaneis, mas abri na época da minha gestão, aprovei na época, passou na Câmara e tal, aí sim, entraram 150 técnicos de nível superior e como não tinha, é o primeiro concurso do SLU desde 1991. O outro foi aberto em 2017, mas foi viabilizado agora em 2019. Aí entraram profissionais que possam e quando você faz isso, na minha opinião, você deixa um órgão sem capacidade técnica instalada, é a coisa melhor para quem quer fazer o mal feito, porque não tem quem fiscalize, não tem quem saiba analisar, você manda o cara dá um ok na fatura, ele dá porque ele não é especialista, não tem conhecimento, não estava nada informatizado. Quando eu entrei lá, a medição de cada caminhão de lixo era no papelinho. Aí ficava com papelinho, da empresa, checava os papelinhos. Era desse jeito, sem sistematização inovadora. A gente informou que usou tudo como concurso, só saiu agora, então as chances de estarem melhorando, são muito maiores. Na minha avaliação, era muito ruim, mas não era pouco não, era ruim e deu uma melhorada, só de não ter” lixo”. Eu diria que foi uma melhora espetacular. Não é? só de não ter o “lixão”, já é uma coisa assim, para ter aterro sanitário, 29 contratos com catadores, mas ainda está muito artesanal. (Kátia Campos)

Em 2010, com a discussão levada a âmbito nacional, houve articulação em nível federativo para a resolução da gestão dos resíduos sólidos, em que com a criação da Lei 12.305/2010, o Distrito Federal precisou se adequar conforme a legislação, isso fez com que no Governo que estava em transição entre Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg, houvesse o planejamento do fechamento do “lixão” e a criação do aterro sanitário. Devido a todas essas problemáticas que precisavam ser urgentemente resolvidas, foi criado o Aterro Sanitário de Brasília, que por muitos anos viveu como um problema ambiental, econômico e social gerando impactos. Inicialmente a BELACAP propôs a construção ao lado da Usina Central de Tratamento de Lixo (UCTL), porém essa região não era uma opção viável por estar inserida dentro da região de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Parque JK, e a parte não inserida possuía taludes íngremes e cobertos por vegetação, ambientalmente protegida pelo Código Florestal. Sendo assim o local escolhido foi próximo a ETE Melchior por se enquadrar nas exigências estabelecidas como: pouca interferência com a vizinhança, área que apresenta alguma degradação ambiental por atividades diversas, facilidade de monitoramento ambiental, áreas com topografia pouco acidentada em forma de anfiteatros, materiais naturais de construção de fácil obtenção nas proximidades do aterro- para a cobertura diária/-final e para a camada impermeabilizante argilosa e entre outras definições ambientais e técnicas (PROGEA;2005 apud Passos 2019).

O aterro de Brasília, o terreno, a escolha do terreno, é coisa muito difícil, porque qualquer lugar do mundo, porque não tem lugar ideal, tem o lugar menos pior. Então você faz um leque, pesquisa, tem que ter a área x, tem que ter declividade y tem que ter o lençol freático, está em tal profundidade, não pode ter mata de proteção, não pode ter uma área de proteção ambiental, não pode status tantos metros de residências, não pode estar na rota de avião, não pode, não pode, não pode, não pode. Então, quando você consegue achar lá, sei lá, 3, 4 lugares você vê qual é

aquele que tem um impacto menor. Ai você escolhe, então um dos motivos que a área que foi escolhida por novo aterro sanitário de novo não, né?

O primeiro aterro sanitário da história de Brasília foi lá, em Samambaia, justamente é pertíssimo do córrego Melchior. Foi porque lá é um dos critérios que a gente considera positivo, já é uma área de saneamento, já tinha unidade de tratamento de esgoto, então se já tinha, já era tipo um distrito industrial, é um distrito sanitário, então foi um dos motivos que a área foi escolhida. Eu não participei na época, eu nem estava no governo, foi 2004 que essa área foi a escolhida, mas tinha que ter uma distância X o que foi respeitada. Tratamento de chorume, etc. E tinha uma escola primária dentro desse terreno que o SLU construiu o aterro colada na Caesb e quanto a Caesb recebeu a autorização para ampliar o tratamento, porque lá dentro tem 2 estações de tratamento de esgoto, a Samambaia e a do Melchior, são duas sendo uma bem mais moderna e essa escola era bem próxima da moderna. Estou dizendo dentro daquele terreno próximo ao aterro sanitário, tem 2 estações de tratamento da CAESB. Então a gente recebeu uma licença para o governo. Eu não estava aí não, isso foi 2004. (Kátia Campos)

Porém com a criação do ATS moradores constantemente denunciam a situação do Rio Melchior após o Aterro, reivindicando que as autoridades façam a revisão do enquadramento do Rio Melchior, sinalização de locais impróprios para banho e que ocorra mais fiscalizações e monitoramento da qualidade da água. Em janeiro de 2019, ocorreu o primeiro vazamento de chorume não tratado e segundo relatório disponibilizado pelo SLU para o DFTV (2019), os funcionários do Consórcio Samambaia Ambiental (empresa responsável pelo aterro), só estavam tomando providências para cessar o vazamento pontual, e não atuando com a preocupação de conter o chorume que descia para o Rio. O chorume é encaminhado para ETE Melchior para passar por tratamento para ser despejado conforme a legislação, porém o chorume vazou na forma bruta, aumentando a proliferação de algas que consomem o oxigênio e consequentemente mata peixes e plantas desse ecossistema. Em fevereiro de 2019, houve outro vazamento de chorume do aterro e segundo a reportagem realizada pela Rede Globo na data do ocorrido, a população não foi alertada sobre essas condições pelos órgãos responsáveis e que segundo a CAESB o esgoto despejado é tratado, porém não descarta a possibilidade de haver esgotos clandestinos. Em julho do mesmo ano, outra reportagem foi realizada demonstrando a quantidade exacerbada de resíduos sólidos, além da dúvida em relação a fiscalização das indústrias que estão à margem do rio. Além dos resíduos sólidos acumulados nas margens, o desmatamento também contribui com a erosão do solo. Foi realizado a denúncia no MPDFT, em que o Promotor de Justiça do Prodema, Roberto Carlos Batista, afirma que há enormes problemas em razão dos projetos construídos pela empresa contratada pela edificação do aterro, em que esses projetos são estruturais e causou o entupimento da drenagem do chorume, escorrendo diretamente para o Rio Melchior e também para as vias urbanas. De acordo com o SLU, para solucionar o problema, foram instaladas 10 bombas para drenagem do problema de vazamento e foi construído mais lagoas

de contenção. Durante a pesquisa foi solicitado entrevista com a atual gestão do SLU, porém os contatos realizados não foram respondidos.

Eu cheguei no governo, em 2015, o Distrito Federal recebeu autorização para construir um aterro sanitário, mas tinha que transferir aquela escola pública que estava ali para um outro lugar, então foi feita uma escolha, conseguiram um lugar do lado do Melchior para construir essa escola, um terreno bem maior fizera uma escola. A construção dessa escola já foi na minha gestão. A escola foi bem mais moderna com rampas porque era uma escola rural, as crianças tinham direito a transporte público e o transporte continuou. A nova área da escola e a construção custou 4 milhões e 300 mil reais e a antiga tinha janelinhas pequenininhas, com pouca iluminação, era charmosinha, porque tinha uma árvore no meio do pátio. Aquela fofura não tinha lá na Nova área porque é uma área em meio de cerrado, então, mas assim, no termo de conforto para as salas de aulas, ventilação, iluminação, janela, é grande, foi tudo, obviamente melhor. Só o charme aquela coisinha de rural bonitinho que se perdeu ali com a nova escola, mas tinha a proposta de trazer todo conforto que eu sei que tinha. Então a construção do novo aterro previu o tratamento de chorume. Tal deu um grande problema, que o chorume foi produzido em quantidade muito superior à estimada inicialmente. Então teve que fazer várias lagoas de retenção para o chorume não cair direto no corpo. Mas, enfim, o primeiro aterro sanitário da história da capital do Brasil foi inaugurado em janeiro de 2017. O nosso governo começou em 2015. Então, em janeiro do terceiro ano foi inaugurado, porém o “lixão” continuou aberto porque as unidades para segregar o material da coleta seletiva estavam sendo alugadas, ainda estavam sendo compradas mesas e outros itens, não dava para tirar mais de 1000 pessoas de uma vez e colocar para atuar no aterro. Então foi sendo aos poucos, as cooperativas que iam concordando, teoricamente tinha 6 cooperativas, teoricamente, mas não funcionava como cooperativa, então foram tendo que ser estabelecidas. Acredito assim que fossem contratadas, já começariam a atuar. (Kátia Campos)

Como o enquadramento desse rio não permite o uso humano, mas é um corpo receptor de rejeitos sanitários, deveria ocorrer fiscalização em outros pontos e de maneira frequente. Porém com o sucateamento das instituições responsáveis pela fiscalização não é possível concernir com a complexidade da situação real desse rio que é visto apenas como um rio que recebe esgoto, e não como um ser biológico que também tem seus direitos, de estar com qualidade da água melhor, para que os que vivem nesse habitat também possam viver de forma melhor. Em uma reportagem da (Globo, 2021) mostra a morte de 20 tartarugas às margens do rio Melchior, para os moradores, que vivenciam a degradação do rio, a morte de animais, é uma situação triste, de perda, mas para as instituições é só mais uma morte, é só mais desmatamento, é só mais uma invasão na qual ocorre desde 1500. As violações, negações de direitos e de garantias fundamentais demonstram a omissão, a ineficiência e o racismo institucionalizado no Estado brasileiro (BARZANO; MELO, p.9, 2021). Embora tenham ocorrido grandes avanços na criação de políticas de coleta de resíduos sólidos e de saneamento, o rio Melchior é negligenciado desde a construção da capital. O Lago Paranoá é um lago artificial, mas que por ser no centro da capital e por vontade política foi despoluído entre o final da década de 70 e começo da década de 80 (Agência Brasília), agora a população

usa como forma de lazer e também abastecimento. Já o Melchior é colocado como espaço de indústrias sanitárias e nunca ocorreu nenhum projeto de despoluição, a não ser por iniciativas da própria comunidade (GLOBO, 2019).



Figura 21. Imagem do vazamento de chorume do aterro sanitário na rodovia DF 080.
(Samambaia em Pauta)



Figura 22. Imagem da distância entre o Aterro Sanitário e o Rio Melchior. (Michael Melo/Metrópoles)

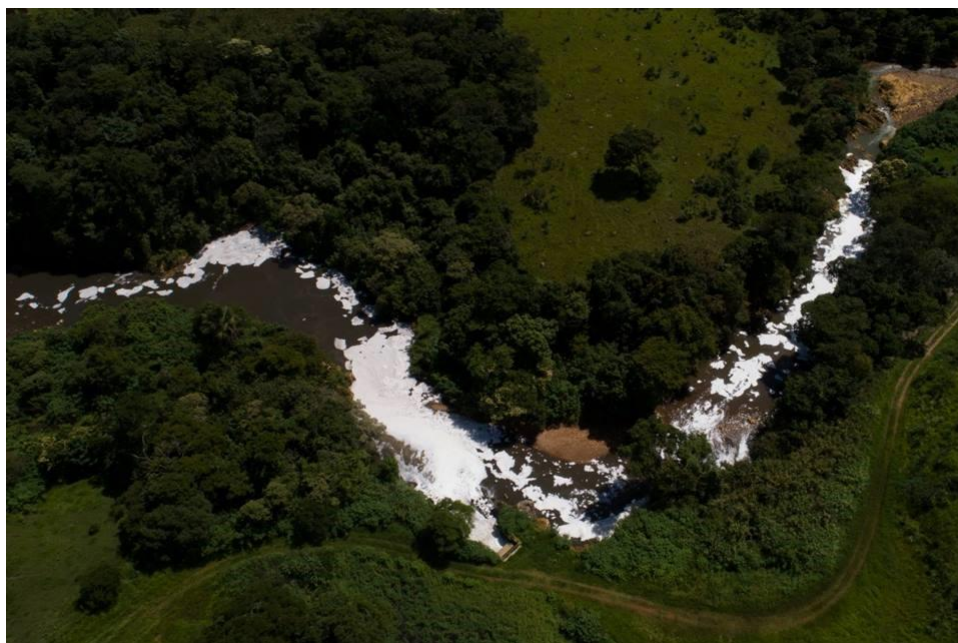


Figura 23. Imagem da espuma branca ao longo do percurso do Rio. (Michael Melo/Metrópolis)

3.2 decolonialidade e as formas de resistência à degradação ambiental

Esse subcapítulo trata de retomar as memórias coletivas sobre o Rio Melchior/Belchior e também de compreender quais foram os enfrentamentos diante das desigualdades socioambientais impostas para a população. Apesar da sua situação de poluição e boa parte dos moradores não terem conhecimento da realidade e nem da existência do rio, existem pessoas que lutam pela sua despoluição e defesa do território. E essa roda de diálogo escrito, além de romper com padrões brancos, hegemônicos, fortalecidos pelo patriarcado, responde às demandas ligadas à promoção de justiça ambientais, territoriais, de gênero e geração (Sacramento,2021). As comunidades historicamente foram excluídas por um sistema que nunca reconheceu como parte importante da sociedade, enquanto sujeitos que produzem saberes, gerando a desconformidade, mas ao mesmo tempo as comunidades afro-indígenas resistindo e buscando estratégias de enfrentamentos a essas barreiras que são impostas pelo racismo institucional e estrutural. As lutas pela preservação e reconhecimento do Rio Melchior enquanto um sujeito de direitos e não apenas um corpo receptor é árdua. A própria

comunidade se organiza para realizar ações de reflorestamento, pois o Estado não contribui com as ações.

Lutar pela preservação do Rio é contribuir com a diminuição da desigualdade social, com direito à saúde, a segurança alimentar e o direito à cidade; a decolonialidade se faz presente nessas atividades, pois é na prática aliada a retomada dos conhecimentos ancestrais que são possíveis construir e reconhecer diferentes formas de viver. Em consonância com a intelectual Lélia Gonzalez, as separações em categorias de raça. Gênero, classe e sexualidade contribuem com a invisibilização e não nos deixa perceber com clareza as dimensões das violências e que são concentradas na interseção dessas categorias. Além do conceito de interseccionalidade, traz também um conceito de colonialidade do poder, na qual a partir do padrão de poder capitalismo advindo da colonização define e controla os saberes, as formas de ser e também as de opressão. Nas entrevistas, Ivanete conta sobre o atentado que sofreu por parte dos Grileiros na qual em uma atividade de reflorestamento, os grileiros chegaram tentando expulsar do território por meio de tiros. Newton e Alzirênio contam também que já houve ameaças e também já foram alvo de tiros, mas que não sabe identificar de onde veio. Seu Alcir um dos primeiros moradores do Sol Nascente compartilha seus saberes de proteção das últimas nascentes limpas do território. As entrevistas que foram utilizadas neste subcapítulo são de indivíduos que atuam na defesa do Rio Melchior, embora tenha ocorrido algumas limitações em razão da pandemia, na qual não foi possível entrevistar todos os atores sociais envolvidos, nesta pesquisa se faz importante ao trazer a narrativa de pessoas que convivem nesse território e que trazem informações importantes de como se deu esse processo de degradação.

Meu nome é Alcir Lopes da Silva, sou um homem negro, assim como minha família. Sou de Minas de Paracatu, casado, tenho 4 filhos, tenho neto, tenho bisneto. Estou com 35 anos que moro nessa chácara aqui no Sol Nascente. Primeiramente, eu vim de Paracatu, morei na Vila Mathias e recebi casa no setor O, a casa era da SHIS, morei lá 10 anos e troquei a casa lá, a troco dessa chácara aqui em 1987. Estou com 35 anos que eu moro aqui, quando eu vim para aqui, isso aqui tudo era mato e aqui estou eu, até hoje. O meu documento era a cessão de direito, quando foi no governo Arruda em 2008, a secretaria do meio ambiente, mandou uma carta para mim, para eu aparecer lá, dentro de 30 dias, mas eu não esperei os 30 e com 4 dias, eu fui lá para mim ver o que é, que é que eles queriam comigo. Eles vieram me dar os parabéns e ia receber pela primeira vez no DF, um morador de chácara ia receber um documento APP, área de proteção ambiental e assim me deram o documento e me colocaram como padrinho da nascente. Porque essa lei federal existe há muitos anos, eu não sei nem quantos anos existe essa lei federal, mas eu sabia que existia. Mas o governo nunca tinha botado isso em prática, pelo menos aqui no DF. E ninguém, nunca, governo nenhum, nunca tinha botado isso em prática.

Quando foi no governo Arruda, ele tirou da gaveta, fez um sorteio para ver, quem era o primeiro do DF a ser padrinho de uma nascente e graças a Deus eu fui honrado por isso, fui sorteado e deram o documento: aqui estou eu e pelejando com esse

povo que você nem sabe o tanto que eu já pejei para nós tratar melhor essa nascente, não só essa. Mas essa que é a principal nascente que resta ainda, no sol nascente e a água tá aí boa, pura do primeiro jeito. Água que há dados, análises, você pode beber, pode tomar banho, pode cozinhar, que é uma Maravilha, mas só é boa aqui, onde ela nasce, na minha propriedade, passou 100 m para baixo, é tudo poluída porque eles jogam esgoto dentro de nascente e eu já cansei, ó. Os cabelos já caíram tudo de tanto pejar com esse povo. E eles já pejei para nós fazer um mutirão, parceria nossa. Hoje não adianta mais, nem fazer parceria com os moradores, porque eles não querem nascentes, eles querem é aterrar nascente, eles querem é construir casa. A prova é essa que aterram as nascentes todas aí e construiu hoje é cidade, né? Ainda resta essa aqui porque eu tenho máximo de cuidado aqui na cabeceira, já tentaram aterrar, eu chamei fiscal, eles vieram na hora e correu com eles, mas já estava com caminhão aí, vários caminhões cheios de Terra, cascalho para poder aterrar. Eles têm muito interesse nisso, né? E aqui estou eu

A primeira lei de conservação das florestas foi na Era Vargas, na qual foi criado o código florestal²², porém não abarcava as nascentes, regiões de matas nativas nas áreas urbanas e também não delimitava as faixas de proteção, possibilitando o desmatamento de forma não controlada. Porém no mesmo ano foi criado o código das águas que determinava as faixas navegáveis e não navegáveis, mas que continuava desprotegendo as matas ciliares, permitindo a extinção da mata nativa. A lei de proteção de área nativa²³ só foi concretizada no ano de 1965 estabelecendo a obrigação de manter 5 metros de margens de nascentes e matas como áreas de proteção permanente, mas se aplicando apenas em áreas rurais e florestas, cabendo apenas a legislação de ocupação de uso do solo como controle. As duas importantes políticas voltadas para proteção de áreas verdes urbanas foi a Lei nº 7.803 de 1989 e a Medida Provisória nº 2.166-67/2001 que altera o Código Florestal²⁴ para as áreas urbanas e que deveriam ser integradas com os Planos Diretores. Um dos maiores problemas atuais são as construções em áreas de proteção permanente (APP) em que são locais que possuem nascentes, na sua maioria das vezes, aterradas com entulhos e desmatadas com objetivo de ocupação do solo de forma irregular, ou seja, a especulação imobiliária. No ano de 2012 foi refeito o Código Florestal na qual considerava as APPs em áreas urbanas mesmo sem a presença de mata nativa com objetivo de preservar os recursos hídricos, restaurar áreas degradadas para gerar estabilidade geocológica, da biodiversidade, assegurando o bem estar

²² nº 23.793/34, primeiro Código Florestal.

²³O código florestal de 1965 dispunha das florestas como interesse de bem comum, exercendo os direitos de propriedade, ou seja, os grandes latifundiários poderiam usar suas terras de forma exploratória, mas definiu um limite mínimo de área de preservação inicialmente de 5 metros para rios com menos de 10 metros. No mesmo ano, foi alterado o limite de 5 metros para 30 metros por meio da lei nº 7.511.

²⁴ A Medida Provisória nº 2.166-67 foi reeditada sessenta e sete vezes até que a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 garantiu a continuidade da mesma em vigor, até que lei posterior à revogando fosse editada – o que só veio a ocorrer com a edição do Novo Código Florestal, em 2012.

da fauna, flora e também dos humanos. As leis ambientais não caminharam de acordo com a ocupação urbana, dificultando a proteção, principalmente no DF.



Figura 24. Imagem do Seu Alcir na APP Pequizeiro (Larissa Cordeiro)

Ceilândia, atualmente a RA IX, foi criada em 1970, sendo a CEI, Campanha de Erradicação de Invasores para cumprir a função de retirar os trabalhadores próximo a capital. Foi escolhida uma região a cerca de 30km de distância, sem infraestrutura na qual cerca de 80 mil moradores foram retirados da Vila do IAPI, atualmente Núcleo Bandeirante. O planejamento de Lucio Costa constava a criação das cidades satélites, mas não esperava que os trabalhadores fossem se fixar na nova capital, as primeiras habitações em Ceilândia foram provisórias, precárias, mas com argumento do Governo Hélio Prates de que a situação de moradia era de insalubridade nas vilas próximas ao centro, foram executadas as remoções com promessas de lotes regularizados. Isso favoreceu também a criação da Estrada Parque do Contorno (EPTC) pela iniciativa governamental do Plano Diretor de Águas, Esgoto e Controle da Poluição (Planidro) de 1970 que tinha como objetivo fornecer os limites de ocupação urbana na bacia do Paranoá. Sem iluminação, rede de esgoto, transporte, lazer, serviços de saúde e educação, a população foi buscando formas de sobreviver a situações insalubres que foram colocadas para eles. Os loteamentos não foram doados, foram pagos por um preço simbólico, alguns conseguiram construir suas casas, outros permanecerem com estruturas de madeiras, outros foram ajudados por meio de mutirões.

Em 1971, foi instalado na cidade o Escritório da Casa Própria (Ecap), subordinado ao Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia, com a função de facilitar a construção das casas em alvenaria, que deveriam tomar o lugar daquelas provisórias. O dono do lote poderia optar por um dos dois programas coordenados pelo Ecap. O primeiro deles, mais procurado (GDF, 1973), era a construção com recursos próprios, que oferecia vantagens, como a redução de taxas, a elaboração dos projetos de arquitetura e descontos para a compra de materiais. Segundo o Documento Ceilândia (GDF, 1973), vários moradores que escolheram esse programa tinham familiaridade com a construção civil, daí sua popularidade, pois ele possibilitava a construção das casas segundo a disponibilidade financeira do proprietário. Além disso, não exigia comprovação de renda, evitando endividamento junto às instituições financeiras. O outro programa realizava-se por intermédio de financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) via Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), vinculada à Secretaria de Serviços Sociais. Criada no ano de 1964 e extinta em 1994, a SHIS era responsável pela construção de casas populares nas cidades do entorno do Plano Piloto, onde deixou suas marcas. No Guarã, foram erguidas mais de 3 mil casas, entre outubro de 1967 e agosto de 1968. Em Ceilândia, segundo o GDF (1973) ficaram a cargo dessa Sociedade 1.300 lotes para a construção de dois conjuntos habitacionais e três conjuntos comerciais. (PEIXOTO, OLIVEIRA, WALDVOGEL; 2021, p.13)

Nos anos de 1970 e 1980 novas invasões surgiram no DF sendo usada a mesma estratégia de remoção pelo então governador Joaquim Domingos Roriz, as invasões eram transferidas para a periferia, surgindo os “assentamentos” (URANI, VERAS, 2018). As demandas habitacionais já eram evidenciadas ao longo da construção da capital, visto que Brasília não abarcava a classe operária que estava construindo a capital, porém os assentamentos são resultados de interesses políticos aliados ao déficit habitacional. As cidades satélites não foram previstas no plano de Lucio Costa, responsável pela questão urbanística do Distrito Federal, surgindo sem infraestrutura, saúde, transporte, lazer, áreas verdes e saneamento. Com o objetivo de extinguir as favelas na capital, a partir do ano de 1988, com a política habitacional prevista na Constituição, o Governador Roriz realizou a doação de lotes criando a cidade de Samambaia, porém as políticas urbanas não foram sendo atreladas às políticas ambientais para preservação dos territórios.

A construção das casas era de responsabilidade exclusiva das famílias, que tinham 30 dias para fazê-lo. O início da política de assentamento coincide com a decisão da Constituinte de 1998, que deu autonomia política ao DF, que passaria a eleger, por voto direto, o governador. Segundo os opositores políticos de Roriz, os interesses eleitorais fizeram com que a distribuição dos lotes não seguisse critérios bem definidos, fazendo com que famílias que há muito moravam em Brasília não fossem contempladas, enquanto outras ganhavam mais de um lote. O critério de distribuição era o do “apadrinhamento político”, o que fez espalhar a notícia do “governador que dá lote”, trazendo, como consequência imediata, o aumento do fluxo migratório para a cidade e a criação de novas invasões, que para serem eliminadas demandaram a criação de novos assentamentos. (URANI, VERAS. 2018)

Visto que ao longo dos anos as políticas ambientais não preservam e recuperam áreas verdes em espaços urbanos, Seu Alcir foi um dos moradores que apesar da falta de políticas de preservação, cuida da nascente denominada Pequizeiro e luta até hoje pela continuidade

dessa preservação, já que o Sol Nascente foi sendo ocupado de forma irregular: alguns devido a necessidade de habitação, outros pela grilagem de terras. A SHIS apesar de contribuir com o sonho da casa própria dos trabalhadores, excluía a população que não tinha renda para pagar o lote. Os indivíduos que não tinham recurso financeiro para construir suas casas, realizavam da forma que era possível: madeira, lona, pedaços de papelão no piso de chão batido, demonstrando a ineficiência das políticas. Para ter acesso a água, era preciso um caminhão pipa na qual passava nas regiões e a população abastecia suas casas com o balde, ou tinha que buscar nos chafarizes, tendo que percorrer o caminho a pé. O Rio Melchior nesse período já estava sendo usado como corpo receptor de esgoto da nova capital, enquanto a população da recém cidade nem acesso a saneamento tinha, apesar dessa realidade, seu Alcir já tinha conhecimento das regiões que antes eram fazendas e que hoje virou uma das últimas regiões administrativas XXXII, Sol Nascente/Pôr do Sol.

Eu já sabia que tinha nascente, mas eu conhecia isso desde 1972. Eu conheci isso aqui quando foi a primeira vez que eu vim a Brasília e conheci Brasília. Tinha um conterrâneo meu lá de Paracatu, que tinha mudado pra aqui e estava morando aqui na Ceilândia na 25. E eu saí lá do Bandeirante vim aqui visitar ele e conheci isso aqui em 72. E daí para cá, mudei porque setor O, sempre ouvindo aquilo, tendo a construir, nós sempre ouvindo, que ia construir o norte, então conhecia bem a nascente, mas nunca me passava pela cabeça de eu um dia eu vim morar aqui, nem nunca. Eu trabalhava de despachante na Planeta e tinha um motorista que trabalhava comigo, ele comprou por acaso isso aqui. E ele chegou lá no dia de trabalho, meu dia de trabalho e me falou que tinha comprado essa chácara, e por eu falar por ter nascido em fazenda que eu sabia fazer todo o serviço de roça ele me trouxe aqui para passear. Eu vim aqui passear nesse mesmo dia, ele me deu um pedaço, um pedacinho pequeno, só para mim nas horas vagas lá do meu trabalho, eu vim para aqui por diversão e fazer uns canteiros para plantar, Cheiro Verde para nós, folhagens e eu continuei aqui um ano, depois de um ano ele queria vender a chácara porque ele não sabia mexer com nada de roça e ele viu que eu sabia. Ele queria vender e eu queria comprar, mas eu não tinha dinheiro para comprar. Aí eu troquei a casa lá no setor o, aí essa é a razão que eu vim parar aqui. Hoje nós temos uma cidade regional. Para mim até agora não afetou nada na minha nascente porque eu tenho um cuidado com ela, não deixo bagunçar, mas se não fosse eu aqui. Isso aqui, já que já tinha aterrado, se fosse na mão de outro...isso aqui para mim é a minha vida. É um paraíso, é igual você está vendo: um silêncio! Uma moradia, quem é que tem uma moradia dessa hoje aqui no DF, dentro da cidade, uma chácara dentro da cidade? É que eu tenho que cuidar da nascente água é vida sem água a gente não pode viver. Nós já temos um pouco de experiência daquela crise de água que nós tivemos, não é? O racionamento aquilo ali já foi uma lição para nós (Seu Alcir)

Os serviços de abastecimento de água e saneamento básico foram os últimos problemas a serem resolvidos quando surgiu Ceilândia. A construção da Caixa D'água de Ceilândia foi inaugurada em 1973, fruto de uma luta intensa dos moradores para o acesso à água potável. Antes desse período ocorria conflitos devido à falta de distribuição na qual as filas eram quilométricas, alguns indivíduos buscavam encher baldes com objetivo da venda da água pois não tinha controle, além da imigração que era constante rumo a “Capital da

Esperança” ou “Capital do Trabalho”. No ano de 1973 foi criada a companhia responsável pela gestão do desenvolvimento das terras públicas do DF, a TERRACAP, sendo responsável pelo parcelamento do solo urbano. Os primeiros loteamentos das chácaras existentes em Ceilândia foram no ano de 1973 e foram aumentando ao decorrer dos anos formando a região do Sol Nascente e Pôr do Sol, segundo a Codeplan, a região foi criada em 2008 e só regularizada em 2021, a questão de urbanização sempre foi um agravamento socioambiental devido a ocupação irregular de áreas verdes. Sol Nascente assim como Ceilândia foi crescendo sem infraestrutura adequada, degradação do meio ambiente principalmente devido à falta de critérios para estipular essa ocupação. Essa migração de campo-cidade foi fundamental para a consolidação da urbanização da pobreza na qual não gera empregos e moradia de acordo com a emigração da classe camponesa para a classe trabalhadora. Essa expansão de Brasília foi ocasionada tanto pela atração gerada pelo emprego e oportunidades de trabalho na construção da Capital Federal, quanto pela mecanização da agricultura do Centro-Oeste, que teve forte incentivo na década de 70 com o programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro (NEGRET, p.235,2018). Esse processo influenciou o fracionamento das chácaras da zona rural e que atualmente foi desmembrada de Ceilândia e se tornou a RA Sol Nascente/Pôr do Sol, em 2013 foi considerada a maior favela da América Latina devido à falta de infraestrutura de saneamento básico, aparelhos estatais, saúde, lazer, etc.

O Rio Melchior foi uma consequência das nossas ações. Porque a gente decidiu fundar o Centro de Preservação e Conservação Ambiental (CPCAM) em 2009, era porque a gente já estava vendo a destruição nos parques. Eu lembro que passou uma entrevista na Record, onde estavam degradando o Saburo Onoyama. A história do Saburo Onoyama é incrível, ele foi dado de presente para Juscelino Kubitschek pelo chacareiro que era mais ou menos o dono de Taguatinga. Aí quando teve a criação de Taguatinga, eles tiveram que entregar as chácaras, foram indenizados e tudo mais para construir a cidade. Aí a Saburo Onoyama que é da família com esse nome, falou pra JK: Olha Juscelino eu vou sair das minhas terras mas vou ter essa chacara que é para você cuidar, te dou de presente, só que você não pode cobrar da comunidade, ele vai ser toda vida, gratuito, aí o Saburo onoyama virou o “vai quem quer” porque todo mundo podia entrar sem pagar nada, só que quando tem sem pagar nada, as pessoas não valorizam, e aí o banco do Brasil revitalizava, a comunidade ia lá e depredava. Aí isso bateu, deu um estalo na nossa mente, o grupo estava saindo da pós graduação em educação e meio ambiente, a gente não tinha perspectiva do que fazer. Eu trabalhava no sindicato dos rodoviários, que era muito diferente da pegada, muitos tinham sua vida particular, e aí como que a gente vai trabalhar a questão ambiental, dentro de cada cidade? Porque o pessoal era de RAS diferentes, mas como Ceilândia com quase 600 mil habitantes não tinha nenhum parque recreativo, ecológico, urbano, nada disso, mas nós tínhamos espaço para ter parques e como era a pegada do JK o meio ambiente e a gente lembrando do Saburo Onoyama e o pessoal não valorizando o parque era uma dor no peito.

Aí veio a criação dos parques que mais rendeu foi na época do Eduardo Brandão, onde foram criados 73 parques e Ceilândia nada. Aí bateu a preocupação e começamos a falar da pauta da criação dos parques em Ceilândia, Santa Maria, só que a gente ia, falava da educação ambiental como ferramenta para preservar rios,

preservar nascentes e não voltava nos setores, até que pensamos em firmar, para modificar e nós o CPCAM em 2010 um grupo veio para conhecer o Melchior, porque o Melchior não faz parte da arie JK, dentro da ARIE JK por si só, ela é uma UC e também uma Area de Relevante Interesse Ecológico, ela deveria ser protegida, só que não foi isso que aconteceu. Era importante a vinda da UnB para Ceilândia, era! Foi uma luta da comunidade, uma luta dos grupos de educação, para vim a UnB, um núcleo da UnB para a Ceilândia, mas eles vieram para onde? Para a área do Parque, a área onde passa o rio, a gente achava que a UnB viria como suporte para nos ajudar na preservação do Melchior, a gente achava que viria apoiar, ter pesquisas, mas nada foi feito, eles jogavam entulho de obra, nas bordas do rio. Veio o IFB era importante vir para Ceilândia, mas também não teve apoio. Mas o que matou foi o Centro Administrativo construído ali, um baita do Centro Administrativo, tomando uma longa parte, da ARIE JK, monte de entrave na justiça, e o que que acontece, para liberar a documentação tinha que tirar o parque, o parque nem tinha sido criado, Parque Ecológico Metropolitano não foi criado porque era um entrave para a vinda dessas peças, dessas ferramentas, e quando acontece isso, vem com a regularização do Pôr do Sol e Sol Nascente e fatiou, cortou no meio, o Parque Ecológico Metropolitano. Ali quando liga Samambaia e e Ceilândia começa o Parque e morre antes da entrada do Pôr do Sol, só que abaixo do Pôr do Sol tem um núcleo 3 cachoeiras e algumas nascentes, além da concentração de esgoto que passa dentro do Melchior. (Ivanete CASA DA NATUREZA)

Na entrevista acima realizada com uma moradora do P Norte e ativista ambiental que luta pela implementação do Parque Ecológico e também da despoluição do Rio Melchior ela aborda sobre a questão da falta de parque ecológicos em Ceilândia e Sol Nascente conta como foi o processo de criação da organização em que ela coordena. A região do Sol Nascente/Pôr do Sol originou-se não de ocupações irregulares, mas sim do fatiamento das chácaras localizadas na Zona Rural de Uso Diversificado de acordo com a lei complementar nº 17 de 1997 do DF (PDOT), mas ao longo dos anos foram fracionando ainda mais e ocorrendo as ocupações irregulares. Assim como Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol não possuem Parque Ecológico, dificultando a proteção das áreas nativas ainda existentes. Apesar da lei nº 1.002 de janeiro de 1996 criar a Área de Relevante Interesse Ecológico chamada ARIE JK, com objetivo de proteger, recuperar e preservar o ecossistema daquela área, essa lei nunca entrou em vigor na prática. A ARIE JK com o passar dos anos sofre grandes alterações sendo também ocupadas por grandes indústrias como JBS (uma grande multinacional de alimentos), uma empresa de mineração que não foi possível identificar, além da construção de edifícios tanto residenciais como também o Centro Administrativo e o Campus da Universidade de Brasília ambos estão localizados dentro da Unidade de Conservação (UC). Assim como a maioria da população que veio para Ceilândia, a família de Ivanete veio do Nordeste em busca de condições melhores de vida e também de fuga das condições climáticas, principalmente da escassez de água. De acordo com Pnad 2015, cerca de 95% da população possui água potável, porém o saneamento básico é o principal problema, sendo na maioria das casas, o esgotamento realizado por meio de fossas sépticas prejudicando o solo e

contaminando o lençol freático, além da questão dos resíduos sólidos, em que em algumas regiões do Sol Nascente/Pôr do Sol a coleta de lixo não é realizada devido as ruas serem estreitas, impossibilitando a passagem dos caminhões.



Figura 25. Imagem de Ivanete mobilizando mutirões de limpeza do Rio Melchior 2013 (Casa da Natureza)



Figura 26. Imagem do Mutirão de reflorestamento de uma APP no Sol Nascente, 2018. (acervo Casa da Natureza)

A casa da natureza é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo um espaço lúdico pedagógico que tem por objetivo a educação ambiental na comunidade do Sol Nascente. A primeira lei de educação ambiental do DF foi ano de 1996 incentivando essa questão nos espaços educacionais formais de 1º e 2º grau de instituições da secretaria de educação, porém ocorre de forma pontual e sem investimento para prática desses conhecimentos. Sendo assim, a Casa da Natureza realiza atividades nas escolas próximas ao local do projeto para sensibilizar os estudantes principalmente sobre a questão do Rio

Melchior. No ano de 1997 por meio da lei nº 1393, foi decretado a obrigação de empresas que exploram o minério do DF de recuperar e reflorestar áreas degradadas, porém como não se sabe quais são essas empresas que exploram minérios, principalmente no Sol Nascente, não é possível saber se essa lei é cumprida pelas empresas. Só em 2001 foi criado o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos do DF por meio da lei nº 2.725, porém até hoje a cobrança pelos usos hídricos não foi implementada e também a lei não prevê a despoluição de rios considerados corpos receptores, enfraquecendo a proteção de nascentes e rios que estão em espaços urbanos. Em 2002 foi implementada a Política Florestal do DF que prevê a proteção e recuperação de áreas nativas do cerrado, sejam rurais ou em espaços urbanos, considerando as Áreas de Proteção Permanente (APP). No Sol Nascente possui algumas APPs, a Casa da Natureza realiza intervenções em APPs principalmente em uma, denominada Lagoinha. A lagoinha se localiza no trecho 3 do Sol Nascente atrás de um grande supermercado e cercado por várias casas, mesmo sendo uma APP, a Lagoinha no decorrer dos anos foi sendo desmatada, aterrada e por muitas vezes grileiros tentam lotear o que restou desse espaço. Mas por meio da luta da Casa da Natureza, a Coletiva Filhas da Terra e entre outros participantes da comunidade se juntaram à luta, em que realizamos mutirões de reflorestamento e limpeza do espaço. Ao longo dos anos a luta foi para que o estado reconhecesse como APP pois ela foi retirada por não ser considerada de importância hídrica, a lagoinha em 2019 voltou a ser reconhecida como APP delimitando como parque com objetivo proteger e restaurar o espaço. Entretanto ainda não ocorreram intervenções na prática, as árvores que estão no espaço em sua maioria foram plantadas pela comunidade.



Figura 27. Parque Lagoinha em uma área que foi desmatada por muitos anos Os moradores colocaram um aviso no muro dizendo “não está à venda” devido às várias tentativas de loteamento desta APP por grileiros. (Google maps)



Figura 28. Parque lagoinha de outro ângulo. Nota-se a proximidade das casas da nascente que deságua no Rio Melchior. (Google mapas)



Figura 29. Imagem da situação de descarte irregular de entulho e outros resíduos na proximidade da Lagoinha (Google mapas)



Figura 30. Lagoinha vista de cima e cercada por moradias (Google mapas)

Em 2019 foi criado também o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) na qual tem o objetivo de planejamento e gestão territorial do DF voltados ao desenvolvimento econômico sustentável em que considera as áreas urbanas em risco ecológico. Com essa política possibilita a restauração de espaços degradados em zonas urbanas, porém na prática ainda caminha a passos lentos, porém é uma política muito importante. No Governo Ibaneis, foi vetada a criação do Parque Ecológico, então é necessário que ocorra pressão e mobilização social para que essas políticas saiam do papel e possibilitem a preservação e recuperação efetiva. Apesar do capitalismo explorar a classe trabalhadora e os recursos naturais, é necessário políticas de desenvolvimento sustentável em razão das mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global. Infelizmente, a poderosa colonização da sociedade pelas formas de “vida” do capitalismo dificulta a apropriação das lições de Ecologia (LEIS, p.32,1995). No Governo Bolsonaro com suas ideias neoliberais, ele desestruturou o Código ambiental, na qual desprotege as APPs em áreas urbanas, possibilitando a grilagem de terras e também não ocorreu repasse de verbas para investimentos no Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2022 o corte total foi de 35 milhões de reais (MENEGASSI, 2022). O governo federal atual desconsidera políticas de preservação pois acredita que vai contra os princípios econômicos liberais implementados. No ano de 2022 Bolsonaro aprovou a proposta de Lei da Senadora Flávia Arruda e Izalci com o objetivo de redução de 40% da Floresta Nacional de Brasília (FLONA) para regularização de bairro de classe média chamado 26 de setembro (AGÊNCIA SENADO, 2022), enquanto governador do GDF, busca deslocar a favela de Santa Luzia na Estrutural alegando que comunidade está dentro da floresta (VILELA, 2022) e demonstrando que o Estado permanece atendendo os interesses da burguesia.

Foram entrevistados dois moradores da região do Pôr do Sol na qual abordaram a questão do processo de poluição do rio Melchior e os impactos causados devido à proximidade do rio. Alzirênio e Newton diariamente descem no rio para monitorar suas condições. Apesar de Alzirenio e Newton não se autodeclarem de nenhuma raça, eles contribuem com a luta antirracista por meio de ações diretas de proteção, preservação do Rio Melchior. Pois o racismo não ocorre de forma evidenciada, ele faz parte de uma estrutura de dominação em que coloca as populações racializadas em condições que suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história (GONZALEZ, 2021). Nossas questões são invisibilizadas pelo Estado a partir do momento que alegam não poder fazer nada em relação

a poluição porque é devido ao crescimento demográfico, porém a partir da pesquisa é possível observar que vai além disso, é um projeto de extermínio e negligência com as populações periféricas. A dimensão racial teve um papel importante ideológico em que define a estratificação social, ambiental e cultural; inferiorizando os conhecimentos e gerando uma hierarquização. Lélia Gonzalez traz um conceito de que a sociedade latino americana não pode deixar de se caracterizar como hierárquica pois essa estratificação racial se manifesta num verdadeiro arco íris classificatório, na qual o Brasil, possui mais de cem denominações para designar a cor das pessoas. Diante disso, a afirmação de que somos todos iguais e que não existe definição de cor se torna desnecessário pois quem define isso é o sistema em que não segrega mestiços, negros, pardos, indígenas e define a classe dominante, a hierarquização e superioridades dos brancos.

Meu nome é Alzirênio Carvalho, eu moro aqui desde 1979. Vim para cá quando iniciou as casinhas, mas eu nasci em Brasília, não é? Sou filho de Brasília... Minha mãe é do Piauí, meu pai é do Ceará. Então, quando eu vim para cá no início de 1979 eu conheci o rio, vi que esse rio era o único atrativo que nós como moleque tinha como opção de lazer e a gente brincava muito nesse rio. E aí despertou a curiosidade porque nós vamos envelhecendo e só depois vem sentir o que é uma degradação ambiental, como vai nos atingindo...você só vai sentir depois, você não sente na hora. Aí a gente pegou o meio ambiente como uma forma de refúgio, para a gente ter uma paz, encontrar uma paz interior melhor. Isso referente a raça antigamente eu me classificava... como eu não sabia se era negro, pardo, branco, ou o que... O pessoal sempre pergunta para a gente e hoje eu compactuo de que nós somos todos iguais, não existe raça para mim. Eu senti a necessidade de que tínhamos que fazer alguma coisa pelo Rio, porque no início de 1979, quando eu vim para cá, era molequinho, criança. A gente andava bastante no Rio Melchior e tomava banho. A gente brincava muito, buscava Manga nos locais, porque tinha vários pomares, né? A gente buscava as vezes frutas em Samambaia, que é uma cidade, mas não existia antes essa cidade. Naquela época não existia e hoje também não existe preservação ambiental, porque se existisse nós não estaríamos aqui, fazendo essa matéria a respeito de procurar melhorar. E o que eu vi foi esgoto que estava afetando a saúde das pessoas, dos moradores. Todos os moradores reclamavam. Eu via meus pais na época reclamando, brigando, discutindo: Vamos denunciar! mas denunciar para quem? denunciar para o governo. Mas como que a gente vai denunciar para o governo se é o próprio governo que contribui para que isso aconteça, não é? Aí as pessoas disseram para chamar os políticos e tentavam na época, fazer reuniões, eu via os ambientalistas da época que tinham e tentavam mas nós não tínhamos essa grilagem de terra como tem hoje, era menor, mas tinha era mais a pessoa grilava um lote de muitos metros.

Ainda nesse mesmo, a pessoa grilava uma área maior, uma chácara, para poder conseguir uma área maior, não é? E a gente não via isso. E eu, quando eu percebi que meus pais também se preocupavam com isso, porque a gente adoecia muito. A gente estava banhando no rio de esgoto e os meninos chegava todo cheio de ferida. E depois de um naquela época, os nossos pais de cultura mais simples, meus pais não tinham estudo que a gente tem hoje, não é? Então é uma cultura mais assim, umas pessoas mais sem um nível de escolaridade muito bom para poder ter conhecimento do que estava acontecendo e poder fazer alguma coisa. Os meus pais falavam de procurar alguém e eu ficava só observando como criança, não sabia nada. Aí, aquilo ali me despertou esse interesse de ficar sempre lutando pela melhoria da uma área que a gente vive. Naquela época eu já era nas escolas de torcida. A gente era liderança de torcida, a gente brincava muito e sempre levava os colegas para esses rios e para cachoeira. Só que a gente banhava na água suja, a gente não sabia que a água estava suja. A gente só ia saber à noite, porque a noite tem uma vazão maior de esgoto, é normal, é natural isso. A gente vai descobrindo com o tempo, porque todo mundo chega em casa, todo mundo tá tomando banho, está usando as descargas, então tudo à noite é pior. E, nós não conseguíamos dormir, né? Na

época, a gente teve esse desprazer, de sentir o mau cheiro de esgoto. Porque nós temos a usina de Compostagem aqui, mas nada se compara ao enxofre agora do aterro. Então foi isso que me despertou o interesse. Mas vimos também que vários colegas... nós perdemos vários colegas no rio, de morrer afogado por tomba d'água porque não tinha conhecimento, era ingênuo mesmo. (Alzirenio Carvalho)

A colonialidade do poder impossibilita a população de perceber as violências impostas pelo sistema (LUGONES, 2021), mesmo as pessoas não conseguindo se auto identificarem, as estruturas de classificação de dominação em que segrega por meio de categorias raça, gênero, território são realizados pelo colonialismo. A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma das outras (GONZALEZ, 2021). Essa lógica de separação distorce os fenômenos sociais e ambientais, fazendo com que a população fique alienada diante da situação em que são colocadas. Historicamente o povo colonizado realiza ações de descolonização por meio de lutas sociais que rompem com estrutura colonial mesmo que seja de forma singela. Essa visão decolonial não é apenas sobre nos autodefinir na produção de conhecimento, mas também sobre produzir um conhecimento que leve em conta a geopolítica, raça, classe, sexualidade, capital social e outros posicionamentos (CURIEL, 2021). Essas categorias integram o sistema e influenciam nos nossos modos de viver, sendo necessária mobilização social para que a população tenha conhecimento da realidade de forma concreta. A decolonialidade é o rompimento dessa relação sujeito-objeto, na qual esses moradores que são ativistas ambientais, produzem conhecimento e precisam ser reconhecidos enquanto saberes importantes para preservação da natureza. Apesar da Ivanete não falar sobre feminismo ela contribui com a questão de gênero ao estar ocupando um espaço de poder, dando sua voz para o enfrentamento às desigualdades sociais, dessa maneira realizamos uma experiência científica enquanto sujeitos e não objeto, realizamos ações, produzimos conhecimento que articula entre teoria e prática.

Então são várias ameaças, não é? As ameaças, elas vêm assim, de forma velada. É difícil de comprovar, porque nem sempre a gente está gravando. Enfim, a gente não tem um hábito de gravar toda hora áudio...Então são ameaças do tipo” olha, cuidado, isso aí que vocês estão mexendo é perigoso, tem muita gente poderosa envolvida...” às vezes... a gente estava em um campo onde funcionários estavam recolhendo as amostras de efluentes de esgoto. E aí eles fizeram uma brincadeira: “cuidado dessa pauta é perigosa, essa pauta pode ter desastre, isso aqui é um lugar perigoso, tem muitos animais, é um lugar escuro.” Sofremos pelo menos 4 atentados com arma de fogo, um deles a imprensa estava presente no local, ela conseguiu captar os áudios, porém não entregaram para a gente. Foram vários disparos de arma de fogo, os profissionais da imprensa que estavam junto com a gente, foram vítimas desse atentado também. E todos foram denunciados à polícia, ao Ministério público. Foi denunciado, foi informado ao governador, ao vice-governador do Distrito Federal, a comissão de direitos humanos, aos 24

deputados distritais e a comissão dos direitos humanos, informamos a Secretaria de segurança pública para tomar as providências e a gente não viu muito efeito. Continuamos sendo ameaçados, continuamos sendo impedidos de fiscalizar, mas a gente usa outros métodos, outros locais alternativos. Nós sabemos do risco, mas nós abraçamos essa causa e a gente não vai parar com essa causa, não. A gente vê que às vezes, quando se tem uma causa, você abandona a causa, você está morrendo antes da morte chegar. Então é isso que a gente não quer. Nós somos perseguidos, somos coagidos, mas nós não abrimos mão, acreditamos que é uma boa causa que merece esse risco. Somos ameaçados e somos colocados como criminosos. Ameaça de estar perseguindo empresas ou empresários do estado e nós não estamos perseguindo ninguém, nós estamos tentando mostrar para a nossa sociedade que está sendo prejudicada, que nossos impostos não estão sendo bem direcionados nas questões ambientais. (Newton Vieira)



Figura 31. Imagem de Carvalho e Alzirenio na descida do Rio Melchior para verificar tubulação de esgoto e mostrando a vegetação queimada por incêndios criminosos (Larissa Cordeiro)

Apesar das mulheres não estarem em espaços de poder de acordo com o recorte de população, é importante dar visibilidade às mulheres que são esquecidas pela hegemonia dos homens, pois para os homens estarem nesses espaços são as mulheres que se encarregam de funções essenciais como do cuidado. As mulheres em bairros urbanos têm sido sistematicamente empobrecidas pelo neoliberalismo, dificultando a participação popular nos

espaços de decisões. A Coletiva Filhas da Terra surgiu em 2018 por meio da necessidade de falar sobre as questões socioambientais que permeiam a realidade das periferias do DF, uma das nossas questões foram a necessidade de mulheres estarem ocupando diferentes espaços para falar não só de gênero, mas também sobre cultura, identidade, meio ambiente e território. Se olharmos as comunidades, o que de inicial podemos dizer é que elas estão compostas, em primeiras instâncias, pelas mulheres e homens desde crianças até anciãs/ anciãos (CARVAJAL, 2021). Essas diferentes existências compõem várias formas de conhecimento que possibilitam diferentes formas de viver e proteção do território. Devido à falta de políticas que implementem o parque ARIE JK, esse espaço acaba sendo usado para violência principalmente contra mulheres. As mulheres não podem andar sozinhas nas áreas verdes sem que não tenham receio de acontecer algum tipo de assédio ou violência sexual. Inúmeros casos de feminicídio ocorreram na ARIE JK, inclusive amigas nossas como foi o Caso da Emilly na qual ela foi abusada sexualmente, morta e enterrada no parque (CORREIO BRAZILIENSE, 2015). Outro caso que ocorreu foi a morte do companheiro de luta Gabriel (FUZEIRA, 2020), que descia todos os dias no córrego para limpar, porém foi encontrado morto dentro de um poço. Em homenagem ao Marimbondo (como era conhecido), a comunidade começou a ocupar o espaço e realizar intervenções para que não ocorra situações como essa novamente, talvez se tivesse segurança muitas situações iriam ser evitadas na ARIE JK. Além disso, é preciso a proteção dessas áreas para que possa permanecer a continuidade do legado ancestral, pois a ARIE JK possui um sítio arqueológico, mas poucos sabem da existência (BIZA, 2005). Nossa luta é para que o Estado reconheça a necessidade de implementação do Parque Ecológico para que todas e todos possam utilizá-los sem medos de ameaças, abusos sexuais e mortes.



Figura 32. Imagem do mutirão de identificação da Trilha na qual a comunidade batizou como Cachoeira do Marimbondo (Coletivo Marimbondo)

Frequentemente fazemos mutirões em nascentes do território (GLOBO, 2019), uma vez estávamos descendo para o Córrego das Corujas próximo a lagoinha, uma criança de apenas 9 anos disse que não iria descer porque o local era desova de corpos. Essa colonialidade do poder que naturaliza a violência na qual uma criança tem que se preocupar se o espaço que era pra ser de lazer, possa ter perigo e vestígios de violência e é por isso que buscamos realizar intervenções no nosso território de forma que possibilite olhar de forma holística e de totalidade sobre a realidade, buscando a inclusão principalmente de mulheres negras nesses espaços de reflexão. As mulheres sempre integraram os processos de desenvolvimento, mas que por muitas vezes são desvalorizadas e não remuneradas, esse desenvolvimento é a continuação do colonialismo que possui um vínculo intrínseco com a destruição ecológica, sendo um grande desafio a continuidade das mulheres na luta socioambiental em razão das duplas jornadas de trabalho. Spivak traz um conceito sobre a responsabilidade do esgotamento dos recursos mundiais, em que o colonialismo afirma que é devido a explosão demográfica do Sul (causada principalmente pela imigração dos Europeus e também da vinda forçadas dos escravizados) e também devido à falta de controle de reprodução, portanto de mulheres mais pobres do Sul. Entretanto, a causa do esgotamento é devido a superexploração da classe trabalhadora e dos recursos naturais em que são colocadas a serviço da globalização e dominadas pelas estratégias de violência sobre os corpos racializados.

Se critica o desenvolvimento para dizer que as mulheres vivem em condições de opressão, pois estão expostas a um excesso de trabalho “meio ambiental”, pouco

reconhecido, e costumam ser vistas como “as encarregadas” do cuidado com a Natureza. Isso sem levar em conta os obstáculos que enfrentam (de superexploração e subordinação) para participar ativamente nos processos de decisões sobre o manejo e a gestão dos recursos ambientais. (BARRAGÁN et. Al,2021, p.227)

A terra é mãe e nós somos filhas dela, tendo papel de contribuir com a proteção e preservação seja do meio ambiente, seja das pessoas que compõem esse ambiente. O eco feminismo surgiu na década de 70 junto com o início dos debates ambientais relacionados às mudanças climáticas. Apesar de não ser tão difundido nas periferias, o eco feminismo busca contribuir com uma visão crítica ao desenvolvimento em busca de alternativas sustentáveis. A Coletiva Filhas da Terra mesmo não se considerando eco feminista inicialmente, compreendemos que nossas pautas estavam alinhadas com o feminismo negro e a ecologia, em que busca a emancipação para que o bem viver seja possível para todas e todos. E essa relação entre mulher e natureza se dá através da divisão sexual do trabalho na qual assumem tarefas familiares ou comunitárias, em sua maioria de cuidado como buscar água, cuidar das hortas. A relação natureza/cultura a partir de outras epistemologias, ao evidenciarem que as fronteiras natureza/cultura, físico/não físico e humano/não humano são arbitrárias e têm suas raízes no processo de colonialidade moderno-ocidental. (COSTA, 2020) Então o eco feminismo busca olhar de forma transformadora e crítica ao desenvolvimento que apele à consciência ecológica das mulheres, sem desconsiderar a crítica paralela à divisão sexual do trabalho. Pois o desenvolvimento desconsidera a atuação das mulheres, sobretudo mulheres negras, ignoram os custos ambientais e sociais causadas pelo capitalismo, que tem como base do sistema a exploração, é necessário colocar nas políticas públicas ações de cuidado fomentando ações de desenvolvimento comunitário que até o momento são realizadas pela comunidade para a própria comunidade. Nós fomos uma das primeiras organizações que levamos as problemáticas do Rio Melchior para o CBH, sendo o primeiro passo para o reconhecimento do estado para realização de alguma intervenção. É sobre reconhecer as mulheres do território que produzem conhecimento, realizam e organizam lutas populares por melhores condições de vida e resistência às mazelas da colonização.



Figura 33. Imagem do mutirão de Reflorestamento promovida Pela Filhas da Terra e Casa da natureza (acervo pessoal)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta de pesquisa que norteou o desenvolvimento do estudo foi quais são as consequências socioambientais sofridas pelo Rio Melchior devido a poluição. Considerando a interlocução realizada neste trabalho por meio da retomada da história do processo de ocupação urbana e como se deu o processo de degradação do Rio Melchior, é possível perceber que a degradação socioambiental faz parte de um projeto neoliberal na qual define as regiões que serão menos preservadas e mais preservadas de acordo com a divisão racial. A colonização até hoje desempenha um papel fundamental na estrutura social, tentando apagar a história do povo negro, indígena e mestiça; utilizando diversos mecanismos para perpetuação do processo de dominação e exploração. O Rio Melchior para o Estado é só mais um rio poluído dentre outros que estão localizados em bairros em que a maioria da população são negras e pardas. Não foi somente o crescimento populacional que resultou na situação de poluição e sim a falta de comprometimento do Estado em resolver e buscar soluções por meio de políticas públicas. Além disso, o mito da democracia racial contribui com o processo de alienação da população sobre a realidade. As hipóteses que foram levantadas inicialmente foram de que a colonização e o capitalismo retiram a identidade do povo, fazendo com que os mesmos não reconheçam seu território devido estarem preocupados com o sustento; De que a falta de direitos sociais afeta em sua maioria a população negra e periférica e quando falamos sobre a questão ambiental, esses direitos são violados mais ainda devido à falta de

pertencimento do território, exploração, opressão e desigualdades vivenciadas e a última hipótese foi da Importância dos movimentos sociais na luta pela garantia de direitos. Com a pesquisa foram validadas, entretanto, apesar da tentativa de desterritorialização, as comunidades próximas ao Rio Melchior buscando alternativas para solucionar os problemas estruturais. Apesar da falta de representação feminina em espaços de poder, são as mulheres que atuam na base do território seja em ações de cuidado, seja nas lutas cotidianas, seja por outras atuações profissionais. É importante considerar que raça, gênero e classe são geradores de desigualdades e das mais diversas violências que precisam ser pautadas e combatidas.

A Ceilândia por ser um território construído por meio da migração sobretudo de nordestinos, contribuem para afirmação da identidade e também da busca por melhorias de condições de vida ao longo dos anos. Para a gente o Rio Melchior faz parte da nossa história, possui vida e precisa ser tratado com respeito, sendo primordial o resgate da nossa ancestralidade no cuidado com o território. A construção de Brasília foi um projeto colonial em busca do desenvolvimento no interior do país na qual expulsou os nativos da região e começou o processo de degradação socioambiental em busca do progresso desconsiderando a realidade da classe trabalhadora e segregando essa população para locais longes do centro sem infraestrutura nenhuma, além da lei de uso de terras não considerar as verdadeiras demandas, ficando a cargos de empresas que promovem a especulação imobiliária não garantindo o direito à habitação para a população brasileira. O Estatuto da Cidade e o PDOT foram ferramentas essenciais para gestão do território e enfrentamento à grilagem de terras, mas devido ser um problema estrutural, ainda é preciso percorrer um longo caminho. Entretanto o Estado é responsável pela segregação socioespacial e a situação de degradação socioambiental do DF, como por exemplo a demora no fechamento do lixão da Estrutural e mais recente os problemas que vem ocorrendo no Aterro Sanitário, sendo necessário a construção de outras estratégias que minimizem os impactos causados por essas indústrias de saneamento. Apesar da qualidade tecnológica de tratamento de esgoto no DF, a CAESB junto com outros órgãos devem pensar ações multissetoriais de despoluição do Rio Melchior assim como foi realizado no Lago Paranoá.

A Ceilândia tem seu símbolo a Caixa d'água de Ceilândia demonstrando a importância da água na nossa história e também das formas de resistência que a comunidade foi construída para o enfrentamento das imposições coloniais. Os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental para a chegada de infraestrutura, pois sem as reivindicações possivelmente muita coisa não teria sido resolvida. A luta em defesa do

território se faz no cotidiano, buscando ferramentas para o enfrentamento às barreiras estruturais impostas pelo sistema capitalista. Apesar de não haver desenvolvimento sustentável no sistema econômico vigente, as políticas ambientais tiveram alguns avanços, mas que precisam ser colocadas em práticas para transformações efetivas. Sobretudo é primordial a implementação da Lei nº 1.002 de 1996 que trata da criação efetiva do Parque Ecológico da ARIE JK. As mudanças climáticas são realidades presentes, sendo necessário colocar como pauta principal a preservação e recuperação de áreas verdes ainda existentes, parar de pensar numa perspectiva colonial das florestas e águas como recursos e não como sujeitos de direitos que têm sofrido com a exploração, poluição e destruição em massa. Para que outras gerações possam ter a oportunidade que a minha geração ou a geração de Ivanete, Carvalho e Newton teve: de contato com a natureza, de poder ter um momento de paz com os amigos e família, de poder desbravar sua cidade e encontrar espaços verdes que nem imaginaria ter.

Friso também a importância dos movimentos sociais do território como a Casa da Natureza, Jovem de Expressão, que contribuíram para o fortalecimento da Coletiva Filhas da Terra quando iniciamos nossas atividades e também os Projetos de Extensão Vida e Água para as ARIS e Periféricos que além de contribuírem com a ciência realizam ações de justiça Social voltadas para o acesso à água potável e desenvolvimento sustentável nas ARIS do DF. Os movimentos sociais são fundamentais para a garantia de direitos das classes trabalhadoras, em busca da justiça social e da diminuição das desigualdades. Essa monografia se faz importante pois é um resgate histórico da nossa origem e também irá contribuir para as nossas lutas por meio de um aporte teórico. A questão urbana atrelada à colonização e a questão ambiental não é tão discutida no campo do Serviço Social fazendo com que esse trabalho seja a porta para outras formas de conhecimento que estão vinculadas com a nossa profissão. Pois a colonização e as facetas do racismo são a base da formação brasileira e precisamos compreender essas questões para que nossa atuação possa ser mais efetiva aliada ao Código de Ética do Serviço Social e o projeto ético político da nossa profissão.

O racismo estrutural e ambiental se fez presente na formação urbana do Brasil, como estrutura fundamental para a criação de desigualdades, sobretudo nas periferias e favelas. Entretanto, os processos de resistência se fazem presente em respostas às políticas capitalistas de dominação e exploração. É sobre resgatar a relação que nossos ancestrais tinham com a natureza, sobre reivindicar nosso direito ancestral sobre as águas e as terras, pois não nos deram opções de escolher se o Rio seria poluído ou não, não nos deram escolhas de

permanecer nos nossos territórios, ocorrendo migrações em grande massa. A água é um bem comum e não pode ser tratada como mercadoria, sendo necessário a continuidade da luta para que cada vez mais a população tenha conhecimento da existência do Rio Melchior e da importância da sua revitalização, pois a degradação ambiental ligada à disponibilidade hídrica. Cabe às comunidades racializadas romper com essa dicotomia de cidade/periferia, opressor/oprimido, resgatando nossas potencialidades e mostrando que por meio da união da classe trabalhadora, podemos transformar nossa realidade, ao contrário do que é imposto para a gente. Contudo, não é somente a população racializada que é impactada e prejudicada, e sim a sociedade como um todo pois dependemos da preservação de nascentes para a distribuição de águas para os rios do país todo e também da América Latina.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Às desigualdades socioambientais no DF: estudo acerca das consequências do Racismo ambiental no Rio Melchior, rio que se encontra nas cidades periféricas de Brasília*”, de responsabilidade de *Larissa Brenda Cordeiro de Souza*, estudante de *graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *fazer uma eco história de como foi o processo de urbanização com base na colonização para compreender quais foram os impactos socioambientais no Rio Melchior desde a construção do DF*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, sendo mantido o mais rigoroso compromisso ético com os dados fornecidos para assegurar a segurança do/ da participante. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas semi estruturadas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco, caso ocorra alguma situação que se sinta-se prejudicada (o), informe a pesquisadora para busca de soluções. Espera-se com esta pesquisa *compreender como se deu os processos de degradação do Rio Melchior, os impactos sociais, quais foram às políticas e enfrentamentos surgidos ao longo da construção de Brasília*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone *61 99519-8452* ou pelo e-mail larissabrendacordeiro@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de email quando finalizada, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Caso deseje receber a pesquisa informe por gentileza o email:

Deseja ser identificado na pesquisa? () sim () não

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ___ de _____ de _____

cep_chs_modelo_tcle

TERMO DE CONSENTIMENTO

Queremos um Parque Ecológico na Ceilândia e a despoluição do Rio Melchior urgente!



489 assinaram. Vamos chegar a 500

- 👇 Solange R. assinou mais de um mês atrás
- 👇 Beatriz O. assinou mais de um mês atrás

Primeiro nome

Último nome

Email

Brasília, 70840
Brasil

Compartilhe essa campanha no Facebook

Assinar essa petição

Coletivo F. começou essa petição para Coletivo Filhas da Terra

Por estar localizado no Cerrado, berço das águas, o Distrito Federal é cercado por várias nascentes e rios, muitos sem nome, muitos desconhecidos pela população. Assim como o Rio Melchior, formado pelo recebimento de águas de diversas nascentes e córregos, desde Taguatinga, Pôr do Sol, Sol Nascente e Samambaia, destacando-se o Ribeirão Taguatinga, Córrego Lagoinha, Córrego do Valo, Gatumé, Guariroba, Raizama, Cipó, e vários outros, desaguam no Melchior, que por sua vez,

[Avaaz.org protegerá sua privacidade](#), e te manterá atualizado sobre isso e campanhas similares.

Esta petição foi criada por Coletivo F. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.

Nós utilizamos os cookies para analisar como visitantes usam o site e para nos ajudar a fornecer para você a melhor experiência possível. Leia nossa [Política de Cookies](#)

OK

PETIÇÃO ONLINE CRIADA PELA COLETIVA FILHAS DA TERRA

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/coletivo_filhas_da_terra_queremos_um_parque_ecologico_na_ceilandia_e_a_despoluicao_do_rio_melchior_urgente/?fpla Acesso Dezembro 2022



JOGO DO RIO MELCHIOR DESENVOLVIDO POR MEIO DA PEDAGOGIA GRIÔ PELA COLETIVA FILHAS DA TERRA EM PARCERIA COM O PROGRAMA EDUCATIVA DO MUSEU NACIONAL

<http://www.educativamuseunacional.com/category/jogo-rio-melchior/>

REFERÊNCIAS

ADASA. *Fiscalização do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Rio Descoberto/Melchior*. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE Assessoria de Informações Regulatórias Brasília.2015. Disponível em: http://www.adasa.df.gov.br/images/storage/area_de_atuacao/abastecimento_agua_esgotamento_sanitario/fiscalizacao/relatorios_vistoria_fiscalizacao_rvf/RVF-006-2005-FiscSES-Bacia-do-Rio-Descoberto-Melchior.pdf

ADASA. *Fiscalização do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Rio Descoberto/Melchior*. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE Assessoria de Informações Regulatórias Brasília.2015. Disponível em: http://www.adasa.df.gov.br/images/storage/area_de_atuacao/abastecimento_agua_esgotamento_sanitario/fiscalizacao/relatorios_vistoria_fiscalizacao_rvf/RVF-006-2005-FiscSES-Bacia-do-Rio-Descoberto-Melchior.pdf

ADASA, CAESB, IBRAM, SEMA. *Diagnóstico da situação do monitoramento hidrológico e hidrossedimentológico no Distrito Federal*. Grupo de Trabalho para Acompanhamento das Atividades de Enquadramento dos Corpos de Águas Superficiais do Distrito Federal. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal.2016. Disponível em: <http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/02/Diagn%C3%B3stico-da-situa%C3%A7%C3%A3o-do-monitoramento-hidrol%C3%B3gico-e-hidrossedimentol%C3%B3gico-no-Distrito-Federal.pdf>

ADASA. *Relatório de Monitoramento do Atendimento a o Padrão de Lançamento Outorgado pelas ETEs no Distrito Federal*. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE Assessoria de Informações Regulatórias Brasília.2020.

ADASA. *Relatório de Fiscalização - ADASA/SAE/COFA/33/2020. Relatório de Vistoria e Fiscalização - RVF/COFA/033/2020 Monitoramento Regular Capacidade de Tratamento das*

Estações de Tratamento de Esgoto – ETE. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE Assessoria de Informações Regulatórias Brasília.2020.

ADASA. *Outorga nº 21/2020 - ADASA/SRH/COU. Outorga ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU o direito de uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes tratados no Rio Melchior.* Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. 2020

ALMEIDA, Cláudia de Souza; MOURA, Paulo Campos Lara; NETO, Júlio Ferreira da Costa; SOUSA, Kate Tomé; VIEIRA, Fabiana de Mattos. *Mapeamento do uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Descoberto – DF utilizando imagens de satélite CBERS-2.* Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Disponível em <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr%4080/2008/11.18.01.16/doc/2233-2239.pdf>

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Antropoceno: a era do colapso ambiental.* Centro de Estudos Estratégicos- Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106> Acesso novembro de 2022

ANA, Agência Nacional de Águas. *Atlas Esgotos Despoluição de Bacias Hidrográficas.* Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. -- Brasília: ANA, 2017. Disponível em: https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/ATLASESGOTOSDespoluicaoodeBaciasHidrograficas-ResumoExecutivo_livro.pdf

ANA, Agência Nacional de Águas. *Atlas Esgotos Despoluição de Bacias Hidrográficas.* Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. -- Brasília: ANA, 2017. Disponível em: https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/ATLASESGOTOSDespoluicaoodeBaciasHidrograficas-ResumoExecutivo_livro.pdf

ANDRADE, Liza Maria Souza de et al. *Ocupações informais e direito à água e saneamento: mapeamento, dimensionamento e diretrizes para o suprimento hídrico emergencial.* Participação, Brasília, ano 19, ed. esp., n. 34, p. 112-114, nov. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_y95_7QMT_wC8vhwQUcJamcPgTvbjtBC/view. Acesso em: julho 2022

BARRAGAN, Alba Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. *Pensar a partir do feminismo.* In: *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais.* Bazar do Tempo,2020.

BISA, Leandro. *O fim da Poluição do Rio Melchior*. Unidades de Conservação no Brasil. Instituto Socioambiental, 2005. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/34216> Acesso em novembro de 2022

BRASIL. *Lei nº 6.766, 9 de dezembro de 1979*. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm

BRASIL. *Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Constituição Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta artigos 182 e 183 da política urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm

BRASIL. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Constituição Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>

BRAZILIENSE, Correio. PM detém suspeito por morte de Emilly Cristiny, encontrada morta em parque. 2015. Acesso em novembro de 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/07/01/interna_cidadesdf.488569/pm-detem-suspeito-por-morte-de-emilly-cristiny-encontrada-morta-em-pa.shtml

BRITO, Ana Luísa Avelino. *Modelagem 3D de ensaio de difusão em grande escala de solo não saturado: Caso de estudo logo de esgoto da ETE- Samambaia/ Melchior*. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Monografia. Universidade de Brasília. 2017.

CARMO, Marciléia Silva do; BOAVENTURA, Geraldo Resende; OLIVEIRA, Edivan Costa. *Geoquímica das águas da bacia hidrográfica do Rio Descoberto, Brasília/DF - Brasil*. Química Nova vol.28 no.4 São Paulo. 2005. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422005000400002&script=sci_arttext&tlng=pt

CARVAJAL, Julieta Paredes. *Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental*. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo,2020.

COSTA, Maria da Graça Costa. *Agroecologia, eco feminismo e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro*. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo,2020.

CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo,2020.

CBH, Paranaíba. *Conheça as Bacias Hidrográficas que compõem o Distrito Federal: bacia do Rio Maranhão*. Comitê de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal.2020. Disponível em: <https://cbhparanaibadf.com.br/2020/09/18/conheca-as-bacias-hidrograficas-que-compoem-o-distrito-federal-bacia-do-rio-maranhao/>

CFESS. *Atuação de assistentes sociais na política urbana: Subsídios para reflexão*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: o poder da autodefinição*. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Org: Heloisa Buarque de Hollanda Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra*. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Org: Heloisa Buarque de Hollanda Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPELARI, Mauro Guilherme. *Environmental Policy in Brazil : analyzing radical reorganization since 2019*. Curitiba, Appris,2022.

DOMICIANO, Mariana Rodrigues Amaral. *Lixão da Estrutural: A Trajetória política-institucional do início ao seu fim (2010-2018)*. Monografia apresentada no Departamento de Gestão Públicas. Universidade de Brasília. 2018. Disponível: Acesso em abril de 2021

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20943/1/2018_MarianaRodriguesAmaralDomiciano_tcc.pdf

FAUSTINO, Cristiane; PACHECO, Tânia. *A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa*. FioCruz, 2022. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/10.7476/9788575415764.6.pdf> Acesso 28 de outubro de 2022

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Ciose. *Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n° 18, p. 87-94, Editora UFPR, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13427/9051> acesso em agosto de 2022

FREIRE, Paulo Vieira. *Meio ambiente, desenvolvimento e Planejamento*. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

FUZEIRA, Victor. *Homem que estava desaparecido há três dias é encontrado morto no DF*. Metrópoles, 2020. Acesso em novembro de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/homem-que-estava-desaparecido-ha-tres-dias-e-encontrado-morto-no-df>

GUAJAJARA, Kaê. *Território Ancestral*. Álbum Hapohu. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5lVzCC8av5xr6zYclyyipD?autoplay=true>

GDF. Lei n° 1.002 de 2 de janeiro de 1996. *Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico denominada "Parque Juscelino Kubitschek"*. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48956/Lei_1002_1996.html

GDF. Lei n° 1.146 de 11 de julho de 1996. *Introdução da educação ambiental como conteúdo das matérias, atividades e disciplinas curriculares do 1° e 2° graus dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal*. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49100/Lei_1146_11_07_1996.html

GDF. Lei n° 17, DE 28 DE JANEIRO DE 1997. (Revogado (a) pelo (a) Lei Complementar 803 de 25/04/2009) *Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT*. Disponível em: [Lei Complementar 17 de 28/01/1997 \(tc.df.gov.br\)](http://www.tc.df.gov.br/Lei%20Complementar%2017%20de%2028%2F01%2F1997)

GDF. *Lei nº 3031 de 18 de julho de 2002. Institui a Política Florestal do Distrito Federal.* Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50986/Lei_3031_18_07_2002.html

GDF. *Lei nº 2.725 de 13 de julho de 2001. Institui a Política de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.* Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50682/Lei_2725_13_06_2001.html

GDF. *Lei nº 1.146 de 11 de julho de 1996. Introdução da educação ambiental como conteúdo das matérias, atividades e disciplinas curriculares do 1º e 2º graus dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.* Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49100/Lei_1146_11_07_1996.html

GDF. *Lei nº 6.364 de 26 de agosto de 2019. Dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Distrito Federal.* Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51f8163c431f4871a0a274086adcddad/Lei_6364_2019.html

GDF. *Lei nº 1.393 de 04 de março de 1997. Dispõe sobre a exigência de garantia de reabilitação ou recuperação de área degradada por empreendimentos que exploram recursos minerais no Distrito Federal.* Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49352/Lei_1393_04_03_1997.html

GDF. *LEI Nº 6.269, DE 29 DE JANEIRO DE 2019 Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF.* Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebb691aa3e864673e/Lei_6269_29_01_2019.html

GLOBO, Rede. *Desde maio, 21 tartarugas apareceram mortas perto do rio Melchior. Jornal Bom dia DF, setembro de 2021.* Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9894595/> acesso em setembro de 2022

GLOBO, Rede. *Verdejando: Coletivo Filhas da Terra e alunos de CEF 28 vão arborizar a lagoinha, 2019.* Acesso em novembro de 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7955189/>

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais.* Org: Heloisa Buarque de Hollanda, Bazar do Tempo, 2020.

IBRAM. *Leis ambientais do Distrito Federal*. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/leis-ambientais/#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2041%2F1989%20%E2%80%93%20Disp%C3%B5e,ambiente%2C%20nos%20casos%20que%20especifica>.

JÚNIOR, José Patrício Bispo; SANTOS, Djanilson Barbosa. *COVID 19 como sindemia: Modelo teórico e fundamentos para abordagem abrangente em saúde*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude#:~:text=99\)%2C%20%E2%80%93sindemia%20%C3%A9%20um,persist%C3%Aancia%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20adversas%E2%80%9D](http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude#:~:text=99)%2C%20%E2%80%93sindemia%20%C3%A9%20um,persist%C3%Aancia%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20adversas%E2%80%9D).

KOPENAWA, Davi. *Hutukara: O grito da terra*. Caderno de Leituras n° 130. Políticas da Terra, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

LEIS, Héctor Ricardo. *Ambientalismo: um projeto realista- utópico para a política mundial*. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

LIMA, Aline Mirian Souza. *A questão socioambiental no processo de rurbanização do DF: narrativas em debate no contexto das ARIS*. Universidade de Brasília, 2021.

LIMA, Bruno Avellar Alves; ZANIRATO, Silvia Helena. *Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista*. I Seminário Internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social. Franca, 2014. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo decolonial*. In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Org: Heloisa Buarque de Hollanda Bazar do Tempo, 2020.

MAGALHÃES. Misael Junior Souza. *QUESTÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: uma análise sobre as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito Federal*. Universidade de Brasília, 2021.

MEDEIROS, Raquel Alves; MACIEL, Renata Guimarães; FREITAS, Rafaela Aloíse; MEDEIROS, Glauceny Cerni. *IV-171 - Determinação e Modelagem da capacidade de autodepuração do Rio Melchior-DF*. 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.2009. Disponível em:

<http://abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/Uploads/Evento11/TrabalhosCompletoPDF/IV-171.pdf>

MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antônio Leandro. “*Se acabar o rio, a comunidade acaba*”: dimensão pedagógica do racismo ambiental. Práxis & Saber, 2021.

MENEGASSI, Duda. *Bolsonaro corta 35 milhões do orçamento do Ministério do Meio Ambiente para 2022*. O eco. Acesso em Novembro de 2022. Disponível em <https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-corta-35-milhoes-do-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente-para-2022/> 2022.

MOROJÓ, Francisco. *Rainha das Águas*. Poemas de Francisco Morojó, o Pezão. Exposição Ver, ouvir e Dançar frevo,2022.

MONTEIRO, Lenina Bueno. *Estatuto da cidade dez anos depois*.:In: Políticas sociais urbanas: a cidade para todos e todas/ Organizadores, Josué Vieira Filho, Lúcia Maria Moraes-Goiânia: Ed da PUC Goiás,2013.

MORAES, Lúcia Maria. *Políticas Sociais Urbanas*. In: Políticas sociais urbanas: a cidade para todos e todas/ Organizadores, Josué Vieira Filho, Lúcia Maria Moraes- Goiânia: Ed da PUC Goiás,2013.

NEGRET, Fernando. *Problemática socioambiental das favelas Sol Nascente e Pôr do Sol no Distrito Federal – 2000/2015: ausências e precariedade no espaço de vida*. Desenvolvimento e Meio ambiente. Vol.46, p.229-253, UFPR, agosto, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/56375/35992>

PACHECO, Tânia. *Racismo ambiental: o que tenho a ver com isso?* Combate ao Racismo Ambiental. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>

PASSOS, Eduardo Lelis. *Caracterização geotécnica de área na implementação de um aterro sanitário- estudo de caso do Aterro Sanitário de Brasília/DF*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Curso Engenharia

Civil. Centro Universitário de Brasília UNICEUB. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13968/1/21389424.pdf>

PAVIANI, Aldo. *Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e Tendências*. Espaço e Geografia, Vol. 10, nº1. 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9572/1/ARTIGO_GeografiaUrbanaDistritoFederal.pdf Acesso julho de 2022

PEREIRA, Vinicius Carvalho. *O tombamento da Caixa D'água de Ceilândia no Contexto da política de patrimônio do DF*. Tese de dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23945>

PEIXOTO, Eliane; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz; WALDVOGEL, Alana Silva. *As casas de Ceilândia*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Vol.23,2021. Disponível em: [As casas de Ceilândia | Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais \(anpur.org.br\)](https://www.anpur.org.br/revista-brasileira-de-estudos-urbanos-e-regionais/2021/01/01-as-casas-de-ceilandia/)

PIRES, Jacira Rosa. *Planos Diretores e o direito à cidade*. In: Políticas sociais urbanas: a cidade para todos e todas/ Organizadores, Josué Vieira Filho, Lúcia Maria Moraes- Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2013.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Por uma concepção amefricana de direitos humanos*. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo, 2020.

PORTO, Monica F.A.; PORTO, Rubem La Laina. *Gestão de bacias hidrográficas*. Estudos Avançados vol.22 nº63. São Paulo. 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000200004&script=sci_arttext

REALLEZA; GIBESOM. *Escolhas*. Álbum Afrontosa. 2020 Disponível em: <https://open.spotify.com/album/23cMbyta1Inm4xCx2eBRDw>

RIBEIRO, Marcelo Orlandi. *Estudo da Poluição e autodepuração nos rios Melchior e Descoberto, na Bacia do Descoberto-DF/GO, com auxílio de modelos matemáticos de simulação e qualidade da água, para estudos de seu comportamento atual e futuro*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Universidade de Brasília. 2001. Disponível em: http://ptarh.unb.br/wp-content/uploads/2017/01/Marcelo_-Orlandi_-Ribeiro.pdf

SACRAMENTO, Elionice Conceição. *Da Diáspora negra ao território de terra e águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas- BA*. 1 e.- Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paulo. *Epistemologias do Sul*. Editora Almedina, 2006. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Editora de Humanismo, ciência e tecnologia -São Paulo, 1993. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf

SEMA. *Catálogo Hidrográfico do Distrito Federal*. Governo do Distrito Federal. 2017. Disponível em: <http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/Cat%C3%A1logo-Hidrogr%C3%A1fico-do-DF-2017.pdf>

SENADO, Agência. *Redução de 40% da Flona de Brasília para regularização urbana vira lei, em 2022*. Acesso em Novembro de 2022 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/12/reducao-de-40-da-flona-de-brasilia-para-regularizacao-urbana-vira-lei>

SILVA, Welliton Carlos. *A construção jurídica do entorno do Distrito Federal como fazendas se tornou periferias - Universidade Federal de Goiás*. Programa de Pós graduação em direito agrário. Goiânia, 2016.

SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. *Diagnóstico temático de serviços de água e esgoto: Visão Geral. Ministério do Desenvolvimento Regional Secretaria Nacional de Saneamento – SNS, 2021*. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf Acesso em novembro de 2022

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho; MACHADO, Maria Salete; JACCOUD, Luciana de Barros. *Brasília, moradia e exclusão / Aldo Paviani (organizador)* In: Taguatinga: uma história candanga. Editora Universidade de Brasília, 1996.

SOUZA, Katiana Rodrigues. *Usos da Água e ações antrópicas em Cocalzinho de Goiás e Corumbá: subsídios para a gestão do Rio Corumbá*. Dissertação em Pós- Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental. Universidade Católica de Brasília. 2006. Disponível em:

<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1695/1/Texto%20Completo.pdf>

SPIVAK, Gayatri. *Quem reivindica alteridade? In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

STUMPF, Ricardo; SANTOS, Zilda M. *Brasília, moradia e exclusão/ Aldo Paviani (organizador) In: Habitação: novos enfoques e perspectivas*. Editora Universidade de Brasília, 1996.

URANI, Jefferson. VERAS, Reginaldo. *História e Geografia do Distrito Federal*. In: Distrito Federal + RIDE: História, geografia e sociedade. 2022. Editora Alumnus. 4º edição Disponível em:

http://prof.reginaldoveras.com.br/wp-content/uploads/2018/02/historia_e_geografia_DF_veras_urani-1.pdf Acesso em Novembro de 2022

VILELA, Rafael Pedro. *No DF Ibaneis Rocha ameaça remover 15 mil pessoas da comunidade periférica da Estrutural*. Brasil de fato, 2022. Acesso e <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/09/13/no-df-ibaneis-rocha-ameaca-remover-15-mil-pessoas-de-comunidade-periferica-da-estrutural>